

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**ARROZ À MODA DA CASA?: A CONSTRUÇÃO DA  
PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM  
BRASILEIRA**

**MESTRADO**

**Nathalia Lima Pinto**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

# **ARROZ À MODA DA CASA?: A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA**

**por**

**Nathalia Lima Pinto**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

**Orientador: Prof. Dr. José Marcos Froehlich**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Rurais  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**ARROZ À MODA DA CASA?: A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA  
DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA.**

Elaborada por  
**Nathalia Lima Pinto**

**Como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Extensão Rural**

**Comissão Examinadora:**

---

**Prof. Dr. José Marcos Froehlich (UFSM)**  
(Presidente / Orientador)

---

**Prof. Dr. Paulo André Niederle (UFRGS)**

---

**Prof. Dra. Vivien Diesel (UFSM)**

**Santa Maria, 07 de março de 2014.**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lima Pinto, Nathalia  
ARROZ À MODA DA CASA?: A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA  
DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA / Nathalia Lima Pinto.-  
2014.  
130 p. ; 30cm

Orientador: José Marcos Froehlich  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2014

1. Indicações Geográficas 2. Denominação de Origem 3.  
Arroz 4. Desenvolvimento Territorial 5. Mercados  
Agroalimentares I. Froehlich, José Marcos II. Título.

## AGRADECIMENTOS

O percurso da construção de um trabalho acadêmico sempre é um processo muito solitário, exigindo muito trabalho e disposição. Entretanto, ao longo desta trajetória muitas foram as pessoas que passaram em minha vida e que devo agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Fátima e Irceu, pelo incansável apoio e compartilhamento das alegrias e dificuldades, devo a vocês a conclusão desta etapa. Agradeço à Júlia, que tem sido a grande motivação para seguir meus objetivos. Agradeço meu vô e minha vó pelo apoio sempre.

Muito embora longe, todavia perto:

Ana, você com certeza estará presente em todos os agradecimentos ao longo da minha vida, esse ano foi um ano glorioso pra nós e espero que possamos compartilhar essas alegrias todas, sempre juntas. Paula, mesmo do outro lado do oceano esteve presente em muitos momentos deste trabalho, corrigindo, aconselhando, ouvindo e amenizando um pouco a falta que me faz. Fêzita, amiga e conselheira mais iluminada e paciente do universo. Gabriel, obrigada por tornar meus dias mais felizes, e por esperar, sempre.

Agradeço imensamente as amigas que tive o privilégio de fazer nesta minha temporada de retorno à Santa Maria, com certeza amigos pra toda a vida: Isabel e Greice, vocês serão, sem dúvida, o que eu mais sentirei falta de Santa Maria, amo vocês. Gilmar, amigo querido que participou de quase todas as etapas deste processo e sempre teve uma palavra confiante e otimista. Dorinha, querida sempre me ajudando sem medir esforços.

Agradeço imensamente ao meu orientador José Marcos Froehlich, que apesar dos percalços durante a construção desta pesquisa, acreditou no meu trabalho e demonstrou grande dedicação para que este trabalho fosse concluído. Agradeço à professora Vivien Diesel, que desde meu primeiro dia na UFSM tem demonstrado atenção e orientações valiosas para a pesquisa e para a vida.

Um agradecimento especial ao colega Daniel, que muito contribuiu nas inúmeras dúvidas deste trabalho durante as divertidas tardes de ar condicionado, café e biscoitos na reta final para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à Capes, por conceder os recursos necessários para elaboração desta pesquisa, e à Fapergs, por financiar os recursos do trabalho de campo.

E que venham os novos desafios.

“Não me venham com conclusões!

A única conclusão é morrer”

(Fernando Pessoa)

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ARROZ À MODA DA CASA?: A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA**

Autor: Nathalia Lima Pinto  
Orientador: Prof. José Marcos Froehlich  
Santa Maria, 07 de Março de 2014

A flexibilização produtiva e a crescente importância da qualidade de bens e serviços são algumas das principais transformações que demarcam o atual estágio do capitalismo. Neste contexto, estratégias capazes de promover e comunicar as diferenciações de mercadorias se tornam cada vez mais relevantes. Assim, a dimensão simbólica e o vínculo territorial das mercadorias vêm adquirindo maior importância dentro dos mercados nas chamadas economias dos signos e espaços. Neste âmbito, vários atores do sistema agroalimentar vêm recorrendo a estratégias ancoradas na qualidade derivada de vínculos territoriais como instrumento de diferenciação de seus produtos, dentre os quais se destaca a figura das Indicações Geográficas (IGs). De longa data já utilizadas na Europa, tais figuras ainda são relativamente recentes no Brasil, onde se desdobram em duas modalidades: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Estudos sobre as experiências brasileiras têm apontado para o potencial das IGs na promoção do desenvolvimento territorial, quando capaz de mobilizar e contemplar os interesses dos diferentes atores sociais, valorizando produtos, práticas, saberes e identidades do território. Mas também tem apontado para diversos casos em que estas experiências se configuraram apenas como estratégia meramente setorial e excludente socialmente, beneficiando um restrito clube de atores. Assim, esta pesquisa ocupou-se de investigar a experiência da primeira Denominação de Origem brasileira, a DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz. Concedida em 2010, a DO certificou uma península de 300 km entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico que possui condições climáticas singulares para o cultivo do arroz irrigado, abrangendo onze municípios do Litoral Norte do RS. Assim, objetivou-se descrever a trajetória de construção e obtenção da Denominação de Origem, identificando os principais atores, instituições e grupos sociais implicados neste processo, suas relações e interesses, bem como as dificuldades, conflitos e potencialidades envolvidos na obtenção da Denominação de Origem. Correlatamente também se buscou identificar eventuais repercussões no processo de promoção do desenvolvimento territorial no Litoral Norte Gaúcho. Para tanto, metodologicamente procedeu-se a compilação e análise de material disponível em fontes secundárias, bem como incursões ao território do Litoral Norte Gaúcho para observações, registros de campo e realização de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves. Pode-se considerar que a experiência da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz ainda não alcançou elementos suficientes que indiquem estar promovendo um processo de desenvolvimento territorial a partir da abordagem de IGs, dado o seu caráter ainda marcadamente setorial, manipulado por um clube de atores, de modo que sua repercussão permanece restrita do ponto de vista social, econômico e ambiental no âmbito do território estudado.

**Palavras-chave:** Indicações Geográficas; Denominação de Origem; Arroz; Desenvolvimento Territorial; Mercados Agroalimentares.



## ABSTRACT

Master's Dissertation  
Postgraduate Programme in Rural Extension  
Federal University of Santa Maria

### **RICE HOME STYLISH (IN THE WAY OF THE HOUSES)?: THE CONSTRUCTION OF THE FIRST DENOMINATION OF BRAZILIAN ORIGIN.**

Author: Nathalia Lima Pinto  
Advisor: Prof.. José Marcos Froehlich  
Date and place of defense: Santa Maria, March 07, 2014

The productive flexibility and the increasing importance of goods and services' quality are some of the major changes that bound the current phase of capitalism. In this context, strategies capable of promoting and communicating the differentiation of commodities become increasingly relevant. Thus, the symbolic dimension and territorial bond of the goods are acquiring greater importance within the markets in the so-called economies of signs and space. In this field, several actors from the agro food system are resorting to strategies anchored in the quality that has been derived from territorial bonds as a means of differentiating their products, among which stands out the figure of Geographical Indications (GIs). Of long standing use in Europe, these figures are still relatively recent in Brazil, where they unfold in two kinds: Indication of Origin ( IP ) and Designation of Origin ( DO ). Studies on Brazilian experiments have pointed out to the potential of GIs in promoting territorial development, when able to mobilize and contemplate the interests of different social actors, valuing products, practices, identities and knowledge of the territory. But it has also been pointing out to several cases in which these experiences were merely shaped as a sectoral and socially excluding strategy, benefiting a select club of actors. Thus, this research took care to investigate the experiment of the first Denomination of Brazilian Origin, the DBO of the Rice of the Northern Coast from Rio Grande do Sul. Granted in 2010, DBO certified a peninsula of 300 km between the Lagoa dos Patos lake and the Atlantic Ocean, which has unique climatic conditions for the cultivation of the irrigated rice, covering eleven cities of the Northern Coast of the RS. Thus, the objective was to describe the trajectory of construction and acquisition of the Denomination of Origin, identifying key actors, institutions and social groups involved in this process, their relationships and interests, as well as the difficulties, conflicts and potentialities wrapped in getting the Designation of Origin. Correlatively it also sought to identify eventual impact on the promotion process of territorial development on the Northern Coast of Rio Grande do Sul. For such, the research methodologically proceeded to compile and analyze the available material on secondary sources, as well as field trips to the territory of the Northern Coast of the RS for notes, field records and conducting semi-structured interviews with key informants. It is possible to be considered that the experience of the DBO of the Rice of the Northern Coast from Rio Grande do Sul has not yet reached sufficient evidence to suggest that they are promoting a process of territorial development from the GI approach, given its still markedly sectorial character, manipulated by a club of actors, so that its impact remains limited in social, economic and environmental points of view, in the field of the researched territory.

**Keywords:** Geographical Indications; Designation of Origin; Rice; Territorial Development; Agrifood Markets.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Selo do Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas .....	42
<b>Figura 2</b> – Subdivisão de regiões no RS conforme agroecossistemas para cultivo do arroz irrigado .....	48
<b>Figura 3</b> - Produção de arroz no RS por regiões safra 2008/2009 (toneladas).....	49
<b>Figura 4</b> -Território demarcado para produção da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz....	50
<b>Figura 5</b> : Grandes propriedades de Mostardas .....	58
<b>Figura 6</b> - Comunidade Quilombola dos Teixeiras.....	63
<b>Figura 7</b> - Pesca artesanal marítima no município de Mostardas .....	65
<b>Figura 8</b> - Lagoa do Peixe .....	65
<b>Figura 9</b> - Mapa das localidades de Mostardas .....	66
<b>Figura 10</b> - Centro histórico de Mostardas – arquitetura açoriana .....	68
<b>Figura 11</b> - Folder do 10º Festival Brasileiro das Aves Migratórias .....	69
<b>Figura 13</b> - Pedra de Anita .....	72
<b>Figura 14</b> - Cobertor Mostardeiro.....	73
<b>Figura 15</b> - Primeiras lavouras de arroz em Mostardas .....	77
<b>Figura 16</b> - Engenho Palmares .....	78
<b>Figura 17</b> - Locomóvel Cooperativa Palmares.....	80
<b>Figura 18</b> - Navio Tropeiro Cooperativa Palmares.....	80
<b>Figura 19</b> - Cooperativa Palmares nos dias de hoje.....	81
<b>Figura 20</b> - Logomarca da APROARROZ.....	83
<b>Figura 21</b> - Amplitude térmica no Litoral Norte Gaúcho .....	86
<b>Figura 22</b> - Características de grãos de arroz submetidos a diferentes temperaturas (dia/noite) durante o seu desenvolvimento. Aspecto do grão e microscopia eletrônica do endosperma... 86	
<b>Figura 23</b> - Variação anual dos valores de temperatura, precipitação pluvial, dias de chuva, umidade relativa, insolação e radiação solar das Regiões Agroecológicas 1 (Depressão Central), 2 (Litoral) e 3 (Planalto Superior), representando regiões contrastantes à região 2b (área da delimitação).....	86
<b>Figura 24</b> - Número médio de horas de frio abaixo de 7°C e 10 °C dos períodos de maio-agosto e maio-setembro em algumas Regiões Agroecológicas contrastantes do Estado do Rio Grande do Sul.....	87
<b>Figura 25</b> - Selo de Denominação de Origem do Arroz do Litoral Norte Gaúcho.....	88
<b>Figura 26</b> –Embalagens e tipos de arroz produzido pela Cooperativa Palmares .....	89

<b>Figura 27</b> - Arroz tipo especial da Cooperativa Palmares.....	90
<b>Figura 28</b> - Arroz DO Litoral Norte Gaúcho.....	91
<b>Figura 29</b> - Porcentagem de área semeada em Mostardas por cultivar em 2013. ....	109
<b>Figura 30</b> - Folder da 24ª abertura oficial da colheita do arroz 2014 .....	114
<b>Figura 31</b> - Cordeiro do Litoral Norte Gaúcho.....	115

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Cronologia das IGs brasileiras deferidas por modalidade (tipo), unidade federativa (UF) e produto/serviços.....	36
<b>Tabela 2:</b> Disponibilidade de arroz (quantidade, local e variedade) da DO Litoral Norte Gaúcho .....	51

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

ABIARROZ – Associação Brasileira das Indústrias de Arroz  
AGEFLOR – Associação Gaúcha de Empresas Florestais  
AMLINORTE - Associação dos Municípios do Litoral Norte  
AOC – Appellation d’origine contrôlée  
APEX Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos  
APROARROZ – Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CODEL – Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral Norte  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
DO – Denominação de Origem  
EEA – Estação Experimental do Arroz  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EXPOINTER – Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários  
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul  
FEDERARROZ – Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul  
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IG – Indicação Geográfica  
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual  
IP – Indicação de Procedência  
IPCPGCM – Indicação de Procedência da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional  
IRGA – Instituto Riograndense do Arroz  
ISO – International Organization for Standardization  
LEADER – Ligação entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
ONG – Organização não governamental  
ORIGIN – Organization for an International Geographical Indications Network  
PAC – Política Agrária Comum

PIB – Produto Interno Bruto

Plano LINOR – Plano Integrado de Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

PNAE–Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNLP – Parque Nacional da Lagoa do Peixe

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAA – Secretária de Agricultura e Abastecimento

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. CAPITALISMO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: DA PRODUÇÃO FORDISTA À PRODUÇÃO DE BENS SIMBÓLICOS.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2. A ABORDAGEM TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>26</b>
<b>1.3. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....</b>	<b>34</b>
<b>1.4. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E MERCADOS AGROALIMENTARES CONTEMPORÂNEOS.....</b>	<b>39</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
<b>2.1. ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>47</b>
<b>3. ESCULPINDO O TERRITÓRIO DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM LITORAL NORTE GAÚCHO.....</b>	<b>52</b>
<b>3.1. CARACTERIZAÇÕES ETNO-HISTÓRICA DO LITORAL NORTE GAÚCHO.....</b>	<b>52</b>
<b>3.2. AS PESSOAS.....</b>	<b>56</b>
3.2.1. Burguesia Agrária.....	57
3.2.2. Agricultura Familiar.....	59
3.2.3. Comunidades Quilombolas.....	60
3.2.4. Pescadores Artesanais.....	63
<b>3.3. O TERRITÓRIO.....</b>	<b>65</b>
<b>3.4. O ARROZ.....</b>	<b>73</b>
<b>3.5. A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA DO.....</b>	<b>82</b>
<b>3.6. ETIQUETAS ALIMENTARES E O ARROZ PALMARES.....</b>	<b>88</b>
<b>4. IMPACTOS DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM.....</b>	<b>93</b>
<b>4.1. OBSTÁCULOS E DIFICULDADES PARA OBTENÇÃO DA DO.....</b>	<b>93</b>
<b>4.2. PRINCIPAIS IMPACTOS E MUDANÇAS APÓS A OBTENÇÃO DA DO.....</b>	<b>97</b>
<b>4.3. DIFICULDADES ENCONTRADAS APÓS A OBTENÇÃO DA DO.....</b>	<b>101</b>
<b>4.4. ASPECTOS POTENCIALMENTE CONFLITUOSOS.....</b>	<b>110</b>
<b>4.5. POTENCIALIDADES DESPERTADAS ATRAVÉS DA DO.....</b>	<b>113</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>122</b>



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O atual estágio do capitalismo, marcado pelo advento da globalização, impôs transformações estruturais nas sociedades contemporâneas, trazendo consigo novas configurações de tempo e espaço tanto nas relações sociais quanto nos processos produtivos. O modelo rígido de produção fordista é substituído pela acumulação flexível que assume as formas do capitalismo contemporâneo através da flexibilização nos processos de trabalho, nos mercados, nos produtos e nos padrões de consumo. Neste estágio do capitalismo, as economias passam a recorrer à produção de valor amparada por uma perspectiva simbólica, e os signos e espaços passam a compor uma nova ótica de mercado opondo-se ao modelo econômico neoclássico. Deste modo, os fluxos e trajetórias das mercadorias passam a assumir o papel de compartilhar e negociar conhecimentos diante de contextos interculturais e de longa distância.

Neste contexto de profundas mudanças nas dinâmicas sociais, os modelos de desenvolvimento em contraste com as economias globais, passam a valorizar as especificidades locais através da noção de desenvolvimento territorial. Esta perspectiva enfatiza a revalorização dos territórios que se tornam o ambiente de referência onde as estratégias de desenvolvimento são pautadas, levando em consideração as peculiaridades do espaço, dos recursos e dos atores sociais que compõem a realidade local.

As Indicações Geográficas surgem como uma estratégia em potencial capaz de promover o desenvolvimento territorial através da valorização e proteção dos territórios, identidades, “saber-fazer” e tradições associadas a bens e serviços localizados, tornando-se atualmente o mecanismo de maior notoriedade de uma economia de qualidade dentro dos sistemas agroalimentares. Originalmente as IGs surgem na Europa, onde são populares de longa data. No Brasil, representam um fenômeno recente, sendo que sua expansão deu-se somente nos últimos dez anos.

Atualmente, mesmo no mercado de produtos considerados *commodities* agrícolas, a busca pela diferenciação tem se tornado uma estratégia recorrente. Hoje em dia, é possível encontrar inúmeras opções de arrozes diferenciados na prateleira do supermercado, variando

---

<sup>1</sup> Esta dissertação deriva de resultados e auxílios recebidos do projeto PRONEM FAPERGS (UFMS-UFPEL Processo nº 11/2044-2), do Grupo de Pesquisa CNPq Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial, coordenado pelos professores Flavio Sacco dos Anjos (UFPEL) e José Marcos Froehlich (UFMS).

conforme a artesanidade produtiva, a variabilidade de fenômenos biológicos, ou ainda diferentes condições edafoclimáticas.

Diante deste cenário, rizicultores da planície costeira externa<sup>2</sup> do Rio Grande do Sul, viram nos processos de Indicações Geográficas uma possibilidade de diferenciação frente às demais regiões produtoras de arroz, e, por conseguinte, uma possibilidade de aumento no valor agregado do produto. A região do Litoral Norte é conhecida pelo predomínio da cultura do arroz irrigado, outrora introduzido por imigrantes no início do século XX, cultivado numa região de agroecossistema peculiar, que compreende uma península arenosa de 300 km de extensão situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, compondo um complexo de ecossistemas costeiros que proporciona condições edafoclimáticas singulares ao arroz produzido neste território (APROARROZ, 2011). A produção de arroz no Litoral Norte Gaúcho tem sua intensificação no início da década de 1930; isto se deve, em grande medida, às boas condições climáticas aliadas à abundância de recursos hídricos que proporcionaram o desenvolvimento socioeconômico da cultura orízicola na região. Neste âmbito, a região do Litoral Norte, historicamente, construiu uma reputação no mercado de região produtora de arroz de qualidade diferenciada diante das demais regiões do estado, refletindo inclusive em um preço superior de mercado.

No ano de 2005, um grupo informal de produtores de arroz da região, reconhecendo as qualidades eminentes do grão e seu vínculo territorial, inicia o debate sobre a Denominação de Origem, criando em 2007 a instituição APROARROZ (Associação de Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho) entidade que é a requerente e controladora da DO. A obtenção da DO foi concedida em agosto de 2010, sendo a pioneira no país, mediante a comprovação de que perante as demais regiões produtoras de arroz do Brasil e do Rio Grande do Sul, a produção do Litoral Norte se diferencia durante o processo de cultivo do arroz, apresentando a permanência de um índice maior de grãos inteiros - aproximadamente 65% produzido, variando de acordo com a safra – esta média é cerca de 10% maior que a média do Rio Grande do Sul, que fica em torno de 55% a 59% de grãos inteiros<sup>3</sup>. Este fator lhe proporciona características superiores, com atributos distintos que se dão exclusivamente devido às condições ambientais do território de origem (NABINGER, 2007).

A partir de uma visão que entende o fenômeno das Indicações Geográficas como um mecanismo genérico, conduzido pelos atores visando às finalidades que desejam alcançar e de

---

<sup>2</sup> Planície Costeira Externa a Lagoa dos Patos é a denominação dada pelo Instituto Riograndense do Arroz do RS para caracterizar a região que engloba 30 municípios da costa litorânea do RS, dos quais 12 deles fazem parte do território da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz.

<sup>3</sup> Segundo dados da APROARROZ.

acordo com o contexto e resultados específicos almejados, é que situamos os rumos desta pesquisa. No entanto, estudos feitos até o momento não demonstram clareza acerca do real potencial das Indicações Geográficas como mecanismos que venham a lograr êxito na promoção do desenvolvimento territorial (NIEDERLE, 2011; FROEHLICH E DULIUS, 2012, CERDAN 2009, dentre outros). As pesquisas realizadas acerca das IGs no Brasil revelam perspectivas controversas, que oscilam entre estratégias que ora podem ser catalisadoras para o desenvolvimento dos territórios, ora como mecanismo excludente de grupos sociais economicamente mais vulneráveis.

Vitrolles (2013) revela a necessidade de pensar estes contextos considerando as modalidades de organização dos produtores na valorização de seus produtos, bem como as institucionalidades produzidas neste espaço, de modo a compreender de que maneira as redes institucionais e interpessoais podem influenciar nos mecanismos de diferenciação com base na qualidade. Para isso faz-se necessário compreender precisamente o grupo de produtores de arroz que se irá trabalhar, de modo a abarcar em que medida este grupo se estabelece como homogêneo ou se diferencia em segmentos sócio-profissionais locais.

Deste modo a problemática deste trabalho está em demonstrar, através da reconstituição da trajetória (diacrônica e sincrônica) de construção da DO Litoral Norte Gaúcho: quem são os grupos sociais envolvidos no processo de obtenção da DO? Quais os arranjos institucionais estão sendo formados neste contexto? Quais são seus objetivos principais? Quais as potencialidades, limitações e conflitos que emergem no contexto estudado? Em que medida esta estratégia pode ser interpretada como promotora de desenvolvimento territorial no Litoral Norte Gaúcho?

Esta investigação buscará evidenciar e por em relevo a existência de campos de poder presente nas relações entre os atores sociais da DO Arroz do Litoral Norte e os demais atores deste território, de modo a criar uma linguagem polifônica que se permite dialogar com os diversos grupos num esforço de compreensão da pluralidade do território.

Para desenvolver o estudo proposto, esta pesquisa irá descrever a trajetória de construção e consolidação da DO arroz do Litoral Norte Gaúcho, evidenciando quem são os principais atores, instituições e grupos sociais envolvidos neste processo, suas relações e interesses, bem como as dificuldades, conflitos e potencialidades após a obtenção da Denominação de Origem e as eventuais repercussões no processo de promoção do desenvolvimento territorial no Litoral Norte Gaúcho. Esta pesquisa se justifica, primeiramente, ao se considerar o número reduzido de pesquisas acadêmicas acerca das Denominações de Origem no Brasil. A DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho foi o primeiro caso

brasileiro, de modo que a temática ainda permanece inédita em estudos de profundidade, permanecendo ainda inexistente no banco de teses da CAPES.

Apesar de considerar que o número escasso de pesquisas em determinada área por si só não justifica a realização de um trabalho, ressaltamos este ponto devido, não apenas ao fato deste fenômeno ter sido pouco “explorado”, mas por entender que deixando-o de lado acabaríamos por perder um contexto importante para se pensar tal fenômeno que ainda é incipiente no Brasil e nos estudos de desenvolvimento rural. Assim, com esta dissertação objetiva-se contribuir no estudo sobre o fenômeno das Indicações Geográficas no Brasil, de modo a subsidiar demais investigações que busquem compreender melhor este cenário.

Este trabalho apresenta-se estruturado em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. O capítulo 1, dedica-se a apresentar e discutir o referencial teórico que fundamenta todo o estudo, trazendo seções que apresentam elementos e conceitos sustentadores para o entendimento do trabalho desde uma perspectiva de diálogo com diferentes aportes teóricos. As seções deste capítulo serão abordadas apresentando primeiramente o que se entende pelo atual estágio do capitalismo contemporâneo e seu contexto de acumulação flexível, apontando a emergência de novos mercados amparados por uma dimensão simbólica. Em seguida discutiremos os pressupostos apontados na literatura sobre a abordagem territorial de desenvolvimento, demonstrando como a partir de contextos globalizados, o desenvolvimento assume feições territorializadas. Na seção seguinte, será apresentado as Indicações Geográficas num ambiente de possíveis estratégias promotoras de desenvolvimento territorial. Por fim, apresentaremos algumas experiências consolidadas de IGs nos mercados agroalimentares que servem de comparativo para o caso estudado.

No capítulo 2 será apresentada a metodologia, a partir da caracterização da região estudada, sua delimitação geográfica e recorte metodológico. Em seguida apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados para o trabalho de campo, para o levantamento de informações e coleta de dados.

A partir do capítulo 3, será apresentado parte do território do Litoral Norte Gaúcho, através de um recorte município de Mostardas. Deste modo, traçaremos suas origens históricas, características territoriais e as pessoas que ali vivem. Esta apresentação busca situar a discussão a partir da trajetória social do arroz neste território, sua importância histórica, sócio-cultural e econômica e de como esta mercadoria inter-relaciona os diferentes atores do território. Ainda neste capítulo, iremos descrever a trajetória de obtenção da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho apresentando a qualidade diferenciada do produto e as etiquetas alimentares utilizadas.

No último capítulo discutir-se-á as principais transformações que ocorreram no território em virtude do processo de obtenção da Denominação de Origem. Assim, serão abordadas questões referentes às principais dificuldades no percurso para sua obtenção, bem como os impactos e mudanças ocorridos após a chancela. Além destes aspectos, apresentaremos as principais dificuldades que se pode observar no âmbito desta pesquisa, os conflitos e as potencialidades após a obtenção da Denominação de Origem.

Por fim, à guisa de considerações finais, irá se apresentar a síntese desta pesquisa apontando também algumas contribuições deste estudo, e evidenciando algumas pistas dentro desta temática sobre as quais pode haver um maior número de investigações no futuro.

# 1. CAPITALISMO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Este capítulo compreende o referencial teórico que utilizaremos para amparar esta pesquisa. Inicialmente apresentaremos o atual estágio do capitalismo, discorrendo sobre as principais transformações ocorridas neste cenário, partindo do modo de produção fordista até o processo de acumulação flexível. Em seguida, apresentaremos o conceito de desenvolvimento territorial e seus principais pressupostos. Na próxima secção, iremos tratar a respeito das Indicações Geográficas como ferramenta capaz de dinamizar estratégias de desenvolvimento para territórios rurais, apresentando uma discussão acerca das potencialidades e limitantes desta estratégia. Por fim discutiremos experiências paradigmáticas de Indicações Geográficas e sua influência nos mercados agroalimentares.

## 1.1. Capitalismo contemporâneo: da produção fordista à produção de bens simbólicos

Os últimos 50 anos foram marcados por uma série de transformações estruturais de ordem global que incidem diretamente sobre a geopolítica e a reorganização da ordem das formações discursivas mundiais. As novas dinâmicas do capitalismo trouxeram profundos impactos e impuseram novas configurações de tempo e espaço nas sociedades contemporâneas. Tendo em vista as transformações no modo de produção capitalista, Harvey (2004) discute os contornos culturais que definem a “condição pós-moderna” nos seus aspectos filosóficos, estéticos e sociais. Para este autor, tal condição é o reflexo da crise do capitalismo e está configurada nas formas como experimentamos o tempo e o espaço.

Para Harvey (2004) a acumulação flexível emerge neste cenário como um confronto ao modo rígido imanente ao fordismo. Segundo a definição dada por Gramsci (1978, p.311), o fordismo trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista que predominou na primeira metade do século XX, baseada em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista, de um lado, a produção em massa e, do outro, o consumo em massa. A partir da recessão de 1973 o modelo fordista de produção, bem como as políticas de bem

estar social promovidas pelo Keynesianismo<sup>4</sup>, não dão conta de sustentar as contradições do capitalismo. Isto promove uma expansão corporativa que intensifica os sistemas de competições, através da inovação tecnológica, das novas linhas de produtos e mercados, bem como a dispersão geográfica das relações de trabalho para regiões onde estas condições sejam mais fáceis, dando início ao processo de globalização, ou seja, o epicentro da produção de massa sofre um deslocamento para os países em desenvolvimento.

Sendo assim, para Harvey (2004, p.140), com o declínio do modelo fordista de produção, o modo de produção capitalista passa a ser orientado pela acumulação flexível, que surge num contexto de “flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo”, que conjugado ao processo de compressão do espaço-tempo, acabam por acelerar a produção, circulação e consumo de mercadorias no mundo atual.

Deste modo, nos últimos anos, grande parte do capital de investimento não tem se alocado nas esferas de produção devido à falta de áreas para expansão, entretanto a reprodução do capital se realoca na valorização de ativos – tangíveis e intangíveis – produzindo mercados fictícios e especulativos. O capital fictício nada mais é que uma antecipação do trabalho futuro, que circula de forma super acumulada para se transformar em capital fixo, e se dá através do descompasso da produção real de uma mercadoria (HARVEY, 1999).

Numa perspectiva semelhante, Lash e Urry (1998) abordam o conceito de acumulação reflexiva, que dá visibilidade ao conteúdo cultural dos processos econômicos e de como as sociedades, através do “informacionalismo”, acumulam conhecimento e aplicam em suas atividades cotidianas. Para estes autores, a economia pós-fordista que se imprime no capitalismo é revelada através de processos produtivos fragmentados e flexíveis acelerando a circulação de capital num espaço internacional, bem como uma sofisticação no consumo. Deste modo, a recorrência de uma produção de valor baseado na perspectiva simbólica no sistema econômico capitalista contemporâneo, ressalta o papel de signos e espaços como referência para os sujeitos, apontando para um novo modelo de funcionamento econômico proposto pelos autores, que se denomina economia de signos e espaços, ou seja, “o que é continuamente produzido não são objetos materiais, mas signos” (LASH; URRY, 2002, p. 4).

---

<sup>4</sup>Keynesianismo é a teoria econômica que consiste na organização político-econômica, que se opõem às ideias liberais, através da premissa de que o Estado é agente indispensável do controle econômico, com a finalidade da condução a um sistema de pleno emprego. Para mais ver Keynes (1936).

Giddens (1999, p.29) afirma que a modernidade é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados a mecanismos de desencaixe que são “mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinao-os através de grandes distancias do tempo e espaço”. Essa nova configuração do tempo e do espaço, atrelada aos mecanismos de desencaixe, universaliza os traços institucionais pré-definidos na modernidade, atuando na mudança do conteúdo da natureza da vida social cotidiana.

Ao problematizar as relações de produção presentes no capitalismo contemporâneo, Guattari e Rolnik (2000) evidencia a capacidade do capitalismo em controlar não somente as atividades econômicas e produtivas tradicionais, mas também as que não estão formalmente sob a égide da perspectiva econômica do trabalho. Para isso o autor incorpora a noção de subjetividade, definindo este conceito como a matéria prima do capitalismo mundial e integrado atual. Do mesmo modo como o capitalismo necessita da produção econômica para sua reprodução e expansão, necessita também da produção de subjetividade. Esta subjetividade ganha força somente nas ultimas décadas do século XX a partir da incorporação capitalista, como por exemplo, das atividades domésticas, esportivas, turísticas e religiosas. Sendo assim, a produção de subjetividades presentes em tais aspectos da vida social assegura a reprodução econômica do capitalismo, fazendo com que os setores não produtivos da sociedade tornem-se adjacentes aos setores produtivos, tornando-se assim duplamente produtivos.

Deste modo, o capitalismo incita a produção desejante dos indivíduos através das relações sociais, para em seguida ancorá-las em valores de mercado, buscando através da manipulação do desejo, desvincular a produção desejante da produção social. De fato, o que ocorre é a apropriação dos fluxos desejantes para a reprodução material da sociedade. Isto revela que os fluxos desejantes que são produzidos na sociedade são atravessados por uma “axiomatização capitalista”, de modo que somente depois disso podem ser sentidos pelos sujeitos (GUATTARI e ROLNIK, 2000).

Entretanto, Guattari propõe o conceito de singularização (GUATTARI e ROLNIK, 2000; GUATTARI, 1986), apontando os processos de ruptura no campo da produção do desejo, ou seja, através dos movimentos de contestação do inconsciente contra a subjetividade produzida pelo capitalismo, de modo a colocar em evidencia novas formas de ser, sensibilidades e percepção da realidade. Deste modo, o capitalismo global demonstra a tendência "a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade" (GUATTARI, 1986, p.



31). Segundo Guattari e Rolnik (2000, p.45), a tentativa homogeneizadora do capitalismo em exercer o controle social através da produção subjetiva, confronta-se com os processos permanentes de diferenciação, que resistem não somente à serialização da subjetividade, mas também produzem modos singulares de subjetividade.

Sendo assim, embora todas as posições teóricas apresentadas não sejam unívocas, elas nos conduzem a um argumento em comum, de que o atual estágio do capitalismo imprime sobre as economias uma lógica centrada na circulação de bens simbólicos e culturais. Isto abre margem para que as relações sociais por trás das mercadorias sejam postas em evidencia se desencaixando de seu contexto de origem e circulando por outras trajetórias e espaços através dos signos que os identificam.

Já Appadurai (2008, p.17) propõe uma perspectiva para a circulação de mercadorias, argumentando que, assim como as pessoas, as mercadorias também possuem uma vida social. Deste modo, o valor não é inerente à mercadoria, mas antes um julgamento subjetivo que os sujeitos fazem sobre ela. Para isso, o autor sugere um fetichismo metodológico<sup>5</sup>, ou seja, transferir o foco de análise das relações de trocas para as coisas em si mesmas, pois os seus significados estão em seus usos, formas e trajetórias, sendo que “somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas”. Essa “vida sócio-espacial das coisas” visa demonstrar o complexo universo presente por de trás da mercadoria, que nos revela diferentes cenários, construção social do valor, atores, relações de poder, conflito e desigualdades. Deste modo, pelo transito das mercadorias num determinado contexto histórico e temporal, é possível tornar visível as relações sociais que estão por trás da ligação entre objetos e pessoas. Assim Foster (2006 *apud* PINHEIRO MACHADO, 2009) afirma que este fetichismo “crítico” e o movimento destes bens através de redes sociais são capazes de unir geograficamente diferentes locais, promovendo a conexão de diferentes atores.

As mercadorias podem representar uma forma de compartilhar conhecimentos diante de contextos interculturais e de longa distância, através da negociação do conhecimento inerente durante seus fluxos e trajetórias. Este conhecimento pode ser integrante da produção da mercadoria (social, técnico e estético) ou o conhecimento que compõe parte integrante do consumo desta mercadoria. Ao longo da cadeia de produção e consumo das mercadorias “o conhecimento, em ambos os pólos, tem componentes técnicos, mitológicos e avaliadores, e os

---

<sup>5</sup> Este termo é uma referência ao conceito de “fetiche da mercadoria” proposto por Marx, que consiste na análise das relações sociais mediadas por mercadorias nas sociedades capitalistas. Para Marx, a mercadoria oculta as relações de trabalho humano que as produzem, de modo que as “coisas” assumem uma vida própria, descolando-se de quem as produziu (MARX, 1983).

dois pólos são suscetíveis a interações mútuas e dialéticas” (APPADURAI, 2008, p. 61). Deste modo, combinam-se diferentes estratos tecnológicos e cosmológicos nos discursos sobre a produção, podendo-se dizer que “conforme os percursos institucionais e espaciais das mercadorias se tornam mais complexos e a alienação mútua entre produtores, comerciantes e consumidores aumentam, há uma tendência de surgirem mitologias culturalmente modeladas acerca do fluxo de mercadorias”.

Já Kopytoff (2008, p.1) sugere que as mercadorias possuem uma história de vida, ou ainda, uma biografia cultural, e demonstra que os diversos pontos de vista sobre uma mercadoria revelam uma “economia moral subjacente à economia objetiva das transações visíveis”. Assim sendo, os bens possuem uma série de biografias históricas, econômicas, técnicas ou ainda idealizadas cujas sociedades elegem como modelos desejáveis. Com a crescente mercantilização de bens e a homogeneização de seu valor, as sociedades acabam por proteger determinados aspectos de seu ambiente, numa tentativa de “resingularizar” o que já fora mercantilizado anteriormente, de modo que são singularizados justamente por serem retiradas de sua esfera mercantil. Em outras ocasiões, certas formas de singularizar objetos se dão a partir de uma mercantilização restrita, ou seja, de modo que as mercadorias são destinadas a uma esfera restrita de troca.

Sahlins (1987; 1990), a partir de uma argumentação centrada na tensão produzida pela polaridade entre nós (sociedades capitalistas) *versus* eles (sociedades tribais, primitivas etc) busca a superação desta dicotomia tão recorrente no campo das ciências sociais e humanas, a partir da premissa de que somente a partir do conhecimento da alteridade podemos conhecer a nós mesmo. Para este autor - no âmbito das sociedades capitalistas - a esfera econômica não representa uma dimensão autônoma e descolada da vida social, mas antes representa uma parte indissociável dos aspectos que compõem uma cosmologia das sociedades ocidentais e está intrinsecamente associada ao campo simbólico, de modo que a produção de bens, mesmo nas sociedades capitalistas, é elaborada e reelaborada com base numa perspectiva de valor social de seu uso. Entretanto, Sahlins argumenta que os signos são polissêmicos, adquirindo novos valores de acordo com as relações sociais e contextos em que estão inseridos, podendo assim assumir uma pluralidade de significados ou (re) significações. Deste modo os signos são subjetivos e podem ser lidos de diferentes formas pelos sujeitos, sendo que “men produce objects for given social subjects, in the course of reproducing subjects by social objects”<sup>6</sup> SAHLINS (1976 *apud* LEITÃO *et al.*, 2006).

---

<sup>6</sup>Homens produzem objetos para determinados contextos sociais, no curso que produzem contextos a partir de objetos sociais. Tradução da autora.

Com efeito, chegamos a dois fenômenos recorrentes na economia capitalista, por um lado, apresenta-se a imanente natureza do capitalismo de mercantilização homogeneizadora nos valores de troca, e de outro a crescente singularização dos bens que surgem num contexto de revelar os atributos idiossincráticos, que servem de padrão para a classificação dos que detêm a sua posse, sugerindo assim a construção de identidades.

Em síntese, com a emergência e consolidação da acumulação flexível de capital, os mercados passam a valorizar crescentemente a oferta de bens diferenciados ancorados em estratégias de singularização, tornado-se capazes de produzir signos distintivos com vistas ao reconhecimento na esfera do consumo. Assim sendo, os territórios e seus aspectos sócio-culturais e geográficos passam a protagonizar tais experiências na produção de bens identitários, despertando concomitantemente grande interesse nas ciências sociais bem como nas políticas de desenvolvimento. Assim sendo, conforme aponta Wilkinson (2008), os atores recorrem a mobilizações de redes sociais com interesse na difusão de seus “dispositivos de reconhecimento” na produção vinculada aos territórios.

## **1.2. A abordagem territorial de desenvolvimento**

Diante das diversas abordagens teóricas para qualificar o desenvolvimento na contemporaneidade, optamos nesta pesquisa por utilizar a abordagem territorial de desenvolvimento, tendo vista que tal discussão apresenta aspectos transversais ao tema abordado nesta pesquisa.

A vinculação da noção de território com as teorias de desenvolvimento, que se demonstram prolíficas nos debates atuais, tem suas origens na recusa prática e teórica do paradigma dominante de desenvolvimento. Com as transformações na dinâmica social do meio rural, surgem modelos de desenvolvimento que passam a integrar a perspectiva do agrário e rural, e incorporando a noção de localidade através da valorização dos territórios ou ainda da “territorialização do desenvolvimento”, no intuito de compreender as especificidades em nível local, em contraste com as economias globais, bem como uma tentativa de superar as dicotomias históricas entre rural e urbano (MARTINS, 1986; FROEHLICH, 1994).

Esta abordagem chama a atenção para a revalorização da dimensão espacial da economia, de modo que o território passa ser a unidade onde as estratégias de desenvolvimento são pautadas e os atores utilizam este recurso para coordenar e direcionar

tais estratégias. Isto sublinha a importância da "governança territorial"<sup>7</sup> como possibilidade de empoderamento dos atores locais tornarem-se agentes dos processos de elaboração e implementação de políticas públicas (MEDEIROS e DIAS, 2008).

Segundo Roca (2004), a noção de território pode ser compreendida como uma entidade do espaço geográfico, de diferentes escalas, que é valorizada ou controlada pelos sujeitos que o ocupam ou o definem. Sendo assim o território deixa de ser visto como um "palco" onde as ações de desenrolam, mas sim como um objeto, fator e agente de mudança.

Já para Segatto (2005) a noção de território desponta enquanto uma categoria de representação e apropriação do espaço, ou seja, como uma das formas de apropriação discursiva do espaço com eminente caráter político - seja por sua delimitação, uso ou identificação. Assim sendo, o espaço é uma realidade imaginária apropriada pelo discurso dentro de um plano simbólico e ordenador de sentido, enquanto o território é a expressão política e econômica desta realidade estruturada por este campo simbólico. Portanto, o território é traduzido como a representação social do espaço através da ação de sujeitos individuais e coletivos, de forma a produzir um campo de poder que age sobre tais sujeitos. Contudo, Segatto (2005, p.7) argumenta que a realidade material externa aos sujeitos assume o papel de cenário espacial e é introduzida nos discursos tornando-se referência para os interlocutores, por consequência, "poderia-se chamá-los de "rituais idílicos": materializam seus territórios compartilhados, esculpem o espaço comum, mediante um trabalho de seleção e realce". De fato, estas seleções e realces de atributos da realidade material do espaço, criam um repertório cultural em torno de tais territórios que os constroem e lhe confere legitimidade ao ponto de criarem convenções que causam sua diferenciação.

Abramovay (2003; 2007) argumenta que o território é muito mais que mera base física para as interações sociais entre os indivíduos, mas que este compõe um tecido social de organização complexa que, para além de atributos naturais, apresenta uma configuração criadora de vínculos políticos, históricos e identitários que passa a ser explorado recentemente no campo econômico. Concordamos com Cerdan (2013, p.137) quando esta afirma que "o território é visto como um espaço de coordenação coletiva, de produção de conhecimento e de solidariedade baseado na proximidade, e também como um espaço de identidade compartilhada entre seus habitantes".

---

<sup>7</sup> Entendemos por governança territorial o exercício através da ação de diferentes atores, (institucionais, estatais, sociedade civil) articulado em redes de poder socioterritorial. Estas redes representam um conceito que se refere aos diferentes segmentos da sociedade organizada em nível de território, através da representação de suas lideranças, que dominam, em determinados momentos históricos, a principal estrutura de poder, direcionando política e ideologicamente os processos de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2011).

A partir da década de 1970, ganha força na Europa o enfoque territorial, utilizado como conceito analítico para políticas públicas de acordo com as reformulações da Política Agrícola Comum (PAC). Esta perspectiva emerge devido à necessidade de modificação das bases políticas norteadoras do desenvolvimento rural, além de exceder o enfoque setorial predominante na agricultura. Estas políticas de intervenção do Estado despontam como ferramentas de valorização da tradição dos territórios no âmbito de fortalecer uma identidade geográfica ligada ao patrimônio natural e cultural, de tal maneira a estimular o desenvolvimento de atividades multifuncionais como o turismo rural e a valorização das paisagens (PECQUEUR, 1996; SARACENO, 1994).

Conforme aponta Schneider (2004), no Brasil, a percepção da necessidade de novas orientações para os rumos do desenvolvimento surge a partir da importação de idéias desenvolvidas no campo científico e político internacional. Deste modo, a discussão sobre a questão ambiental, perspectivas locais e territoriais, atividades não agrícolas e a transposição da dicotomia entre o meio rural e urbano ganham fôlego nos debates nacionais. Entretanto, esta noção de desenvolvimento no âmbito nacional não fora introjetada tão somente de fora para dentro, mas emerge de uma perspectiva balizada também por questões genuinamente brasileiras, como o fortalecimento da agricultura familiar pelo PRONAF e o debate sobre a reforma agrária, dentre outros temas inseridos na realidade do país.

Sendo assim, os territórios podem ser entendidos como uma construção social que é composta pela trama de interação das relações entre os sujeitos, lugares e objetos.

O território envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que o agir dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontra. Trata-se, portanto, de uma construção. [...] o território não é apenas a expressão do espaço social construído em que ocorre a produção e interação humana, mas é também **um campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação** (SCHNEIDER, 2004, p.107, grifo meu).

Wanderley (2009) argumenta que os territórios perdem seu caráter utilitarista pelo viés agrário e incorporam as lógicas das políticas sociais que enxergam o rural como espaços de vida, colocando em evidência os aspectos sociais e culturais nestes contextos.

O espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual as particularidades de cada um não são anuladas; ao contrário, são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto da afirmação dos interesses específicos dos diversos atores sociais em confronto. O que resulta desta aproximação é a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades (WANDERLEY, 2000, p.118).

Para Favaretto (2006, p.128) a realidade dos países de capitalismo avançado demonstra certa heterogeneidade na emergência de uma nova ruralidade. Esta nova ruralidade é marcada por uma crescente racionalização da vida rural e um afastamento de suas raízes meramente agrárias, provocando uma maior interação com o espaço urbano e a sociedade. Deste modo, a inserção de áreas rurais em novos modelos de desenvolvimento rural encontra melhores expressões na idéia de território, entendido neste contexto como uma “trama complexa de aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos, cuja escala remete ao conceito de região e obriga a um seu reexame”.

A abordagem territorial revela assim uma escala geográfica dos fenômenos relevantes a um conjunto de instancias empíricas incontornáveis, cuja interpretação, contudo, demanda o suporte de uma sólida teoria social e ecológica capaz de lhe sustentar. Diferente, portanto, de uma mera construção identitária ou de uma realidade cujas possibilidades estão previamente determinadas por sua configuração, os territórios podem ser vistos como um campo, num sentido dado por Bourdieu, como um todo estruturado de posições, cuja morfologia é dada pela distribuição desigual das diferentes formas de capital no seu interior, e cuja dinâmica obedece as lutas sociais pelas melhores posições no seu interior e, particularmente no caso de territórios rurais, aos constrangimentos e possibilidades oferecidos pelo meio natural (FAVARETTO, 2006, p. 128)

Neste sentido, Harvey (2004) argumenta que os sistemas de conhecimento através dos saberes, não são neutros, mas estão intimamente ligados por relações de poder<sup>8</sup> que se fazem presentes nos discursos que circulam por diferentes contextos:

O cuidadoso escrutínio da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintos leva-o a concluir que há uma íntima relação entre sistemas de conhecimento (discursos) que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares (HARVEY, 2004, p.50)

Sendo assim, o território se constitui num espaço capaz de promover relações mais estreitas de solidariedade entre os indivíduos, que compartilham de uma identidade

---

<sup>8</sup> É a partir do entendimento parcialmente das considerações feitas por Foucault (1988, p.3) sobre as relações de poder que iremos situar esta discussão. Para Foucault o poder não representa um epicentro de onde emanam suas forças coercitivas, mas antes, um exercício de inúmeras sujeições centradas em dispositivos em constante funcionamento e circulação nas sociedades. Deste modo, o autor direciona suas análises para “los diferentes modos de subjetivación del ser humano em nuestra cultura”, entretanto, aqui, nos atentaremos especificamente as relações de poder que estão ligadas ao saber: “Se oponen a los efectos del poder vinculados com el saber, la competencia y la calificación: luchan contra los privilegios del saber. Pero también se oponen al misterio, a la deformación y a las representaciones mistificadoras impuestas a la gente. No hay nada "cientificista" em esto (es decir, ninguna creencia dogmática em el valor del conocimiento científico), pero tampoco hay um rechazo es céptico o relativista de toda verdad verificada. Lo que se cuestiona es el nodo como circula y funciona el saber, sus relaciones con el poder” (FOUCAULT, 1988, p. 6).

territorializada através de construções e visões de mundo aproximadas. Contudo, o território também representa um campo marcado por constantes negociações, tensões e conflitos que se sobressaem a partir das diferenças. Estes conflitos são refletidos nas sujeições que desequilibram as relações de poder em favor do controle dos contextos sociais locais.

Cazzela (2012) apresenta, a partir da experiência de desenvolvimento territorial na França, importantes características deste modelo, demonstrando primeiramente uma dupla negação inerente a este processo. A primeira diz respeito à recusa do fechamento espacial, ressaltando a necessidade da interação entre o local e o global. A segunda recusa é a da hegemonia da perspectiva econômica diante das relações sociais, ressaltando a centralidade do bem estar humano nos processos de desenvolvimento. Esta nova concepção evidencia a importância dos atores locais como agentes do desenvolvimento.

Cabe destacar a emergência de diversas iniciativas e articulações sócio-econômicas no âmbito das regiões contrastadas com a homogeneidade nos processos de desenvolvimento em nível global, pondo em evidência a eficiência da escala territorial para a construção de modelos de desenvolvimento próprios, através da mobilização das potencialidades locais que constituem uma dinâmica própria ao território.

Entretanto, a perspectiva do desenvolvimento territorial não é contrária à abertura dos mercados, todavia propõe dinâmicas mais ativas atribuídas ao território. Sendo assim, as abordagens globais podem dialogar com as perspectivas locais, apoiadas “sobre a mobilização dos atores que aceitam colocar suas competências e suas práticas a serviço de um território, no âmbito de relações não exclusivamente mercantis” (GLON *et al.*, 1996, *apud* CAZZELA, 2012, p.449).

Segundo Godard e Ceron (1986 *apud* CAZZELA, 2012) existem três condições fundamentais para o êxito das estratégias de desenvolvimento rural em nível territorial. Primeiramente, a coletividade em nível local deve estar consciente do debate sobre o desenvolvimento, de modo que a população possa escolher os contornos de suas estratégias, bem como propor metas e utilização dos recursos locais. Sendo assim, a coletividade deve representar um pólo de inovação social e técnica que organiza e estimula os atores a articularem suas propostas.

Em segundo lugar, é destacado o papel do Estado como importante mediador para promover o desenvolvimento territorial. Este tem como função desfazer gradualmente os entraves provocados pelas estruturas verticais provocadas por ele mesmo, devendo fazê-lo sem retirar-se do local, mas de maneira a equilibrar tais efeitos principalmente no que diz

respeito ao plano econômico, além de prover recursos humanos e técnicos que não estão presentes na esfera territorial.

Por último, o autor propõe a construção de espaços autônomos para planejar o desenvolvimento. Esta estrutura deve levar em consideração a diversidade dos atores que compõe o grupo social de promoção do desenvolvimento. Deste modo, é necessário que a base social possua uma estrutura que tenha certa autonomia de maneira que não sobressaia o determinismo de certos atores sociais.

Vieira e Cazzela (2006) buscam subsídios para um referencial teórico e metodológico envolvido na consolidação de dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, os autores apontam as principais dimensões para o levantamento de um complexo e interligado conjunto de fatores nos âmbitos: político-institucionais, socioeconômicos, culturais e ecológicos. Sendo assim, são traçados alguns parâmetros no sentido de orientar um modelo de análise dos elementos centrais na construção destas dinâmicas em zonas rurais. Diante da complexidade do contexto, optamos nesta pesquisa por apresentar alguns parâmetros para orientar nosso olhar durante o trabalho de campo. Com base em Vieira e Cazzela (2006), selecionamos alguns importantes aspectos que puderam balizar nossa análise diante da investigação no território do Litoral Norte Gaúcho, são eles: promoção da equidade; prudência ecológica; autonomia; e viabilidade econômica.

Sendo assim, a partir do exposto, entendemos que o desenvolvimento territorial deve articular elementos interdependentes para se consolidar de fato. Para subsidiar nossa análise, destacamos como os principais:

- 1) Acesso à informação: para a construção de estratégias coletivas em prol do desenvolvimento territorial, a democratização da informação torna-se aspecto fundamental para capacitar as habilidades dos atores em compreender o contexto em que se está inserido.
- 2) Promoção de equidade: as construções das dinâmicas territoriais de desenvolvimento devem, prioritariamente, atender a parcela majoritária dos atores do território, de modo que a gestão dos recursos de base territorial (materiais e imateriais) deve constituir um patrimônio coletivo do território e não propriedade de um “clube de atores”.
- 3) Prudência ecológica: tais estratégias de desenvolvimento territorial devem estar pautadas em critérios de preservação e conservação de seu patrimônio natural, de



modo que os ecossistemas locais sejam um dos referenciais para a gestão destes mecanismos, priorizando a preservação dos recursos genéticos e biodiversidade.

- 4) Autonomia: a autonomia se revela através do aumento da participação dos atores do território nos processos catalisadores de desenvolvimento, através dos processos de dinamização socioeconômica, de modo a produzir um aumento da governança territorial, regulando entre os diferentes atores o controle da cadeia produtiva.
- 5) Viabilidade econômica: estas dinâmicas visam arquitetar a construção de cadeias de valor cada vez mais competitivas para os bens e serviços produzidos no território de modo a produzir uma renda de base territorial; esta renda, após sua captação poderá ser reinvestida em atividades econômicas locais posicionando estrategicamente os territórios rurais no mercado.

Destarte, a perspectiva territorial do desenvolvimento destaca o papel das redes, convenções e instituições que fomentam as ações cooperativas com vistas a projetar os territórios e promover mudanças positivas no tecido social de uma determinada região. Paulatinamente à adoção da perspectiva territorial, faz-se necessário romper com a perspectiva setorial, de maneira a integrar a horizontalidade nas cadeias produtivas (ABRAMOVAY, 2007). Deste modo a diversificação das atividades assumidas pelas áreas rurais faz com que as políticas agrícolas de abordagem setorial demonstrem limitações em seu escopo, devido às atuais transformações que atingem as atuais dinâmicas no espaço rural. Sendo assim, as políticas com viés territorial, em contraste ao caráter setorial de investimentos, surgem como estratégias para a inclusão de um novo conjunto de atividades e funcionalidades que despontam num determinado território (FLORES, 2007).

Entretanto, a concepção de desenvolvimento territorial começa a demonstrar limites e contradições. Conforme aponta Cazzela (2012) algumas das críticas que são feitas a esta abordagem, demonstram que a centralidade da análise baseada no território caracteriza-se na maioria das vezes por estar ancorada na classe média da sociedade. Deste modo, os atores que se encontram em situação de menor integração do ponto de vista econômico, acabam por não participar ativamente, ou em sua maioria, das políticas de base territorial.

Sayago (2007) corrobora esta crítica apontando as fragilidades presentes dentro dos conselhos reguladores de estratégias territoriais, chamando atenção para o fato de que, em muitos casos, estes são criados para atender mera exigência legal e para repasse de verbas, do que para a construção de espaços reflexivos para discutir as potencialidades e problemáticas

locais. Para esta autora, geralmente, as transformações nos municípios rurais pobres e com baixa densidade populacional, são pouco impulsionadas por esta abordagem. Além disso, os conselhos demonstram vulnerabilidades na articulação com outras institucionalidades e com atores importantes para o desenvolvimento territorial, muitas vezes caracterizando-se através de processo não democrático, centralizador e, com frequência, legitimando as relações de poder que já existem nos territórios.

A participação dos conselhos de desenvolvimento rural na construção de políticas de desenvolvimento ainda aponta outras importantes questões. De acordo com Beduschi e Abramovay (2003, p.17), os conselhos têm uma "função setorial específica de elaboração de reivindicações e controle na execução de seu atendimento. São mediadores entre recursos federais voltados a uma finalidade predeterminada e às populações beneficiadas. Isto posto, um dos cenários que se constroem é de que os conselhos são importantes instâncias para elaboração das demandas dos territórios, entretanto, em alguns casos, atendendo interesses restritos, não representam processos de desenvolvimento. Estas críticas apontam no sentido de evidenciar a tensão que ocorre na construção das políticas de base territorial, principalmente na estrutura em que se projetam tais mecanismos que teoricamente são embasados em processos de governança. Nos últimos anos, outra questão que chama a atenção são os encaminhamentos das políticas de cunho territorial que passaram a incorporar de forma mais efetiva em seu escopo a dimensão ambiental; exemplo disso é o emblemático caso do programa *Leader*<sup>9</sup>, que surge na Europa nos anos 1990. Este programa se destaca através de uma proposta descentralizada e integral de desenvolvimento que reúne a perspectiva local de qualificar as ações da sociedade civil (FAVARETO, 2007).

Deste modo, o que vem ocorrendo nos últimos anos, principalmente na Europa, e mais recentemente na América Latina e no Brasil, é a promoção da qualidade e valorização de produtos alimentares distintos que carregam uma identidade territorial, estes produtos passam a carregar uma renda de qualidade territorial que “é uma renda organizacional, ela reflete a capacidade de os atores locais captarem a disposição dos consumidores de pagarem por aspectos relacionados ao ambiente do produto” (PECQUEUR, 2006). As Indicações Geográficas neste contexto vêm apresentando grande potencial inovador constituindo um sofisticado mecanismo de qualificação dentro dos mercados agroalimentares e em muitos

---

<sup>9</sup>O programa de “Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural”, constitui um programa financiado pelos fundos estruturais da União Européia que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento rural sustentável em longo prazo. Este programa pretende ajudar as populações e empresas das regiões rurais a desenvolverem seu potencial e a implementar estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável, sendo encorajadas perspectivas de desenvolvimento a longo prazo e a partilha de experiências.

casos, sendo considerados importantes estratégias e vetores de promoção do desenvolvimento territorial.

### 1.3. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial

Segundo variada literatura, as Indicações Geográficas tem potencial para se constituírem em importante recurso para a mobilização do território como elemento ativo do desenvolvimento, valorizando tradições, práticas, saberes e recursos ambientais vinculados a uma origem geográfica, tornando-se o mecanismo de maior notoriedade de uma economia de qualidade<sup>10</sup> dentro dos sistemas agroalimentares (ALLAIRE, 2010). Tais mecanismos foram originalmente projetados em países Europeus, onde são populares de longa data e fazem parte da política de desenvolvimento territorial fomentado pelos governos, a exemplo do já citado programa “*Leader*” e recentemente estão em profusão nos países latino-americanos, embora sob diferentes contextos sociais e sistemas jurídicos distintos dos quais foram projetados.

As Indicações Geográficas correspondem a um mecanismo de propriedade intelectual que enseja proteger e identificar um produto ou serviço de qualidade específica vinculado ao seu centro de origem geográfica em que é produzido. Isto implica na revalorização de tradições, costumes, saberes, práticas e outros bens associados a uma identidade territorial de origem geográfica. De acordo com a legislação de IGs no Brasil, existem duas categorias de IG distintas, que se diferencia por possuírem marcos legais específicos. A Indicação de Procedência (IP) designa um nome geográfico a uma região que seja conhecida pela reputação e notoriedade na produção de um bem, ou pela prestação de um serviço, não dependendo de outras características. Já a Denominação de Origem refere-se a um nome geográfico de onde se destaca a produção ou serviço que possuam características peculiares em virtude de qualidades exclusivas ao meio geográfico, abarcando os fatores naturais e humanos. Para

---

<sup>10</sup> Neste trabalho, remetemos a alguns conceitos no campo econômico utilizados por vários autores, no intuito de esclarecer os fenômenos atuais nos mercados que valorizam sobremaneira produtos de qualidade diferenciada; no âmbito de especificar seus atributos amparados na qualidade e singularidade, essas abordagens distanciam-se demasiado das abordagens da economia neoclássica. Iniciamos nossa discussão citando a perspectiva da Economia de Signos e Espaços, de Lash e Urry (1998) que nos parece ser o conceito guarda chuva que abarca os demais conceitos a seguir; já a Economia das Singularidades é um termo usado principalmente pela Sociologia Econômica apontada por Karpic (2009), que busca examinar as condições em que se constroem as relações sociais que permitem a construção da confiança por parte dos consumidores no âmbito da percepção da qualidade de determinados bens e serviços, com base nos dispositivos e julgamento específicos. Por fim, a Economia das Qualidades de Allaire (2010), termo recorrente na Teoria das Convenções que esta centrada na abordagem da questão geral da coordenação coletiva das ações individuais por meio de convenções.

Niederle (2011), as Indicações Geográficas propendem (re) conectar os produtos e territórios, num processo de (re) territorialização. Este fator permite catalisar estratégias de desenvolvimento a partir de dinâmicas em níveis territoriais, criando melhores condições de acesso aos mercados através do status diferenciador dos bens, potencializando estratégias mais competitivas e agregadoras de valor aos produtos por vias da reputação e qualidade de origem.

<b>Ano</b>	<b>Nome Geográfico</b>	<b>UF</b>	<b>Tipo</b>	<b>Produto ou Serviço</b>
2002	Vale dos Vinhedos	RS	IP	Vinhos: Tinto, Branco e Espumante
2005	Cerrado Mineiro	MG	IP	Café
2006	Pampa Gaúcho da Campanha Meridional	RS	IP	Carne
2007	Paraty	RJ	IP	Aguardente, tipo cachaça e composta azulada
2009	Vale do Submédio São Francisco	BA e CE	IP	Uva de mesa e Manga
2009	Vale dos Sinos	RS	IP	Couro acabado
2010	Litoral Norte Gaúcho	RS	DO	Arroz
2010	Pinto Bandeira	RS	IP	Vinhos: Tinto, Branco e Espumante
2011	Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais	MG	IP	Café
2011	Região do Jalapão do Estado de Tocantins	TO	IP	Artesanato em Capim Dourado
2011	Goiabeiras	ES	IP	Panelas de Barro
2011	Pelotas	RS	IP	Doces tradicionais e confeitarias
2011	Costa Negra	CE	DO	Camarão
2011	Serro	MG	IP	Queijos
2012	São João Del Rei	MG	IP	Peças artesanais em Estanho
2012	Franca	SP	IP	Calçados
2012	Vale das Uvas Goethe	SC	IP	Vinhos de Uva Goethe
2012	Canastra	MG	IP	Queijo
2012	Pedro II	PI	IP	Opalas preciosas e jóias artesanais
2012	Região Pedra do Carijó Rio de Janeiro	RJ	DO	Pedras decorativas
2012	Região Pedra Madeira Rio de Janeiro	RJ	DO	Pedras decorativas
2012	Região Pedra Cinza Rio de Janeiro	RJ	DO	Pedras decorativas
2012	Cachoeiro Itapemirim	ES	IP	Mármore
2012	Norte Pioneiro do Paraná	PR	IP	Café verde em grão e industrializado torrado
2012	Manguezais Alagoas	AL	DO	Própolis vermelha e extrato
2012	Linhares	ES	IP	Cacau em amêndoas
2012	Vale dos Vinhedos	RS	DO	Vinhos: tinto, branco e espumantes
2012	Paraíba	PB	IP	Têxteis em algodão colorido
2012	Salinas	MG	IP	Aguardente de cana tipo cachaça
2012	Porto Digital	ES	IP	Serv. De Tecnologia da Informação

2012	Altos Montes	RS	IP	Vinhos e espumantes
2012	Divina Pastora	RS	IP	Renda de agulha em lace
2013	São Tiago	MG	IP	Biscoitos
2013	Alta Mogiana	SP	IP	Café
2013	Mossoró	RN	IP	Melão
2013	Cariri	PB	IP	Renda renascença
2013	Monte Belo	RS	IP	Vinhos
2013	Cerrado Mineiro	MG	DO	Café

**Tabela 1:** Cronologia das IGS brasileiras deferidas por modalidade (tipo), unidade federativa (UF) e produto/serviços.

Fonte: Adaptado pela autora a partir dos de SILVA (2013)

Concordamos com Josling (2006) na perspectiva de que são distintos os cenários em que emergem tais iniciativas de Indicações Geográficas em ambos os continentes (americano e europeu), bem como suas dinâmicas e resultados, de modo que a rápida ascensão destes mecanismos em países em desenvolvimento refletiu em maior atenção nas negociações e discussões no âmbito do comércio internacional, bem como a proeminência do debate sobre as regulamentações das Indicações Geográficas diante dos sistemas agroalimentares e sua interface com o acesso aos mercados.

Muitos pesquisadores tem se debruçado na investigação dos mecanismos de diferenciação de produtos pela qualidade no âmbito das estratégias de desenvolvimento territorial no caso brasileiro: Cerdan (2009); Froehlich (2012); Sacco dos Anjos, Criado e Bezerra (2010); Niederle (2011); Dullius (2009); Flores (2007); Velloso (2008), dentre outros. Diante desse cenário, novas abordagens centradas nas Indicações Geográficas como estratégias de desenvolvimento territorial, vêm sendo propostas no sentido de tornarem-se dispositivos capazes de beneficiar parcela majoritária da agricultura familiar no Brasil, diante da heterogeneidade sócio-cultural desta categoria (FROEHLICH, 2012).

Todavia, as Indicações Geográficas apesar de fornecerem possíveis ferramentas catalisadoras para o desenvolvimento territorial, possuem dinâmicas de construção próprias, que se moldam de acordo com recursos humanos, econômicos e ambientais distintos, representando certa heterogeneidade em suas trajetórias de constituição e reflexos no tecido social (NIEDERLE e VITROLLES, 2010). Ao refletir sobre tal heterogeneidade presente nas distintas trajetórias de Indicações Geográficas, notam-se ao longo do percurso algumas ambiguidades presentes nos casos. Conforme aponta Sacco dos Anjos, Criado e Bezerra (2010), as IGS podem ser capazes de fomentar processos de coesão social em territórios rurais

através da valorização dos ativos intangíveis, bem como em contraponto, podem produzir mecanismos de exclusão para outros grupos.

Já para outros autores, a institucionalização das IGs é construída e amparada por diferentes estratégias. Nierdele (2011) problematiza o caso brasileiro como uma hibridização de estratégias na consolidação de tais IGs. Cada projeto distinto possui redes sociotécnicas singulares, onde as convenções de qualidade são construídas amparadas em diferentes negociações e conflitos, de modo que em alguns casos, revelam-se processos que fomentam a valorização dos territórios e identidades, podendo inclusive adotar inovações que muitas vezes colocam em riscos a tipicidade dos bens. Este autor ainda apresenta outra perspectiva, aludindo à utilização dos signos distintivos enquanto mecanismo de apropriação setorial de modo a ajustar as inovações empresariais como resposta às transformações do mercado. Niederle (2011) ainda salienta que, num contexto híbrido, tais modelos aparentemente antagônicos, passam a ser conciliados na construção de estratégias que se traduzem em diversas mudanças, inclusive nas práticas produtivas.

Este caso é revelado por um duplo cenário que compõe os mercados agroalimentares, que de um lado passam a valorizar os atributos e identidades culturais tradicionais e seus vínculos territoriais, e por outro, os mercados das *commodities* que vêem nas IGs uma ferramenta de apropriação dentro do contexto das “economias de singularidades” (KARPIC, 2007). Estas apropriações podem ocorrer pelas elites locais ou lideranças da cadeia de valor a fim de dinamizar tais processos econômicos com interesses meramente setoriais.

As IGs tendem a criar mecanismos de diferenciação que moldam os discursos que passam a ser mobilizados em valores específicos, de âmbito territorial, que atuam como justificativas imbricadas na qualidade. Deste modo, Niederle e Vitrolles (2010, p. 7), afirmam que “no curso deste processo os atores mobilizam diferentes valores com vistas a justificar discursos e práticas consoantes que almejam arquitetar”, permitindo uma flexibilização nos usos dos ativos territoriais, sejam eles materiais ou simbólicos.

Cerdan (2009), ao refletir sobre o contexto das IGs no Brasil, conclui que, a priori, essas estratégias não são plenamente capazes de estabelecer ligações com a valorização econômica e preservação da biodiversidade com estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Entretanto, fica claro que, apesar do país não possuir um enquadramento legal e políticas públicas consistentes que, muitas vezes abrem brechas para uma diversidade de interpretações sobre a legislação e possíveis utilizações do selo, é notável diante de algumas experiências empíricas que esta estratégia obriga, de algum modo, os atores a refletirem acerca de sua inter-relação com o território, sendo levados em alguns casos a mudar o seu

olhar sobre o próprio território. Deste modo a questão ambiental parece emergir diante destas estratégias fazendo com que haja uma tomada de consciência da problemática ambiental, podendo vir a alterar os discursos sobre os territórios.

Já Froehlich e Corchuelo (2013) apresentam uma aproximação teórica entre as IGs e a questão ambiental a partir da apresentação de experiências ibero-americanas, que demonstram ao longo de sua trajetória de implementação, interesses renovados e estratégicos diante da problemática ambiental. A partir dos casos emblemáticos da Indicação de Procedência Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (IPCPGCM) localizado no bioma Pampa no estado do Rio Grande do sul (Brasil) e do Jamón Ibérico de bellota (Dehesa de Extremadura, Guijuelo, Jamón de Huelva e Valle de los Pedroches), situadas em Extremadura, Castilla e Andalucía (Espanha), os autores observam a transição no âmbito das estratégias que inicialmente ancoravam-se nas trajetórias histórico-culturais e saberes e fazeres tradicionais e que ao longo do tempo foram gradualmente sendo permeadas por narrativas conservacionistas de valorização da biodiversidade. Ambas as iniciativas de IGs nascem com características setoriais embasadas por referências ao patrimônio cultural dos territórios e paulatinamente passam a mudar os discursos dos produtores para questões ambientais de conservação e manejo produtivo em nome do desenvolvimento sustentável de seus territórios.

Os autores especulam que, no caso brasileiro, esta mudança de estratégia poderia ser explicada pelo fato das IGs no Brasil ainda serem pouco conhecida no âmbito dos produtores e consumidores, portanto as narrativas ambientalistas e conservacionistas encontram maior apelo neste campo. Já no caso espanhol, esta guinada ocorre justamente por razão inversa, ou seja, devido justamente ao excesso de marcas de qualidade centradas na origem, sendo que a incorporação do discurso ambientalista torna-se estratégia de diferenciação dentro do mercado, posto a legitimidade do tema no contexto europeu.

Dulus e Froehlich (2012) ao discutir a experiência da Indicação de Procedência da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (IPCPGCM), demonstram que o reflexo da IP no território em questão não tem representado os efeitos esperados no âmbito de estratégias promotoras de desenvolvimento territorial, evidenciando ser uma estratégia setorial orientada por objetivos de finalidade econômica que buscam atrelar genericamente aspectos culturais de base territorial como promotora de valor com vistas a um melhor posicionamento no mercado e reconhecimento por parte dos consumidores. Isto reflete em benefícios somente a um pequeno clube de atores que, ao invés de estimular um fluxo de pessoas e atores presentes no território, utiliza tal estratégia para benefício de uma pequena elite da agricultura patronal. Do ponto de vista ambiental, no que concerne a repercussão da

IP diante das parcerias com ONGs para preservação dos campos nativos do Pampa Gaúcho e eminente apelo à conservação do Bioma, os autores manifestam certa dúvida sobre se tais ações são a expressão de crescente consciência ambiental, ou se apenas buscam uma imagem positiva com vistas a melhor posicionar-se nos enfrentamentos dos conflitos agrários presentes na região.

#### **1.4. Indicações Geográficas e mercados agroalimentares contemporâneos**

Os estudos agroalimentares vêm sendo pautados recentemente por uma contestação da visão dominante das relações de produção, onde o consumo vem ganhando destaque dentro destas abordagens como um ato social e reflexivo. Goodman e Dupuis (2002) argumentam que tais mudanças sobre os papéis da produção-consumo nas sociedades contemporâneas estão voltados para revelar as relações sociais por trás de determinada mercadoria, bem como criar um espaço ativo para o consumidor na cadeia produtiva através de uma relação de reciprocidade. Esta abordagem relaciona-se com a noção de fetichismo da mercadoria de Marx, cuja mercadoria encobre as relações sociais de produção que acabam sendo mascaradas pelas relações de troca de mercadorias, esvaziando a dimensão social e histórica de produtos do trabalho humano. Não obstante, o consumo enquanto categoria teórica nos estudos agroalimentares, se dá de forma assimétrica em relação à produção, de modo que em grande parte das pesquisas, o consumidor e suas práticas atuam como um mecanismo causal cuja finalidade é explicar as tendências do setor agroalimentar, ou seja, o consumidor “emerge para desaparecer num quadro centrado na produção” (GOODMAN e DUPUIS, 2002, p.18). Este fenômeno é contextualizado a partir do cenário das novas relações emergentes na produção e consumo de bens nas sociedades pós fordistas representados pelos modelos de acumulação flexível<sup>11</sup> num sentido dado por Harvey (2004).

Neste sentido, os mercados agroalimentares globais passam a se complexificar, guiados por estas novas lógicas que se tornaram mais evidentes a partir da percepção e publicização dos riscos envoltos na produção agropecuária, abalando a confiança pública e politizando o consumo (PORTILHO, CASTAÑEDA e CASTRO, 2011), bem como a

---

<sup>11</sup>Para Harvey (2004, p.140), com o declínio do modelo fordista de produção, o modo de produção capitalista passa a ser orientado pela acumulação flexível, que surge num contexto de “flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo”, que conjugado ao processo de compressão do espaço-tempo, acabam por acelerar a produção, circulação e consumo de mercadorias no mundo atual.



proliferação das metanarrativas acerca da sustentabilidade. A crescente dependência dos consumidores por alimentos industrializados bem como sua alienação do processo produtivo (CRUZ e MENASCHE, 2009), vem gerando transformações no âmbito do consumo de modo que um crescente número de consumidores vem aderindo gradativamente a diferentes ideologias alimentares, como, por exemplo, o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos (PORTILHO, 2009).

Deste modo a produção de alimentos é caracterizada por um duplo cenário, composto de um lado pela produção de *commodities* agrícolas, destinadas a um padrão global de consumo alimentar de massa, e de outro, formas localizadas e diferenciadas de produção. Diante disso, os produtores e os consumidores passam a recriar os sentidos dados aos produtos com apelos de origem, criando vínculos que unem pessoas, territórios e produtos. Tais lógicas operam no sentido de evidenciar as tipicidades locais associadas à origem geográfica com intuito de contrastar valores dentro de um mercado global.

Numa perspectiva econômica, postulada pela teoria das convenções, “a qualidade é uma construção social endógena que contribui para coordenar a atividade econômica dos atores” (RENARD, 2003, p.88), podendo ser introduzida por meio de instituições coletivas que estabelecem normas de qualidade e os meios para mantê-los, revelados a partir do sufrágio de atores a princípios coletivos que estruturam as relações econômicas. Não obstante, podemos pensar a qualidade, de acordo com a teoria das convenções, como uma variável fundamental na análise econômica, que cria valores sociais e culturais que (re) constroem os mercados socialmente (RENARD, 2003).

Assim, Cabedo e Criado (2012) argumentam que o consumo de bens com apelação de origem passa a ser uma espécie de consumo “experencial”, ou ainda, uma forma de saborear a natureza, uma maneira de apropriação de uma paisagem e de formas de vida permitindo a satisfação de necessidades de consumidores. Autores como Ilbery, Buller e Kneafsey (2005) discutem a recomposição das cadeias alimentares, baseados em noções de qualidade, território e conhecimento tradicional, de modo que a combinação de produtos, pessoas e lugares passa a constituir novas geografias alimentares. É a partir do entendimento destas novas tendências dos mercados agroalimentares que buscamos situar a discussão sobre as Indicações Geográficas.

O Brasil desempenha, nos dias atuais, importante papel na produção de *commodities* agrícolas, e no que diz respeito à produção orizícola, ocupa o posto de maior produtor mundial em países não asiáticos. Segundo dados da CONAB (2013) o Rio Grande do Sul encontra-se na liderança como maior produtor do grão no país, sendo responsável por uma

média anual de 66,5% da produção nacional numa área de 1.066,6 mil hectares. A safra nacional de 2012/2013 foi de 11,9 milhões de toneladas do grão, e a região sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) produziu 9,1 milhões de toneladas, representando 76,6% da estimativa total de produção.

No que diz respeito aos hábitos alimentares dos brasileiros, o arroz, juntamente com o feijão, representa o prato popular mais consumido no Brasil. Conforme pesquisa de Barbosa (2007), realizada em dez capitais brasileiras a partir de uma amostragem domiciliar probabilística, apontou que 94% dos entrevistados declararam que o arroz e o feijão fazem parte de sua dieta cotidiana. Entretanto, sabe-se que a tendência dos hábitos alimentares tem se tornando cada vez mais complexa, e é vasta a bibliografia que avalia tais transformações, bem como as novas tendências de alimentação contemporânea, apontando as esferas nutricionais, simbólicas, sociais e históricas do fenômeno (LEVENSTEIN, 1993; LIMA, 1999; MILLER, 2002, CRUZ e MENASCHE, 2009).

Atualmente, a busca pela distinção nos mercados agroalimentares não representa uma estratégia exclusiva somente na pequena e média produção agrícola, tal recurso vem se mostrando cada vez mais proeminente mesmo nos mercados de produtos agroalimentares considerados *commodities* agrícolas. Isto emerge como reflexo diante de um aumento da demanda por produtos diferenciados e a reivindicação pela qualidade passa a ser uma ferramenta utilizada mesmo na produção de tais mercadorias (HAAS, FROELICH e AGUILAR CRIADO, 2012).

Diante disso, surgem estratégias que buscam ir contra a padronização da produção e do consumo alimentar. Apesar de o arroz representar certa homogeneidade do ponto de vista da produção e consumo, hoje em dia é possível encontrar no mercado inúmeras opções de tipos de arroz, que podem se distinguir na diversificação de cultivos, de acordo com a artesanidade da produção, da variabilidade de fenômenos biológicos, ou ainda nas variadas condições edafoclimáticas.

Nos últimos anos, é possível verificar a ascensão no mercado de novos tipos de arroz que possuem alguma marca distintiva. Alguns exemplos podem ser apresentados a partir da variedade, como é o caso do *arbóreo*, *carnarolli*, *jasmine*, japonês, vermelho, negro, quilombola dentre outros; os que se diferenciam a partir de aspectos ligados ao sistema de beneficiamento, como o caso dos polidos, integrais e parboilizados; ou os que detêm etiquetas e selos de qualidade, como o caso dos orgânicos e agroecológicos, ou ainda os de vínculos territoriais como o caso do arroz indiano *basmati*, o arroz de Valência na Espanha, o arroz Carolino de Portugal e no Brasil o arroz do Litoral Norte Gaúcho.

O arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas é produzido nas zonas úmidas Portuguesas, mais precisamente na Lezíria, que é conhecida como uma área agrícola muito fértil localizada na região do Ribatejo, onde se concentra a maior produção de arroz Carolino do país. Nesta região estão situados os estuários dos rios Tejo, Sado e Mondego, proporcionando um complexo hídrico que favorece a produção agrícola. A região possui aptidão para a cultura do arroz, e sua localização é um nome de notório reconhecimento para designar o arroz Carolino, nas quais se desenvolveram práticas produtivas locais e específicas, saberes e fazeres tradicionais da cultura orizícola desde o final do século XIX. As características que conferem a singularidade ao grão se dão através de condições atribuídas ao ecossistema em que o arroz é produzido. A partir da notória reputação territorial que qualifica o arroz Carolino, aliados à comprovação da influência do meio ambiente em suas características organolépticas distintas, o produto obteve a certificação de Indicação Geográfica Protegida.

Os grãos de Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas apresentam um aspecto vítreo e cristalino, aspecto este que qualquer consumidor de arroz identifica como único. A variedade de arroz produzida nas Lezírias Ribatejanas e que dá origem ao Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas – Indicação Geográfica Protegida tem uma adaptação natural aos fatores geográficos e climáticos, tais como o solo, a temperatura, o número de horas de sol e a água. É a conjugação destes fatores que confere ao grão de arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas uma especificidade única, que designa ao nível sávido e aromático e da sua capacidade de absorção. (Caderno de Especificações Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas - Indicação Geográfica Protegida, 2006)



**Figura 1** – Selo do Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas

Fonte: Caderno de especificações do Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas (2006).

Aguillar, Felizon e Navarro (2012) discutem a produção de arroz de qualidade dentro de parques naturais na comarca de Doñana em Sevilla na Espanha. Esta região destaca-se historicamente pela produção arrozeira em território litorâneo cujas condições climáticas são amplamente favoráveis para a orizicultura. A partir de 1969 a região cria o Parque Nacional Doñana que é considerado patrimônio da humanidade, por ser uma reserva da biosfera, possuindo um complexo ecossistema composto por pântanos, praias e bosques xerófilos

mediterrâneos, compondo uma riqueza para o território do ponto de vista ambiental devido a sua biodiversidade. É neste contexto em que esta inserida a maior parte da produção arrozeira da Espanha, cerca de 40% do total produzido no país, representando a inter-relação de ecossistemas agrários em espaços naturais. Contudo, até a década de 1990, o arroz na comarca de Doñana era produzido de forma convencional, utilizando fertilizantes e fitossanitários de forma indiscriminada. Ao final da década de 1990, devido a um envenenamento massivo de aves no parque, foi necessária a interferência de organismos Europeus para a preservação e recuperação dos ecossistemas do parque e uma reconversão dos sistemas produtivos de arroz, o que acarretou muitas mudanças de mentalidade e modo de agir dos arroteiros.

Haas, Froehlich e Aguilar Criado (2012) irão discutir em diferentes contextos da produção de arroz irrigado, especificamente no caso da Andaluzia (Espanha) e Rio Grande do Sul (Brasil), como estes cenários onde a produção orizícola desempenha importante papel econômico e social, utilizam-se de estratégias de diferenciação baseadas em vínculos com o território.

Os autores destacam a especificidade do caso espanhol, que conta com a existência de um importante marco institucional protagonizado pela União Européia, ao passo que no Brasil o ambiente institucional neste âmbito é ainda incipiente. Neste sentido, e do ponto de vista da lógica das dinâmicas de diferenciação, o trabalho põe em relevo a existência de elementos convergentes entre as iniciativas do arroz produzido no entorno do Parque Nacional Doñana (Espanha), por Arroces Doñana S.L e Arrozúa S.C.A., com os casos brasileiros do arroz “Amigo do Taim”, produzido no entorno da Estação Ecológica do Taim e da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho (Brasil).

No caso espanhol, estas experiências estão situadas no entorno do Parque Nacional Doñana, que representa características ímpares por abrigar biodiversidade singular, representando um espaço protegido e declarado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Deste modo, as empresas arrozeiras da região passaram a valorizar de sobremaneira a questão da qualidade vinculada à sustentabilidade do Parque, de modo que modificaram o manejo dos sistemas produtivos, através do cumprimento de regulamento específico com vistas à proteção e conservação do Parque de Doñana. A partir disso, as empresas passam a utilizar selos de certificação, como forma de garantir ao consumidor tal qualidade, através da implantação de sistemas ISO 9001 de Gestão da Qualidade e ISO 14001 de Gestão Ambiental, além dos selos de qualidade certificada, Produção Integrada e Produção Ecológica. Deste modo as estratégias adotadas pelas empresas arrozeiras de Andaluzia é valorizar os ativos de seu território, de modo que as referências do produto fazem alusão

direta ao Parque de Doñana. Os selos que comprovam a qualidade do produto representam elementos estratégicos para que o arroz produzido em Andaluzia possa competir no mercado europeu, onde os consumidores são mais exigentes e a Política Agrária Comum (PAC) passa a preocupar-se com as questões ligadas à segurança alimentar e rastreabilidade dos produtos agroalimentares.

Já no caso brasileiro, são investigadas as experiências do Arroz Ecológico “Amigo do Taim”, produzido no entorno da Estação Ecológica do Taim e do Arroz do Litoral Norte Gaúcho<sup>12</sup>. O arroz ecológico do Taim é produzido no entorno da Estação Ecológica do Taim, importante área de conservação e proteção ambiental gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O objetivo do instituto é proteger parte da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, priorizando os ambientes úmidos – também conhecidos como “banhados”. Através de um Plano de Desenvolvimento no qual foram criadas ações prioritárias voltadas para a questão da sustentabilidade da região, desenvolveu-se uma ação focada na produção do arroz ecológico. A escolha dessa atividade se deu devido à importância socioeconômica do cultivo do arroz na região e desta atividade representar um dos principais fatores de degradação das áreas úmidas no ecossistema do Taim, impactando diretamente na drenagem dos banhados, o extermínio da mata nativa e no mau uso e contaminação das lagoas Mirim e Mangueira. A partir dessa ação, atualmente, o arroz produzido no Taim compreende uma área de 145 hectares, produzido por agricultores familiares através do manejo ecológico e certificado pela empresa Ecocert, sendo comercializado no Brasil, América Latina e Europa. Os autores concluem que, embora existam diferenças entre os contextos pesquisados, os casos analisados recorrem às singularidades do território onde se insere a produção orizícola como uma estratégia de diferenciação que é conjugada à utilização de selos que atestam ao consumidor a qualidade associada à origem do produto.

Deste modo, a produção de arroz começa a vincular-se com questões de qualidade diferenciada, de modo que se passou a produzir sob as normativas da produção integrada e ecológica, utilizando certificações ambientais para garantia da qualidade organoléptica dos grãos e segurança alimentar. Esta experiência tornou-se um caso emblemático de como as adequações às exigências de conservação ambiental através de certificações tornaram-se elementos estratégicos para produtores competirem no mercado.

---

<sup>12</sup> A seguir discutiremos a experiência da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz com maior profundidade.

## 2. METODOLOGIA

Esta investigação se propõe a analisar a primeira experiência reconhecida no Brasil de Indicação Geográfica na modalidade de Denominação de Origem (DO), situada no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo principal descrever a trajetória de construção da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho.

Em virtude da problemática de pesquisa a ser estudada, adotamos como estratégia investigativa o “estudo de caso”. Para Yin (2005), os estudos de caso mostram-se como uma ótima estratégia quando o pesquisador não possui controle sobre os fenômenos a serem estudados e quando o tema encontra-se contextualizado na vida real. Deste modo, o estudo de caso consiste em análise que preserva as características holísticas e expressivas da realidade a ser estudada.

Para tal, utilizamos o método descritivo. Segundo Rudio (2001, p. 71), “descrever é narrar o que acontece; desta forma a pesquisa descritiva está interessada em descobrir o que acontece; conhecer o fenômeno, procurando interpretá-lo, e descrevê-lo”. Deste modo, esta pesquisa tem um caráter descritivo quanto ao seu escopo, uma vez que pretendemos descrever, através do levantamento e análise de informações, obtidas por meio de entrevistas semi-estruturadas com aos atores que atuaram no processo de obtenção da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho.

Utilizamos nesta pesquisa o que Geertz (1978) chamou de “descrição densa”, que representa um sistema de signos entrelaçados que podem ser interpretados e descritos de uma forma inteligível ou, ainda, descritos com densidade. A descrição densa ocorre a partir do esforço do pesquisador em interpretar as múltiplas estruturas conceituais complexas que muitas vezes não estão evidentes sobre os comportamentos, acontecimentos sociais e instituições. Sendo assim recorreremos nesta pesquisa a recursos utilizados no método etnográfico, que Geertz considera:

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1978, p.7).

Deste modo, durante o trabalho de campo, buscamos interpretar os fenômenos para além do estado de realidade, evidenciando as tensões ou os fatos implícitos que pudemos

apreender. A importância de apresentar tais nuances está em entender não o óbvio, mas sim o que se quer revelar a partir disso, ou “o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho” (GEERTZ, 1978, p.8).

Dividimos a coleta de dados para esta pesquisa em duas etapas. Primeiramente foi feito um resgate de material acerca do tema em fontes secundárias, trabalhos acadêmicos e informações disponibilizadas por diversos órgãos em plataformas *online* sobre a experiência de obtenção da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho, tomadas como referência em seu percurso até sua obtenção formal.

Nesta etapa foi realizada, ainda, através de pesquisa documental, a consulta ao processo de obtenção da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), órgão regulador e normatizador das Indicações Geográficas no Brasil, com a finalidade de levantar informações sobre a trajetória de construção da DO.

A segunda etapa consistiu em visitas *in loco* na região onde foi realizado o trabalho de campo. Foram utilizadas, além da observação participante, entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais e institucionais envolvidos na obtenção da Denominação de Origem.

Pelo fato da extensão do território ser muito vasta para compreender sua totalidade, nos detemos ao conjunto de produtores e cooperativas que compõem a APROARROZ, que atualmente compreendem apenas parcialmente o território demarcado pela DO, incluindo os municípios de Palmares do Sul, Mostardas e Tavares. Todavia não nos restringimos unicamente a este universo. Tendo em vista a totalidade do território e a diversidade de grupos produtores de arroz que o compõe, como os grupos da agricultura familiar e de comunidades quilombolas, faz-se necessário dialogar com as múltiplas vozes presentes em campo, e, como aponta Clifford (1998) dar um tom polifônico a esta análise. Foram realizadas no total 18 entrevistas, com representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Prefeitura de Mostardas, Secretaria de Turismo e Esportes de Mostardas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mostardas, Cooperativa Palmares, Cooperativa Mostardas, bem como sete grandes produtores de arroz sócios da APROARROZ e três produtores da agricultura familiar. Entretanto, foi necessário consultar atores fora deste circuito, para observações complementares e entrevistas não gravadas como no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), Instituto Rio-Grandense de Arroz (IRGA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Comunidade Quilombola da Casca e

Comunidade Quilombola dos Teixeira. Os dados obtidos foram analisados e sistematizados à luz da literatura pertinente à temática deste trabalho.

## **2.1. Área de estudo**

A qualidade reivindicada pela DO se revela através de processos históricos engendrados na trajetória de desenvolvimento desta região já nas primeiras lavouras de arroz por volta da década de 1930. As condições favoráveis da península para orizicultura já foram notadas pelos produtores que verificam potencial produtivo diferenciado e às condições propícias para o cultivo de arroz e que, de certo modo, estas condições orientaram o desenvolvimento de municípios como Palmares do Sul, Capivari e Mostardas, gerando trabalho e renda, bem como um fluxo migratório para esta região.

A área que abrange o universo empírico desta pesquisa localiza-se na região delimitada pela DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho, área que circunscreve os municípios de Capivari do Sul, Cidreira, Palmares do Sul, Pinhal, Mostardas, Tavares e São José do Norte; e parcialmente os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Viamão e Imbé. Esta região é formada por uma península arenosa com 300 quilômetros de extensão, que corre paralelamente ao litoral do Rio Grande do Sul. Esta península divide o “mar de dentro” (Laguna dos Patos) - com extensão de 280 quilômetros de comprimento por 60 quilômetros de largura - e o “mar de fora” (Oceano Atlântico). Esse complexo de ecossistemas costeiros inclui também outras lagoas de água doce e lagunas de água salgada, praias, dunas, banhados, vegetação de restinga (figueiras, arvoretas menores, arbustos e cactos) e uma área marinha, compondo um ambiente diverso e rico do ponto de vista ambiental.

Esta riqueza se manifesta diante da grande biodiversidade presente no território, onde o encontro de correntes frias e quentes no oceano atlântico e a abundância de lagunas de água doce atraem cerca de 150 espécies de aves migratórias do Extremo Sul, Chile e Sul da Argentina, que são atraídos pela fartura de peixes, camarões, siris e caramujos. Além disso, a fauna local tem a presença de mamíferos como as capivaras, ratões do banhado, bem como emas, veados, tatus e graxains.

Diante disso, a cultura do arroz passou a sobressair-se economicamente no território, acentuando o desenvolvimento dos municípios tendo em vista que a região se tornou expressiva produtora do grão no Rio Grande do Sul. A partir da década de 1970 com os novos



pacotes tecnológicos<sup>13</sup>, o arroz do Litoral Norte tem significativo aumento em sua produtividade e começa a ser comercializado intensamente com a região Centro-Oeste do país, o que contribuiu para a difusão de sua qualidade diferenciada, que se concretizava através do preço significativamente superior – cerca de 10% mais caro que o restante do arroz produzido no RS – e sua função comercial era de qualificar o arroz produzido nos demais estados como matéria prima para a mistura das produções com finalidade exportadora.

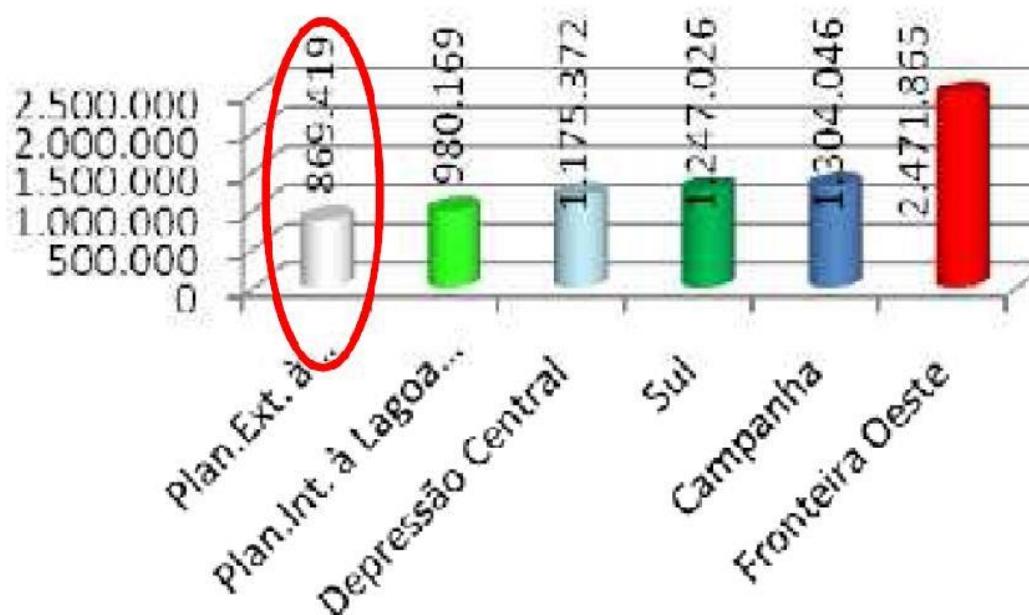
No Rio Grande do Sul a classificação do cultivo do arroz irrigado foi dividida pelo IRGA em seis diferentes regiões que apresentam características distintas quanto à topografia, clima, solos, disponibilidade de água para irrigação, tamanho de lavoura, dentre outros aspectos, o que determina variações em termos de produção e produtividade média no estado. As regiões são Fronteira Oeste, Campanha, Depressão Central, Planície Costeira Interna a Lagoa dos Patos e Planície Costeira Externa à Lagoa dos Patos; esta última representa a região que engloba o território estudado neste trabalho.



**Figura 2** – Subdivisão de regiões no RS conforme agroecossistemas para cultivo do arroz irrigado  
 Fonte: Klering *et al.* (2008 *apud* Haas e Diesel, 2012).

<sup>13</sup> Na agricultura este fato ficou conhecido como “Revolução Verde”, processo no qual ocorreu a modernização da agricultura através da utilização intensiva de tecnologias para produção em larga escala. No que diz respeito às lavouras de arroz no Litoral Norte, este processo foi liderado pelo IRGA, através da importação de novas variedades de sementes, insumos, máquinas agrícolas, bem como avanços na pesquisa sobre o arroz. Destaca-se também o apoio da política governamental de financiamentos e empréstimos do Banco Brasil para estímulo do desenvolvimento agrícola no estado (Dossiê Histórico Cultural DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz, 2010).

Atualmente a região da Planície Costeira Externa produz cerca de 10 a 11% do total do arroz produzido no RS, cerca de 870 mil toneladas (IRGA, 2010). A produção orizícola no município de Mostardas é produzida numa área de 37.786 hectares com uma média de 6.793 kg/ha e em Tavares abarca cerca de 2.101 hectares com média 6.830 kg/ha (IRGA Mostardas, 2013).



**Figura 3** - Produção de arroz no RS por regiões safra 2008/2009 (toneladas)  
Fonte: Klering *et al.* (2008 *apud* Haas e Diesel, 2012).

A Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte (APROARROZ) obteve em 2010 a primeira Denominação de Origem brasileira. Na área de abrangência do território certificado pela DO, que compreende os 11 municípios (conforme Figura 4), 1474 agricultores dedicam-se a atividade orizícola numa área de 130 mil hectares. Atualmente os produtores, cooperativas e indústrias estão organizados na APROARROZ, entidade que é a requerente e controladora da Denominação de Origem. Tanto o processo de produção quanto o produto final são controlados através do Conselho Regulador da APROARROZ, que fiscaliza as etapas de produção e o produto final com a finalidade de dar garantia da qualidade do Arroz do Litoral Norte Gaúcho.



**Figura 4**-Território demarcado para produção da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz  
 Fonte: APROARROZ (2013) acesso em julho de 2013.

A APROARROZ possui atualmente 40 sócios produtores de arroz e duas cooperativas. Destes 40 sócios, apenas 12 produzem arroz dentro das normativas da Associação. O motivo pelo qual optamos nesta pesquisa em realizar uma análise a partir de um recorte geográfico na região indicada na Figura 4, centralizada nos municípios de Mostardas e Tavares, consiste em que, a atual produção do arroz está concentrada em tais municípios, constituindo assim o que poderíamos chamar de “núcleo da DO” (Figura 5).

Nome	Variedade	Área em há	Localização da Lavoura	Colheita	Total/Sacos	SILO
Produtor 1	Puitá	110	Est. Cavalhada km 16, Mostardas	Encerrada	9000	
Produtor 2	Irga 417	65	Est. Cavalhada km 15, Mostardas	Encerrada	10000	SILO 3
Produtor 3	Puitá	105	Est. Cavalhada km 15, Mostardas	Encerrada	17000	SILO 4
Produtor 4	Irga 417	70	Est. Cavalhada Km 24, Mostardas	Encerrada	11000	SILO 6
Produtor 5	Puitá	100	Gr. Roça Velha/ VI Dr. Edgardo P. Velho/Mostardas	Encerrada	12000	SILO 1 E 2
Produtor 6	Puitá	200	Faz. Ranchinho – Mostardas	Encerrada	15000	SILO NOVO
Produtor 7	Puitá	147	RS 040, km 54 Est. Fazenda dos Touros – Mostardas	Encerrada	17500	SILO 2
Produtor 8	Puitá	150	RS 101, km 118 – Mostardas	Encerrada	18000	Faz. Monte Alegre
Produtor 8	IRGA 417	45	RS 101, km 118 – Mostardas	Encerrada	7000	Cooperativa Palmares
Produtor 8	IRGA 426	75	RS 101, km 118 – Mostardas	Encerrada	6000	SILO 12
Produtor 9	IRGA 417	44	Fazenda Tarumã – Mostardas	Encerrada	6400	Silo Faz. Casamento
Produtor 10	Puitá	50	Fazenda Passo do Mina – Mostardas	Encerrada	8000	SILO 1
Produtor 11	IRGA 417	160	Fazenda Bela Vista – Tavares	Encerrada	25000	SILO NOVO
Produtor 12	Puitá	200	Fazenda Ranchinho – Mostardas	Encerrada	30000	Ranchinho
Produtor 12	IRGA 426	50	Fazenda Ranchinho – Mostardas	Encerrada	5000	Ranchinho

**Tabela 2:** Disponibilidade de arroz (quantidade, local e variedade) da DO Litoral Norte Gaúcho

### **3. ESCULPINDO O TERRITÓRIO DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM LITORAL NORTE GAÚCHO**

Neste capítulo, iremos apresentar parte do território do Litoral Norte Gaúcho, com enfoque no município de Mostardas, de modo a traçar suas origens históricas, características territoriais e as pessoas que ali vivem. Esta apresentação está buscando situar a discussão a partir da trajetória social do arroz neste território, sua importância histórica, sócio-cultural e econômica.

#### **3.1. Caracterizações etno-histórica do Litoral Norte Gaúcho**

A ocupação humana do território da planície costeira externa do Rio Grande do Sul inicia-se por volta do século V com indícios da presença indígena ao longo da faixa litorânea entre os atuais municípios de Mostardas até São José do Norte. As principais etnias que transitaram por esta região foram de tradição Vieiras, Tupi-Guarani e Umbu, e sua presença fora detectada através do mapeamento dos sítios arqueológicos, principalmente compostos por cerritos e sambaquis. Segundo Schäfer *et al.* (2008), os municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte possuem 64 sítios arqueológicos de tradição Tupi-Guarani distribuídos em sete aterros, onze sambaquis (marinhos e lacustres) e 46 erodidos sobre dunas. Tais sítios arqueológicos são amparados segundo a Lei nº 3924 de 26 de julho de 1961 que protege os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Conforme Kraemer (2012), a partir de 1694 com a fundação de Laguna, que tinha como objetivo dar suporte à Colônia do Sacramento para escoamento da prata, a região da faixa litorânea da planície costeira do Rio Grande do Sul deixa de ser frequentada somente por jesuítas, soldados e caçadores de índios, tornando-se rota dos tropeiros. Sua principal atividade era levar o gado da Colônia de São Pedro para Sorocaba em São Paulo, passando pela cidade de Laguna, sendo que este trajeto denominou-se “Rota do Litoral”.

A passagem dos tropeiros nesta região e a travessia a cavalo de inúmeras cabeças de gado influenciaram diretamente nos nomes das localidades que compõem o território do litoral:

Imagina o cavalo, principalmente que tem um ditado antigo “o cavalo morre com a cabeça voltada pra querência”. Ai tu começa a virar pra península tu já vai começar a ver [...] nome de lugar com nome de cavalo: pasto pangaré, rincão dos baios, lagoa dos gateados, ali em Mostardas, a lomba da moura, as cavalhadas das estâncias, chamadas de cavalhadas, muito comum tu veres isso. E mais, principalmente o cavalo, o cavalo dessa região é esse cavalo com essas pessoas que entram pra cá e que começa o Cristóvão Pereira de Abreu a fazer as primeiras tropeadas para Sorocaba em São Paulo.  
(E.D Pesquisador)

Devido à necessidade de alimentação e descanso dos tropeiros, foram criando-se pontos estratégicos ao longo da rota, de modo que a partir do fluxo tropeiro foram surgindo as primeiras invernadas, motivo pelo qual as pessoas passam a estabelecer moradias nestes lugares, criando assim uma economia local ao longo desta rota.

A partir do século XVIII passa a se estabelecer na região a concessão de sesmarias, configurando um espaço fundiário que posteriormente vai compor a sociedade local. Este regime estende-se até 1822, com o fim das concessões e redistribuição fundiária a partir da Lei de Terras de 1850 e Lei Áurea de 1888.

Durante o período colonial, a ocupação territorial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul inicia-se com a doação pela Coroa Portuguesa, em 1732, da primeira sesmaria, chamada de Rio Grande, localizada próximo ao município de Tramandaí, doada a Manuel Gonçalves Ribeiro. Já em 1752 inicia-se o processo colonizatório a partir da imigração açoriana para o litoral gaúcho com a chegada de numerosos casais portugueses que desembarcam no porto de Laguna e em seguida deslocam-se para o porto de Rio Grande de São Pedro. Estes casais compunham uma classe camponesa de mão de obra familiar que receberam uma porção de terra concedida pelo governo para a prática agrícola, principalmente o cultivo do trigo, além da atividade de pesca. Os imigrantes açorianos tiveram papel fundamental para a construção da cultura local nos municípios do litoral do Rio Grande Sul, através dos seus hábitos, costumes, religião, festas tradicionais, arquitetura e gastronomia.

Os açorianos começaram a plantar trigo e centeio, nós fomos os primeiros a produzir trigo e centeio no Brasil. É o que eles plantavam, uns historiadores pesquisam (...) 1777 a península já era a maior produtora de trigo e centeio, 2000 juntas de bois mansos em Mostardas.  
(E.D Pesquisador)

Entretanto, neste período, a pecuária era considerada a atividade de maior rentabilidade econômica diante das lavouras de trigo, e logo os portugueses substituíram a

agricultura intensiva pela pecuária<sup>14</sup>, tornando-se os primeiros estancieiros da região (TORRES, 2004).

É neste período que a navegação interna pelo Rio Jacuí, lago Guaíba, laguna dos Patos e seus respectivos canais e rios que as interligavam, começa a se complexificar e passa a ser utilizada como sistema de transporte local compondo um sistema lacustre que, ao final do século XIX, unia as cidades de Rio Pardo, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, tornando-se o principal pólo da economia regional.

Contudo, Leite (1995) ressalta que grande parte da literatura sobre a colonização do estado do Rio Grande do Sul atribuiu maior visibilidade aos grupos procedentes de diferentes países europeus. Apesar da importante função dos imigrantes europeus na colonização do Brasil, e especificamente do Rio Grande do Sul, o papel dos negros neste contexto foi fundamental. Silva (2007, p.39) alerta para visões etnocêntricas, que “desconsideram ou subestimam todo um complexo produtivo já existente, baseado no trabalho escravo, alicerce do sucesso do empreendimento econômico das charqueadas”. Deste modo, faz-se necessário lembrar que a colonização no Rio Grande do Sul foi composta por categorias pluriétnicas, e os negros neste cenário tiveram importante contribuição, o que refletiu no surgimento de uma cultura miscigenada, sobretudo no Litoral Norte do RS, aspecto que trataremos mais detalhadamente a seguir.

O período colonial regido através do sistema de concessão de sesmarias consolidou, na região do Litoral Norte uma estrutura fundiária baseada nas grandes propriedades de terra, com utilização do trabalho escravo e atividade produtiva voltada para grandes mercados consumidores, principalmente de carne bovina e aguardente. Entretanto, paralelamente a esta produção, existiam também sistemas locais de produção baseados na mão-de-obra camponesa, ligadas ao abastecimento das grandes estâncias escravocratas da região e prestação de serviços para a moagem da cana e na criação de gado. Esta produção era baseada em propriedades dos camponeses portugueses ou na cedência de glebas por parte dos senhores aos escravos ou ex-escravos (KRAEMER, 2012).

A partir de 1824, é a vez da chegada dos imigrantes alemães na região do Litoral Norte, nas encostas de fronteira com os portugueses, produzindo uma competição territorial e étnica. É neste período que o arroz passa a ser cultivado de forma intensiva pelos imigrantes alemães, que trazendo consigo hábitos alimentares e costumes próprios, tornam-se os

---

<sup>14</sup>Este período histórico foi marcado por um sistema de produção latifundiário e mercantil, denominado Charqueadas. A partir da metade do século XVIII, o Rio Grande do Sul teve seu desenvolvimento econômico centrado principalmente na pecuária e na produção do charque, formando uma elite pecuarista que controlava as charqueadas desde suas estâncias. (Wikipédia, acesso em dez. de 2013)

pioneiros na orizicultura no estado. Em 1875 ocorre a onda migratória teuto-italiana, principalmente para a região da alta encosta do planalto. Estas ondas de imigração configuraram um cenário de diversidade étnico-cultural no RS, baseado na ocupação do espaço geográfico, o que produziu linhas demarcatórias destes grupos engendrando condições de desigualdade (LEITE, 1995).

Já no início do século XX, com a latente demanda social do lazer à beira mar e os fins terapêuticos destas atividades, é crescente o contingente sazonal de pessoas, bens e serviços para o litoral gaúcho, de modo que se passou a intensificar o interesse econômico nessa região (STROHAECKER, 2007). Este aumento no fluxo de pessoas para o litoral, aliado às dificuldades de escoamento da produção de bens locais gera a necessidade de construção de estradas de ferro na região. Portanto, é neste período em que são construídas as primeiras ferrovias, ligando Palmares a Osório, bem como a primeira estrada do estado ligando Porto Alegre ao litoral. Esta época é marcada por uma estrutura social e fundiária predominantemente dominada pela pecuária extensiva e a lavoura de arroz, através de pequenos núcleos dispostos no território e com dificuldade de comunicação entre si. Este fato representou um entrave econômico para a região, que na época, era considerada atrasada frente às demais regiões do RS.

Por volta de 1959, o governo do estado cria a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral Norte – CODEL, com a finalidade de estimular o desenvolvimento social e econômico dos municípios do litoral do estado. Através de uma parceria com o governo da Holanda, inicia-se na região um estudo sobre o desenvolvimento do litoral, com ênfase na melhoria dos sistemas de navegação, estudos dos problemas da agricultura e hidrologia. Neste período, a região já assumia características sócio-econômicas urbanas, principalmente devido ao surgimento de indústrias e agroindústrias na região, o que acentuou uma diferença entre as duas metades do território litorâneo: a metade norte possuía características econômicas dinâmicas de agricultura intensiva e mecanizada bem como a presença de indústrias, contrastando com a metade sul composta de uma estrutura fundiária marcada pelo latifúndio de produção pecuária e orizícola e estagnado em relação à primeira (STROHAECKER, 2007).

Com a construção da BR- 101 inicia-se a ligação do litoral gaúcho com o Brasil, aproximando os perímetros rurais e urbanos, e a partir da acessibilidade, começa a desenvolver-se o turismo nos balneários e, por conseguinte, ocorre o crescimento econômico e melhoria de infraestrutura nestes municípios. Em 1973 a rodovia que ligava Porto Alegre a Osório é substituída pela *Free-Way*, diminuindo consideravelmente o tempo de deslocamento



até o litoral. Nos anos de 1970 a 1980, o planejamento do estado criou o Plano LINOR – Plano Integrado de Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul- constituindo até os dias de hoje o maior projeto desenvolvimentista para a região. Este plano tinha como objetivo, através de diagnósticos e estudos, planejar a organização do espaço regional, utilização dos recursos naturais, bem como a preservação e conservação dos usos do meio ambiente.

### 3.2. As pessoas

O arrozal vai florescendo  
 Vai perfilando a esperança  
 E venho desde criança  
 Da lavoura aprendendo  
 Quando a foice ia colhendo  
 E na meda depositando  
 A carreta ia cortando  
 A resteva já colhida  
 E seguia nessa lida  
 Ano após ano plantando  
 [...]  
 A lavoura da florida  
 Já quase dobrando o cacho  
 Se algum frio de baixo  
 Prejudica a produção  
 [...]  
 O aguador dá-lhe boca  
 E a água entra no quadro  
 E eu banhando meu pago  
 Na tradição do arroz  
 A água vem do canal  
 Artéria da irrigação  
 E vai talhão a talhão  
 Molhando a lavoura inteira  
 Que tradição caborteira  
 É produzir nesse chão<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> - ZARRO, N. Dossiê Histórico e Cultural sobre o arroz do Litoral Norte, 2010.

A figura do “arrozeiro” na região estudada é muito recorrente e tradicional. O cultivo do arroz neste território remete ao início do século XX e está presente em muitas famílias há pelo menos três gerações. Conforme demonstra a poesia citada, a importância do cultivo do arroz na vida destes agricultores vai além de aspectos econômicos. Desde o início do século passado até os dias atuais, o sistema de produção na orizicultura tem se transformado rapidamente, principalmente devido ao desenvolvimento de tecnologia produtiva, como máquinas, insumos e melhoramento genético. Entretanto as práticas produtivas tradicionais, que são representadas através das memórias de um tempo antigo em que se tinha a “lavoura a boi”, a “colheita à foíce”, as “medas de arroz”, as “taipas”, faz alusão a um passado que confere um modo de vida típico do arrozeiro.

Apesar do recorte metodológico desta pesquisa ter abordado o trabalho de campo a partir de um olhar que deu maior ênfase aos produtores de arroz que pertencem a APROARROZ, pelo fato de representarem a entidade requerente e controladora da Denominação de Origem, acreditamos, contudo, que este olhar não podia restringir-se unicamente a este universo de informantes. Tendo em vista a totalidade do território e a diversidade de grupos produtores de arroz que o compõe, fez-se necessário dialogar com as múltiplas vozes presentes em campo, conforme aponta Clifford (1998), com a finalidade de dar um tom polifônico a esta análise. Diante desta pluralidade, optamos, numa tentativa de explicitar tais vozes, identificar os principais grupos sociais que estão diretamente ligados à produção orizícola. Para isso, criamos quatro grandes tipos os quais apresentaremos a seguir.

### 3.2.1. Burguesia Agrária<sup>16</sup>

Os produtores que pertencem a APROARROZ são em sua maioria grandes proprietários de terra, suas propriedades possuem entre 700 a 12.000 hectares. Grande parte dos produtores entrevistados tem formação acadêmica em engenharia agrônômica e trabalham exclusivamente em suas propriedades, sendo que, em muitos casos, os filhos são estudantes universitários na área das ciências rurais e agrárias. A gestão da propriedade é feita pela família com auxílio de administradores. Estes produtores não vivem durante o ano em suas

---

<sup>16</sup>Ramos (1995) considera o termo burguesia agrária não somente como uma classe econômica mas um conjunto de diferenças percebidas pelo agentes sociais. A burguesia agrária é uma fração das classes dominantes que investem o capital no trabalho agropecuário e vivem da exploração do sobretabalho de assalariados rurais. Utilizaremos nesta pesquisa o termo de elites rurais como sinônimo de burguesia agrária.

propriedades rurais, sendo que possuem residências geralmente em Mostardas, Pelotas e Porto Alegre, e ficam em trânsito entre as residências de acordo com os períodos de plantio e colheita. A gestão da propriedade nos períodos de ausência fica a cargo de outros membros da família e/ou administradores. A posse da terra é passada de geração em geração, de modo que estes produtores têm o objetivo de aumentar o patrimônio e a produção através da compra de terras e arrendamentos, este último muito comum em todos os casos observados. As propriedades possuem alta tecnologia agrícola, com máquinas, tratores, caminhões e colheitadeiras modernas, silos em suas propriedades e pulverização aérea.

Muitos dos produtores que pertencem a APROARROZ são lideranças políticas da classe arroseira, possuindo cargos de representação em associações, cooperativas, sindicatos e federações, o que permite um engajamento político referente às demandas de interesse da classe arroseira. Os produtores representam um grupo altamente integrado ao mercado e com visão para estratégias de diferenciação com finalidade de agregar valor ao arroz.

Segundo os dados da Emater (2013), atualmente existem no município de Mostardas, 314 pecuaristas não familiares e 237 agricultores não familiares; destes, apenas 42 são sócios da APROARROZ.



**Figura 5:** Grandes propriedades de Mostardas  
Fonte: Dados de Pesquisa (2013).

### 3.2.2. Agricultura Familiar

Historicamente, o grupo da agricultura familiar<sup>17</sup> no município de Mostardas ocupa extensões limitadas da superfície agrícola da região, em contraponto ao predomínio das grandes propriedades da rizicultura e pecuária no município. Durante os principais períodos de plantio e colheita da lavoura de arroz, muitos destes agricultores empregam-se como mão de obra temporária nas lavouras, para construção e reforma de taipas, canais de irrigação, colheita manual ou mecânica, dentre outras atividades. Conforme Carvalho (2012) e Luz (2012), os agricultores proprietários de terra no Litoral Norte, sofreram intensa pressão para a venda ou arrendamento de suas terras, inicialmente para as lavouras de arroz e, em seguida, para as empresas de reflorestamento, que a partir da década de 1960 passaram a utilizar parte do território para o plantio de *Pinus* e Eucalipto, cuja exploração permanece até os dias atuais.

Nós temos problemas sérios com a questão da agricultura familiar, 80% dos agricultores familiares não têm nem a documentação da terra. Nós estamos fora de qualquer projeto, da iniciativa de tu fazer algum projeto de investimento na propriedade, como esse de sistema de irrigação até galpões da estrutura da propriedade e não consegue financia porque tu não tens o documento da terra e é 80% dos agricultores familiares tem esse problema.  
(E.F Entidade de Apoio)

Segundo os dados da EMATER, a composição da agricultura familiar no município de Mostardas é composta por 34 pecuaristas familiares e 227 agricultores familiares, além dos pescadores e quilombolas que se enquadram nesta categoria, mas que serão tratadas aqui neste trabalho como categorias distintas em virtude de suas características específicas. Além disso, a cidade possui cerca de 630 aposentados rurais.

A produção da agricultura familiar na região está ligada principalmente à produção de arroz, feijão, milho e cebola. A subordinação dos sistemas produtivos ao monocultivo do arroz na região do Litoral Norte representa um fator de entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Tendo em vista os elevados custos de produção das lavouras de arroz, a dificuldade de acesso aos recursos hídricos e a precariedade dos acessos rodoviários

---

<sup>17</sup> Segundo Neves, pode-se definir o conceito de agricultura familiar como àquela que apresenta a família como centro da organização da produção e simultaneamente como proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta dupla dimensão, põe em relevo as especificidades no modo de gestão do estabelecimento, tornando-se uma referência para racionalidades sociais assumidas para atender seus diferentes objetivos socioeconômicos; criando padrões sociais nas relações de sociabilidade e restringindo suas relações com o mercado. A Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, não prevê distinções para comunidade tradicionais para o conceito de Agricultura Familiar, entretanto neste trabalho, consideramos categorias distintas sua ligação com os Pescadores Artesanais e Comunidades Quilombolas.

para o escoamento da produção, através da combinação destes fatores, criou-se uma série de dificuldades para os pequenos produtores, de modo que representa limites para a diversificação da produção e refletindo em problemas de ordem social.

Houve um acultramento muito grande né, na região, e a própria agricultura familiar, até na área do arroz, porque a dependência é muito grande do sistema, é uma cultura que depende de grande volume de recursos né. Tu tens pouco acesso, por exemplo, a questão da água, os agricultores familiares dependem muito de outros, às vezes eles tem a terra, mas não tem a água. [...] até acessos públicos, por exemplo, se tu pegar a Lagoa dos Patos, nós temos 100 km dentro município de Mostardas aproximadamente, nós temos três acessos públicos.  
(E.F Entidade de Apoio)

A participação do município no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é pequena, composta por cinco produtores através da cooperativa Freguesia da Terra, o que corresponde a 8,2% do valor total da participação da agricultura familiar no PNAE. Os principais produtos entregues para merenda escolar são: feijão, alface, aipim, cenoura, beterraba, tempero verde e repolho. O acesso ao crédito rural via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar mediados pela EMATER somou o número de 27 contratos no ano de 2013, no valor total de R\$ 378.434,57.

De acordo com os extensionistas rurais da EMATER, a principal dificuldade enfrentada pelos jovens do meio rural da agricultura familiar no município de Mostardas deve-se a pouca perspectiva de sucessão nas atividades agrícolas, isso ocorre em virtude da grande subordinação da renda agrícola à monocultura do arroz e pouca diversificação do sistema produtivo, de modo a gerar uma dependência das lavouras de arroz, o que exige custos altos para produção. A questão de mobilidade na região igualmente representa um problema que influencia diretamente na saída dos jovens do interior de Mostardas, de tal modo que a proximidade com Porto Alegre é um fator-chave de migração destes jovens, que buscam na capital melhores condições de estudo e trabalho.

### 3.2.3. Comunidades Quilombolas

A chegada dos negros no Litoral Norte gaúcho se dá a partir do século XVIII, através do desenvolvimento das charqueadas e a utilização da mão-de-obra de trabalho escravo. Conforme Silva (2007) e Schäfer *et al.* (2008), a importância histórica dos negros no Rio Grande do Sul foi abordada de forma pouco expressiva diante da excessiva visibilidade dada

aos colonizadores europeus, de modo que as presenças indígena e quilombola permaneceram durante muito tempo marginalizadas.

Os primeiros escravos negros chegaram ao território que compreende o atual município de Mostardas, eram de propriedade do Capitão Francisco Lopes de Mattos e Quitéria do Nascimento, donos da Fazenda dos Barros Vermelhos. Esta região era chamada de Campos de Casca devido à presença dos “casqueiros” como eram chamados os sambaquis existentes na costa litorânea. Em 1826, 62 anos antes da abolição da escravatura, Quitéria do Nascimento deixa em seu testamento uma doação de parte de sua propriedade para 26 escravos alforriados, cuja condição seria da impossibilidade da venda destas terras, das quais se originou o atual Quilombo da Casca, primeiro quilombo do Rio Grande do Sul que teve reconhecimento por parte do estado brasileiro da regulamentação fundiária e da condição de comunidade remanescente de quilombos.

Além do Quilombo da Casca, existem no município de Mostardas outros dois quilombos, conhecidos como Beco dos Colodianos e Teixeiras. No município de Tavares existem os quilombos Olhos d’Água e Coporocas, entretanto, além do Quilombo da Casca, nenhum deles é reconhecido oficialmente como comunidades de remanescentes de quilombos. Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de visitar o Quilombo da Casca e Teixeiras, onde pudemos fazer algumas observações pertinentes a esta pesquisa.

O cultivo de arroz nos territórios quilombolas que pudemos visitar representa a atividade de maior importância econômica para as comunidades. A criação de animais (gado e cordeiro) é outra importante atividade além da agricultura para subsistência. As comunidades visitadas participam, através da mediação da EMATER, do programa RS Biodiversidade<sup>18</sup>, onde a produção agroecológica tem sido estimulada e desenvolvida juntamente com alguns produtores, principalmente na produção de hortaliças.

E ai gera essa dependência, por exemplo, que, antes eles tinham uma dependência muito grande de maquinas, os próprios Teixeiras (referindo-se a comunidade quilombola) tinham dois ou três agricultores familiares que plantavam arroz, hoje tem em torno de uns 14 ou 15 que estão plantando, porque veio uma patrulha do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através de um projeto que foi montado ai, através da prefeitura, veio uma patrulha agrícola e um silo, pra eles, então eles tem um espaço deles próprios que pelo menos não depende nessa área, ai depende no uso de colher, mas de preparo de solo e secagem eles não tem muita dependência [...] só que como é um silo, todos tem que plantar a mesma variedade e eles fica reféns de algumas coisas, até porque a questão do ciclo, pela questão depois pra secar tu não tem como misturar então tem que mais ou menos todo mundo colher na mesma

---

<sup>18</sup>O RS Biodiversidade - Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – representa uma das políticas do Governo do Estado para proteção e conservação dos recursos naturais através da busca da promoção e incorporação da temática da biodiversidade nas instituições e comunidades participantes. Disponível em <http://www.biodiversidade.rs.gov.br/> acesso em 12 de janeiro de 2014.

época e colocar no silo com a mesma umidade para não ter problema depois na secagem.  
(E.F Entidade de Apoio)

Além do cultivo do arroz (*Oriza sativa*) os quilombos da região cultivam outra espécie de arroz (*Oriza glaberrima*) também conhecido como “arroz quilombola”. Esta semente foi resgatada pelo pesquisador Sebastião Pinheiro da UFRGS durante visitas em quilombos do Nordeste, e através de grupos de pesquisa desta mesma universidade desde 2007 está sendo introduzido em quilombos no Rio Grande do Sul, localizados em Mostardas e Restinga Seca (PINTO *et al.*, 2013).

De acordo com Carney e Marin (2004), a domesticação deste grão é datada de mais de 4,5 mil anos por povos da família linguística Mande que habitavam o atual território da costa de Guiné. A mitologia em torno da chegada deste grão no Brasil conta que as mães africanas escondiam as sementes de arroz nos cabelos das crianças durante o período de tráfico negreiro, com o intuito de manter seus hábitos alimentares quando chegassem a seu destino, de modo que grande parte dos escravos traficados desta região possuía tradição na orizicultura. Ainda de acordo com as autoras, o *Oryza Glaberrima* foi o primeiro arroz cultivado no Brasil, sendo exportado para a Europa pelos brancos, e, por volta de 1760 seu cultivo fora proibido pela Coroa Portuguesa, passando a ser cultivado de forma clandestina nos quilombos do Norte e Nordeste brasileiro.

Conforme Pinto *et al.* (2013), a inserção do cultivo do arroz quilombola em comunidades negras representa uma estratégia baseada no resgate cultural étnico e da agrobiodiversidade, de modo que o discurso imbricado na biografia deste bem, com forte apelo étnico, representa um elemento que pode trazer certa autonomia cultural e econômica para as comunidades quilombolas. Atualmente, a produção do arroz quilombola nas comunidades visitadas em sido produzida somente para preservação da biodiversidade, e não tem sido comercializada.



**Figura 6** - Comunidade Quilombola dos Teixeiras  
 Fonte: Dados de pesquisa (2013).

#### 3.2.4. Pescadores Artesanais

A pesca artesanal no Litoral Norte do Rio Grande do Sul representa uma atividade tradicional, herança cultural difundida pelos açorianos desde a época do povoamento da região e que confere uma identidade social à comunidade local. A abundância de recursos hídricos para atividade pesqueira (marítima e lacustre) colaborou para a inserção da pesca como importante atividade socioeconômica dentre a população litorânea que sobrevive exclusivamente da atividade pesqueiras

De acordo com Garcez e Botero (2001), a população pesqueira nas macro-regiões do Litoral Norte (incluindo as lagoas costeiras) e Lagoa do Peixe, conta com cerca de 1830 pescadores artesanais. As principais praias que compreendem a faixa litorânea de Mostardas e Tavares são: Porto dos Casais, Veiana, Pai João, Balneário Mostardense, Coqueiro, Lagamarzinho, Talha Mar e Farol. Os acessos a estas praias são precários, principalmente pela falta de estradas e transporte urbano, bem como a falta de rede elétrica.

Segundo dados da EMATER (2001) do município de Mostardas, a principal composição da renda pesqueira se dá pela pesca da Tainha, Papa Terra, Pescadinha, Bagre, Camarão Sete Barbas e Camarão Rosa, sendo pescados na Lagoa do Peixe, através do seu



canal de conexão com o mar durante boa parte do ano. A venda do pescado é feita predominantemente por atravessadores que fazem a intermediação com os mercados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O Parque da Lagoa do Peixe fica situado na divisa dos municípios de Tavares e Mostardas possuindo um expressivo contingente populacional que sobrevive da pesca no entorno do Parque, segundo dados da EMATER (2013) são atualmente 167 pescadores, de modo que grande parte da comunidade tradicional está situada dentro do Parque. Este fato, conforme discute amplamente Adomilli (2002), gerou uma série de conflitos com os órgãos ambientais locais. O conflito entre os pescadores e o IBAMA foi agravado devido a problemas de secagem da lagoa e a pesca predatória, de modo que a partir da criação do Parque, no ano de 1986, houve a execução de uma série de políticas de gestão ambiental em parques e reservas naturais no que diz respeito a ecossistemas considerados ameaçados, que ocasionaram inúmeros conflitos entre os órgãos de fiscalização ambiental e povos tradicionais.

A criação de um Parque Nacional afeta a população local, em razão de que não há vazios humanos nos ambientes designados como de conservação, como se supõe. É o que se observa em relação à existência do plano de manejo que visa retirar todos os pescadores que vivem no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. (ADOMILLI, 2002, p.36)

A gestão do Parque foi feita até 2007 pelo IBAMA, a partir deste ano, com a criação do ICMBio, a gestão do Parque passou a ser responsabilidade desta instituição. Até o ano de 2007, a área delimitada para fiscalização do entorno do Parque era de 10 km e com a transição para a nova gestão, a área de fiscalização diminuiu para 3 km. Atualmente, não se tem controle e fiscalização ambiental municipal fora do perímetro do Parque, sendo responsabilidade do ICMBio monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais na área do Parque, fiscalização da legislação e enquadramento das normas, cadastro de irrigação para as lavouras de arroz e inspeção dos banhados através do controle de diques e puxadas de água.



**Figura 7** - Pesca artesanal marítima no município de Mostardas  
 Fonte: Paula Cardoso da Perciuncula

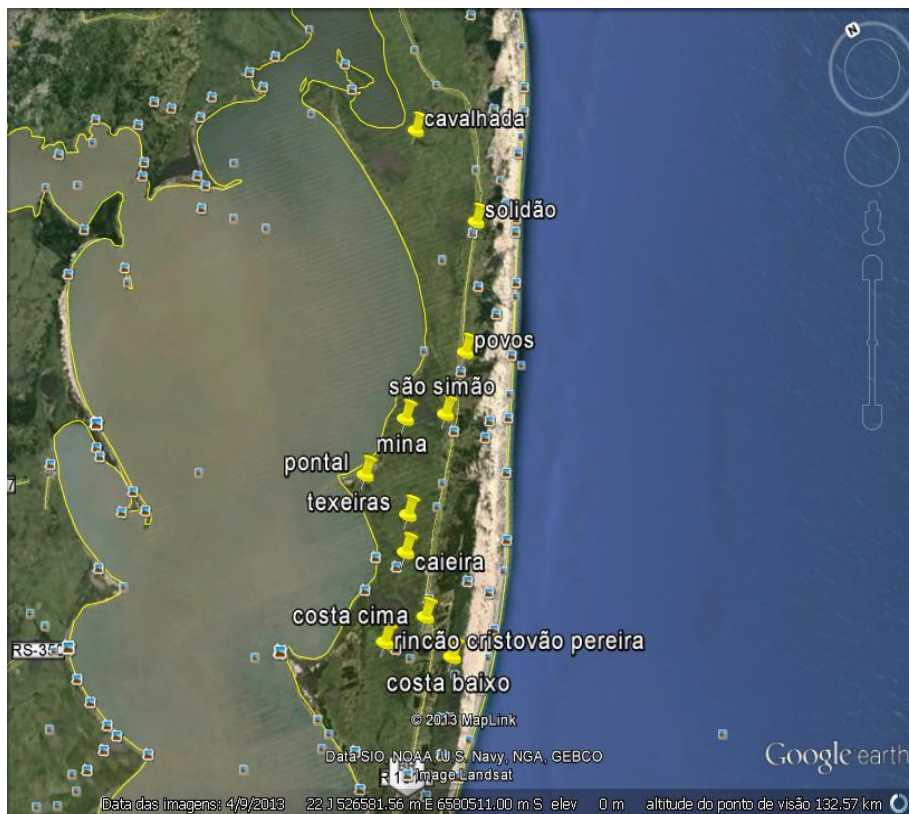


**Figura 8** - Lagoa do Peixe  
 Fonte: Dados de pesquisa (2013).

### 3.3. O território

Mostardas é uma povoação perdida entre areais, junto à costa do oceano. Gente boa, do bom tempo. Tece o linho, de que faz desde os enxovais de casamento até as camisas do diário; tece a lã desde os xergões grosseiros até o picotinho lustroso. A gente que trabalhava com tal lã suave em barba e ficava com as mãos vermelhas, quentes, fumegando, como se estivesse lidando com água esperta.  
 (JOÃO SIMÕES LOPES NETO, 1952).

O município de Mostardas está localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul na região denominada planície costeira externa, que fica situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, formando um istmo entre essas duas massas de água. A cidade fica a 205 km de distância da capital Porto Alegre e possui uma extensão territorial de 1.952 km<sup>2</sup> e altitude de 12 metros acima do nível do mar. As principais vias de acesso ao município são: RS 040 e RST101, também conhecida por Estrada do Inferno. O município faz divisa com Palmares do Sul e Tavares, municípios que serão brevemente apresentados ao longo deste capítulo.



**Figura 9** - Mapa das localidades de Mostardas  
Fonte: Google Maps(2013).

O município de Mostardas foi emancipado de São José do Norte no ano de 1963, através da Lei Estadual nº 4.691 de 26 de dezembro. Em 1982 perdeu parte de seu território para a criação dos municípios de Tavares e Palmares do Sul. Segundo os dados do IBGE, o município de Mostardas possui atualmente 12.637 mil habitantes, numa área territorial de 1.982,922 km<sup>2</sup>.

Por volta de 1732, a região de Mostardas era ocupada por cerca de 27 povoados com fazendas de cavalos e vacas, sendo que atribui-se ao tropeiro Cristovão Pereira de Abreu ser um dos primeiros ocupantes destas terras. Em 1739, têm-se registros do primeiro fazendeiro da região, o Capitão Domingos Gomes Ribeiro. Em meados de 1740 a fazenda de Mostardas foi confiscada para ser utilizada como hospedagem do Rei de Portugal, e no ano de 1742 foi criado um posto de vigilância denominado “Guarda de Mostardas”. A Freguesia de Mostardas foi criada em 1773 sob o nome de São Luiz Rei de Mostardas, nome da igreja matriz, nesta mesma época iniciou-se a colonização açoriana. Existem alguns mitos baseados na oralidade da população local que criam algumas suposições para a origem do nome da cidade. Alguns crêem que a denominação da cidade se deu devido à abundância do vegetal que lhe dá o nome. Outra suposição atribui a causa do nome a um naufrágio de um navio Francês denominado Mostardas na costa do município, onde alguns de seus sobreviventes teriam se abrigado na região. Para outros o nome advém de um comerciante de sobrenome Mostardas que habitava o posto de vigilância da região (SCHÄFER *et al.*, 2008).

Conforme Machado e Maciel (2010), a região da península do Litoral Norte Gaúcho é conhecida por sua tradição açoriana (Figura 10). Entretanto, culturalmente, é fortemente marcada por manifestações culturais relacionadas a uma negritude que permanece encoberta no reconhecimento pela identidade local. Assim, os autores argumentam que existe neste território uma contraposição da identidade local marcada pela multiplicidade de práticas culturais que revela, de um lado, a açorianidade dita como supostamente identidade oficial, e de outro, a existência do negro.

A região de Mostardas se caracteriza por uma complexa rede hidrográfica, marcada pela presença de muitas lagoas entre o mar e a restinga. Dentre as principais podemos citar: Lagoa dos Gateados, Barros, Barra Velha, Tarumã, Figueira, Poncho, Reserva e Rincão dos Veados, dentre outras. A Lagoa dos Patos, ou como também é conhecido “Mar de Dentro”, representa um importante elemento natural para a região, na medida em que além de ser um componente característico da paisagem local, que mantêm um complexo ecossistema no seu entorno, tem papel fundamental para o sustento das famílias em suas atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras. A lagoa banha em uma extensão de 100km a costa oeste do município de Mostardas, de modo que juntamente com os mananciais, compõe a principal fonte de irrigação da lavoura de arroz. O potencial hídrico da região é abundante em água doce, possuindo um lençol freático de uma profundidade de cerca de 1,80m, além da série de lagoas já citadas. A região possui uma orla marítima de 100km, composta por praias, dunas, vegetação de restinga, sambaquis e morretes (CARVALHO, 2012).



**Figura 10** - Centro histórico de Mostardas – arquitetura açoriana  
 Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O município de Mostardas apresenta, segundo dados do IBGE (2014), um PIB de 192.112.097,00 e suas principais atividades econômicas são respectivamente: arroz irrigado; bovinocultura de corte; madeira (*Pinnus Elliottii*); resina de *Pinnus Elliottii*; e ovinocultura.

O município possui cerca de 600km de estradas vicinais sem pavimentação, sendo 50% delas consideradas ruins, por apresentarem problemas de trafegabilidade, tanto em épocas de chuva (barro) como em épocas de seca (areia). Os outros 50% são de média e boa qualidade por possuírem drenos, sendo que as mesmas não oferecem problemas de trafegabilidade ao longo do ano. Em 92 km destas estradas, além da drenagem, as estradas possuem cobertura de saibro. A RST 101 que cruza o município de norte a sul é asfaltada e possui 94km de extensão, sendo que 20km destes encontram-se danificados (EMATER, 2013).

É nesta região que fica localizado o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, criado no ano de 1986 através do decreto lei n.º 93.546, com o objetivo de preservar parte de um dos principais ecossistemas litorâneos do Brasil, dando ênfase na proteção das aves migratórias. O fluxo migratório das aves vem tanto do Hemisfério Sul quanto do Hemisfério Norte, e utilizam o parque como refugio para descanso e alimentação. A Lagoa fica paralela ao mar e

tem cerca de 40 km de extensão, atingindo a profundidade máxima de 60 cm, e conforme sua proximidade com o canal de comunicação com o mar passa a atingir dois metros. Suas águas são salobras e possuem uma diversidade de plânctons, crustáceos e peixes que atraem inúmeras espécies de aves.

Atualmente o parque tem atraído a atenção de diversos pesquisadores de todo o mundo que se dedicam à pesquisa sobre a proteção das aves, sendo recorrentemente chamada de “Santuário das Aves”. Recentemente a Lagoa do Peixe foi incluída na Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas, além de ser tombada como parte da Reserva da Biosfera (UNESCO). Este título fez com que houvesse um aumento do turismo ecológico na região, principalmente por biólogos e fotógrafos que buscam safáris para o observatório das aves. Recentemente foi realizado em Tavares o 10º Festival Brasileiro das Aves Migratórias, que reuniu interessados na temática para palestras, minicursos, seminários científicos, dentre outras atividades.



**Figura 11** - Folder do 10º Festival Brasileiro das Aves Migratórias  
 Fonte: <http://festiavesmigratorias.blogspot.com.br/> acesso em janeiro de 2014.

A Lagoa do Peixe possui uma fauna diversificada, de modo que a alta concentração de nutrientes, de espécies de moluscos, algas, plânctons, caranguejos, siris, peixes e camarões tornam-se atrativo de alimento para as aves. O Parque abriga 221 espécies de aves nativas e migratórias, sendo que as principais são: Caracará, Viuvinha de Óculos, Cisne de Pescoço Preto, Quero Quero, Capororoca, Maçarico de Papo Vermelho, Curicaca, Colheireiro, Talha Mar, Vira-pedra, Chaunatorquata, Flamingos e Batuira do peito tijolo. Dentre elas, 26 vêm do Hemisfério Norte e cinco do Hemisfério Sul, destacando-se o Flamingo.

A vegetação é composta por espécies típicas dos solos arenosos e com alto grau de salinidade, destacando-se a macela graúda, o brejo-da-praia e a espartina. Na área de mata da restinga, existem espécies adaptadas da Mata Atlântica, como as figueiras rodeadas por orquídeas. Os banhados possuem juncos e gramas-brancas. O clima desta região é subtropical úmido, com temperatura média anual de 16,5°C e com baixa amplitude térmica. Dentre os mamíferos podem ser avistados graxains, tatus, pequenos roedores e, entre os meses de julho e outubro, a baleia franca migrando para Santa Catarina.

Muitos são os animais que chegam a costa marítima como as tartarugas marinhas, pinguins, lobos-marinhos e baleias franca. Além de animais como os graxains, os tatus, pequenos roedores. Os banhados e as dunas completam as atrações da unidade.

No entorno do Parque é possível encontrar vestígios de diversos navios naufragados na região, bem como faróis que servem de orientação para as embarcações nesta região do Rio Grande do Sul. Destacam-se o Farol de Mostardas e o Farol da Solidão situados na orla do Oceano Atlântico, e o Farol Cristóvão Pereira e o Farol Capão da Marca, situados às margens da Lagoa dos Patos (Figura 13).

O município de Mostardas está incluído na Rota Açoriana, uma rota turística criada pela Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE), que inclui os municípios de Arroio do Sal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte, Tavares e Torres. Através do consórcio destes municípios, buscou-se criar uma rota que congregasse cultura e turismo diante dos traços étnicos açorianos. A exploração turística é feita tanto com base nos atrativos naturais dos municípios, como as inúmeras praias, lagoas e parques, bem como os atributos culturais destes municípios, como arquitetura e gastronomia.



**Figura 12** - Parque Nacional da Lagoa do Peixe e entorno

Fonte: <http://parnalagoadopeixe.blogspot.com.br/> acesso em: janeiro de 2014.

Destacamos como interessante ponto turístico da região a “Pedra de Anita” (Figura 14). Este monumento foi construído para homenagear o local onde Anita Garibaldi deu à luz a seu filho Menotti Garibaldi. Conta-se que em 16 de setembro de 1840, em meio à Revolução Farroupilha, nasceu no rancho da Família Costa, localidade de São Simão, em Mostardas, o primeiro filho do casal Giuseppe Garibaldi e Anita durante breve estadia do casal na região. Após seu nascimento, seus pais seguiram a luta e foram para o Uruguai. Menotti seguiu carreira militar, transformando-se num importante general na Itália, onde faleceu em 1903, vítima de malária na cidade de Aprília. Em virtude deste fato, o vínculo proporcionado por Menotti entre as duas cidades, Mostardas e Aprília, ocasionou no ano de 1996 que as cidades



se tornassem cidades irmãs através de *gemellaggio*<sup>19</sup>. A partir disso, uma série de ações de cooperação entre as duas cidades estão sendo estudadas, principalmente no âmbito comercial.

O cobertor Mostardeiro (Figura 15) representa o artesanato típico de Mostardas. Seu surgimento é incerto, mas conta-se que por volta de 1885 já existiam mulheres com a profissão de tecedeiras de lã em Mostardas. A matéria prima para sua produção é a lã de ovelha e seu feitiço é artesanal. As tecedeiras recebem a lã bruta, em seguida a lã é lavada, e por vezes, tingida. Depois de seca, a lã é desfiada utilizando uma roca de fiar, formando um fio que depois será enrolado em novelos. Após esta etapa, inicia-se o processo para tecer os cobertores, mantas e ponchos que são feitos da seguinte maneira:

A tecedeira introduz a lançadeira entre os fios do urdume da direita para a esquerda, com a queixa bate então o fio da trama, depois da esquerda para a direita, repetindo estes movimentos sucessivamente. Desta maneira primitiva conseguem as tecedeiras produzir belos cobertores, colchas, xerguinhas e trapeiros. (LEMONS, PEREIRA e SEVERO, 2006, p.3)



**Figura 13** - Pedra de Anita

Fonte: [www.institutoanita.blogspot.com.br](http://www.institutoanita.blogspot.com.br) acesso em janeiro de 2014.

<sup>19</sup>Representa um acordo entre cidades de diferentes nações, que busca facilitar o acesso a informações e troca de experiências a partir de acordos de cooperação econômica e cultural. A sua tradução em português significa “Cidades-Irmãs”.



**Figura 14** - Cobertor Mostardeiro  
 Fonte: Dados da pesquisa (2013).

### 3.4. O arroz

As lavouras orizícolas, juntamente com a pecuária, tiveram importante papel na construção do espaço agrário do Rio Grande do Sul, bem como na dinamização econômica do estado. O registro mais antigo que se tem notícia do cultivo de arroz no Rio Grande do Sul se dá a partir do final do século XVIII na então Capitania de São Pedro, caracterizando-se por uma pequena produção de subsistência cultivada por moradores locais. Entretanto, o fortalecimento da produção de arroz no RS é atribuído à chegada dos imigrantes alemães por volta de 1824, pois estes tinham o costume de cultivar o arroz de sequeiro para preparar um prato típico germânico, o mingau de arroz – mistura de arroz, leite, açúcar e canela.

Por volta de 1829, na região de Torres, existiam cerca de 400 imigrantes alemães envolvidos na produção arrozeira e através de sua interação com outras colônias alemãs do RS, foi possível transmitir os conhecimentos da orizicultura na região, e seu cultivo espalhou-se rapidamente para a região de Três Forquilhas e São Leopoldo. Conta-se que o cultivo do arroz irrigado surgiu em Três Forquilhas, quando uma mulher derramou sementes de arroz dentro de um banhado próximo de sua residência, obtendo assim uma colheita mais

satisfatória. A partir de então o cultivo de arroz irrigado teria se difundido para áreas de várzea, principalmente dos Rios Jacuí, Sinos, Gravataí, Caí e Taquari.

No ano de 1875, devido à significativo aumento da produção de arroz, inicia-se na Colônia de Santo Ângelo, atual município de Agudo, a utilização de engenhos mecânicos para descascamento do arroz e, nos anos seguintes, os municípios de Cachoeira do Sul e Rio Pardo já detinham o maior número de engenhos na região. Já em 1887 surge o primeiro engenho moderno que utilizava máquina a vapor para o descascamento de grãos e, no ano seguinte, passa a utilizar engenhos movidos a água.

Com o aumento da produção para uma escala comercial, as lavouras de arroz extrapolam os limites das colônias alemãs e começam a desenvolver-se principalmente nas regiões da Depressão Central e Litoral Ocidental da Lagoa dos Patos. Devido a este aumento considerável na produção, as lavouras necessitavam utilizar de certa tecnologia para se desenvolver e, deste modo, a cultura foi alavancada pelas reservas de capital dos grandes estancieiros da região. O domínio de tais tecnologias e a posse de capital para manutenção das lavouras apresentou uma limitante para grande parte dos pequenos agricultores (CHELOTTI e BEZZI, 2001).

Beskow (1986) destaca como elementos propulsores para o desenvolvimento da produção orizícola no Rio Grande do Sul, a partir de 1896, a produção de alimentos básicos para o mercado interno no Rio de Janeiro, bem como a política tarifária de importação do arroz. A organização da base produtiva do arroz se dá essencialmente de forma capitalista, contrariando o cenário da época de produção de alimentos básicos pela agricultura de base familiar. Para o autor, a ascensão das lavouras comerciais se dá de maneira precoce no cenário da economia orizícola. Outro aspecto levantado por Beskow (1986), indissociável do sucesso da trajetória do arroz no Rio Grande do Sul, foi a riqueza de recursos naturais – solo e complexos hídricos - e a boa condição climática para o cultivo do arroz irrigado no estado gaúcho.

Por volta de 1900, com o início da irrigação mecânica, o Rio Grande do Sul passa a destacar-se na produção arrozeira, sendo que a primeira lavoura irrigada com bombeamento mecânico surge em 1904 no município de Pelotas. No ano seguinte é criada a Granja Progresso no município de Gravataí, uma propriedade arrozeira de 100 hectares com irrigação mecânica. Em 1906, com a retirada da proteção alfandegária, o mercado internacional abre-se para a produção brasileira, o que proporcionou condições favoráveis para o avanço da orizicultura e aumento de preço. Neste mesmo período, o município de Cachoeira do Sul detinha grande parte da produção de arroz no Brasil; por este motivo, foi considerada a

“Capital do Arroz no Brasil”. Em 1912, o município produzia cerca de 350 mil sacos de arroz, distribuído em 129 lavouras utilizando cerca de 180 locomóveis<sup>20</sup> para levante d’água.

Com a expressiva importância econômica das lavouras de arroz no RS, começa-se o investimento em tecnologias para o aumento da produção, como bombas hidráulicas, semeadeiras, graneleiros, arados, carretas, secadores, trilhadeiras, dentre outros. No ano de 1919, o RS já produzia cerca de 2,6 milhões de sacos de arroz ao ano, sendo consumido principalmente pelo mercado interno. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul passa a abastecer também as praças do Rio da Prata em Montevideu e Buenos Aires.

A pecuária é a atividade principal, mas encontrava-se em crise permanente já na década de 1920, a rentabilidade do arrendamento para a orizicultura começa a configurar como uma das principais saídas para o setor pecuarista (BESKOW, 1996, p.49)

Chelotti e Bezzi (2001) ainda argumentam que, desde seu surgimento, as lavouras de arroz sempre estiveram intimamente ligadas à pecuária com fins mercadológicos, e a ligação destas duas atividades passou a dividir espaços, constituindo novas formas de exploração das terras, além de desempenhar um importante papel econômico para o RS. Deste modo, com a crise da pecuária, os arrendamentos para a orizicultura tornaram-se recorrentes, além dos incentivos e financiamentos de lavouras via Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. Este modelo influenciou o surgimento de uma classe média que tinha como principal objetivo a acumulação de capital.

Em 1924, o RS já tinha dobrado sua produção para cerca de 4,6 milhões de sacos por ano, com uma área destinada ao arroz de cerca de 101,6 mil hectares, com produtividade de cerca de 2,2 toneladas por hectare. No ano de 1926 chegam ao estado os primeiros tratores usados na agricultura, sendo que a implementação de máquinas agrícolas e o excedente de mão de obra humana desencadeou o surgimento dos primeiros sindicatos e cooperativas de base orizícola no RS.

O preço do arroz sofreu uma queda no ano de 1926, o que levou um grupo de produtores a unir-se com o objetivo de defender os interesses da classe, fundando o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. O sindicato tinha o papel de desenvolver e ampliar a produtividade das lavouras de arroz no estado, contribuindo para a inserção do produto no

---

<sup>20</sup> O locomóvel é uma máquina a vapor automotora usada para movimentar cargas pesadas sobre estradas, para aragem de solo ou para fornecer energia em locais determinados. (Wikipédia, acesso em dez. de 2013).

mercado externo e importando variedades de sementes como a *Blue Rose*, *LongGrain Edith* que tiveram bom desempenho no RS.

A produção de arroz no Litoral Norte Gaúcho tem sua intensificação a partir da década de 30, cuja visibilidade aumentou a partir do processo de modernização da agricultura no RS através do estímulo para produção arrozeira e pecuária, mediante facilitação de empréstimos e arrendamentos de terras na região. Com o bom desempenho da orizicultura, principalmente devido às condições favoráveis proporcionadas pelo solo argiloso, regime de ventos e complexos aquíferos, que possibilitavam a construção de canais de irrigação, estes produtores foram precursores com lavouras em escala comercial cultivando em média cerca de 400 hectares ao ano.

E como tem essa ligação com o trabalho começa a entrar o arroz nessa região, por quê? Fartura de água, de campos retilíneos, sem precisar de taipas e marachas.  
(E.D Pesquisador)

As lavouras começaram em torno de 1937 com os imigrantes alemães e depois vieram os italianos e eles chegaram primeiro na região de Capivari, em Palmares e foram vindo, ai depois se instalaram na cavalhada no distrito Edgar do Pereira Velho e depois que vieram pra São Simão. Ai aqui mais em São Simão a lavoura já foi mais administrada pelos açorianos que lá na cavalhada os primeiros açorianos foram os nativos daqui o seu Juca Terra e o seu Martins e em São Simão foram o Seu Maneco Cardoso e seu Arnaldo Terra. No caso os alemães contribuíram com o início das lavouras, mas eles também contribuíram com a tecnologia que na época eles tinham uma locomóvel que era uma máquina puxada a boi, que a combustão era a lenha, então esse locomóvel servia pra puxar água da lagoa, e o curioso é que eles sempre escolhiam as terras mais próximas da Lagoa dos Patos por ser terras argilosas, não muito arenosa. A gente sabe também as dificuldades pra iniciar a lavoura, era tudo no pescoço do boi e arado de madeira depois arado de ferro e as carretas também sem estrada atolavam muito. Na enchente de 1942, a gente soube que foi uma dificuldade porque a água subia as várzeas né. Mas graças a essa tecnologia alemã então o pessoal passou a fazer os levantes e levantar água no segundo plano graças a esse locomóvel, na época também não existiam quase agrônomos brasileiros quem fazia mais recomendações eram mais agrônomos japoneses.

(E G.Produutor)



**Figura 15** - Primeiras lavouras de arroz em Mostardas  
 Fonte: Clóvis Terra – 7º Seminário de Arroz de Mostardas e Tavares (2013).

A cidade de Palmares se destacava pelo entroncamento hidro-ferroviário, composto pelo sistema de navegação lacustre através da ligação do Porto de Palmares e o Porto de Osório, e pelas estradas de ferro que atravessavam suas propriedades, facilitando a chegada do arroz em Porto Alegre para seu beneficiamento. Por este motivo o transporte da produção viu-se favorecido e, em 1947, se constrói o Engenho Palmares, com o objetivo de eliminar Porto Alegre da rota de beneficiamento, visando à comercialização direta com os demais estados brasileiros. O desenvolvimento destas forças produtivas em Palmares atraiu grande contingente populacional, razão pela qual veio a desenvolver o município de Palmares. Alguns dos principais eventos históricos da região foram:

- 1936 – Primeira lavoura de arroz irrigado – Capivari do Sul
- 1937 – Primeira lavoura de arroz irrigado – Palmares do Sul
- 1943 – Colônias Rizícola de Palmares do Sul
- 1945 – Fundação do Engenho Palmares
- 1955 – Mercantil Arroz em Mostardas / Tapes

- 1957 – Estil – Sociedade Técnica de Irrigação Ltda
- 1961 – Cooperativa Arrozeira de Palmares / Cooperativa Arrozeira de Osório / Transporte Fluvial

No ano de 1939, o engenheiro agrônomo Bonifácio Carvalho Bernardes, por ordem do Decreto 7.692, cria a Estação Experimental do Arroz, localizada no município de Cachoeirinha, que tinha como objetivo avançar nas pesquisas da cadeia do arroz através de estudos sobre o desempenho do arroz irrigado, introduzindo novas variedades trazidas de outros países. No ano seguinte, a EEA já possuía pesquisas no âmbito de seleção de variedades, adubação, colheita, irrigação, semeadura, rotação de culturas, densidade e produção de sementes. Devido aos progressos realizados pelo Sindicato dos Arrozeiros, o governo do RS concedeu, no ano de 1940, a autorização para a transformação do sindicato em autarquia, sendo que passou a ser chamado então de Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA).

Por volta de 1945 é criado o Engenho Palmares, com aproximadamente 35 sócios. Apesar de possuir características da filosofia cooperativista, operava como uma empresa convencional.



**Figura 16** - Engenho Palmares

Fonte: [www.arrozpalmares.com.br](http://www.arrozpalmares.com.br) acesso em: novembro de 2013

A partir da década de 1950, através da substituição do modelo de importação pelo processo de industrialização, fez com que aumentasse a importância do setor agrícola destinado ao mercado interno, sendo que neste período o Rio Grande do Sul passa a ser chamado de “celeiro” do Brasil (CHELOTTI e BEZZI, 2001). Nesta mesma década, os irmãos

Ney e Ivo Cardoso Azevedo, recém formados em Agronomia e influenciados pela efervescência do modelo cooperativista no país, incentivaram os demais produtores a aderir a este modelo.

A década de 1960 foi uma época muito importante para o desenvolvimento das lavouras, com o advento da modernização da agricultura e a disseminação do pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde”, as lavouras de arroz passam a utilizar tecnologias que expandiram ainda mais a produtividade e seu desenvolvimento para o Agronegócio e produção de *commodities* agrícolas.

No Litoral Norte, nesta mesma época, a ideia do cooperativismo se consolida com o auxílio de Álvaro Arruda Costa que, através de um empréstimo no Banco do Brasil, realiza a aquisição da sede do engenho e ajuda a fundar no ano de 1961 a Cooperativa Palmares. Já em 1962 o país passa por um período de entressafra do arroz, onde o resultado foi equivalente ao dobro do valor creditado por saca, o que possibilitou a cooperativa a quitar grande parte do empréstimo. Em sua fase inicial, a cooperativa possuía limitações com relação à logística e infra-estrutura, sendo que foi necessária a instalação de um escritório de apoio na capital (Porto Alegre) para contato com os compradores. Neste período a cidade de Palmares não possuía telefones e agências bancárias, e a comunicação entre o escritório e o engenho era feita por rádio. O transporte do arroz era feito via um entroncamento hidro-ferroviário e as estradas da região eram extremamente precárias. Apesar das limitações estruturais enfrentadas pelos sócios, a cooperativa passou por um grande período de expansão.

Já a partir de 1964, a política modernizante-conservadora muito auxiliou no desenvolvimento agrícola para uma classe latifundiária no país, através de um sistema de crédito vantajoso para esta classe, além do investimento em tecnologia, pesquisa e assistência técnica (CHELOTTI e BEZZI, 2001). Durante este período, o engenho da cooperativa utilizava inicialmente um locomóvel a vapor para aquecer as caldeiras, utilizando como combustível a própria casca do arroz. Além do locomóvel ser responsável por toda a energia utilizada na indústria, alimentava ainda um gerador elétrico que era utilizado devido à constante queda de energia, que era limitada na época. Somente em 1980 o locomóvel foi substituído pelo sistema de energia elétrica, época em que se inicia o investimento em infra-estrutura na região.





**Figura 17** - Locomóvel Cooperativa Palmares

Fonte: [www.arrozpalmares.com.br](http://www.arrozpalmares.com.br) acesso em: novembro de 2013.

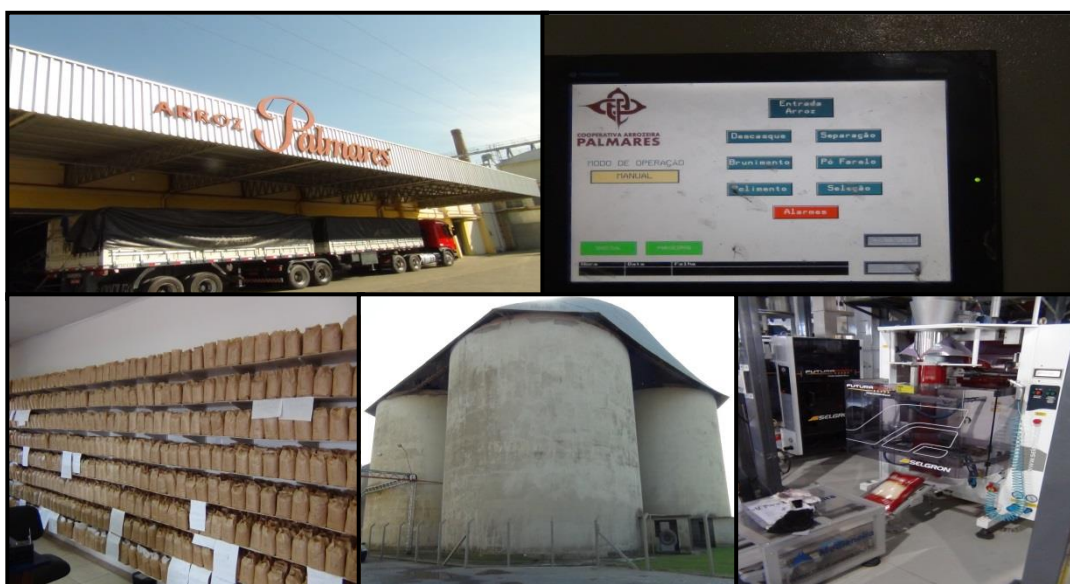
A Cooperativa Palmares, desde seu início, teve como principal mercado consumidor os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Devido à facilidade de transporte hídrico, o arroz em casca era transportado do Rio Palmares até as cidades de Porto Alegre e Rio Grande, pelo navio “Tropeiro”, de propriedade da cooperativa, onde a partir daí seguia para seu destino final. O arroz era vendido principalmente em sacos de 60kg e posteriormente em sacos de 5kg e 1kg. Com a melhoria das estradas na região, o transporte do arroz beneficiado passou a ser feito por caminhões, o que proporcionou melhorias nos sistemas de entrega e auxiliou no crescimento da cooperativa.



**Figura 18** - Navio Tropeiro Cooperativa Palmares

Fonte: [www.arrozpalmares.com.br](http://www.arrozpalmares.com.br) acesso em: novembro de 2013.

Com o desenvolvimento estrutural da região e a expansão das lavouras de arroz, a Cooperativa passa, a partir da década de 1990, a ampliar os mercados, passando a atender o Sul do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. No ano 2000, a Cooperativa Palmares representava uma das vinte maiores beneficiadoras de arroz do RS. Em 2009, após um incêndio que destruiu todo o engenho, a cooperativa inaugura uma moderna indústria de beneficiamento de arroz.



**Figura 19** - Cooperativa Palmares nos dias de hoje  
Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Neste mesmo período, o governo brasileiro começa uma série de negociações para a liberalização do comércio agrícola através de acordos com países do MERCOSUL e União Européia. Estes acordos têm como objetivo articular negociações e fluxos comerciais multilaterais, visando dentre outros aspectos, a expansão da produção agrícola do país e abertura de novos mercados para a exportação. Entretanto, o Brasil está na lista dos principais importadores de arroz do mundo, e esta excessiva importação do grão, principalmente de países como Argentina e Uruguai, implicou em oscilações no preço do arroz no mercado interno. Wander (2006) argumenta que a partir da safra de 2003/2004, o país atingiu a auto-suficiência na produção de arroz e neste cenário as exportações aumentaram significativamente, mas, os altos custos de produção das lavouras nacionais comparadas com as lavouras argentinas e uruguaias proporcionam uma desvantagem competitiva para o país. Deste modo, a busca por novos mercados através de estratégias agregadoras de valor ao

produto começa a ser uma alternativa capaz de proporcionar melhores resultados para as lavouras de arroz.

### 3.5. A trajetória de construção da DO

As discussões sobre uma Indicação Geográfica no Litoral Norte Gaúcho iniciaram em 2005, durante um encontro de produtores rurais da região na EXPOINTER em Porto Alegre. Na ocasião os produtores eram interpelados sobre possíveis iniciativas para promoção dos cordeiros do Litoral Norte. Tais cordeiros são frequentemente comparados ao tradicional “*agneaux pre-sales*”<sup>21</sup>, um cordeiro típico da região da costa da Normandia, criados em pastagens do *Mont Saint Michel*, na França. As pastagens desta região são compostas por uma vegetação com alto grau de salinidade e iodo, devido ao enchimento das marés e à submersão pela água do mar em determinadas épocas do ano. Sendo assim, a carne do cordeiro “marinho” *pré-sale* possui um sabor diferenciado devido a seu vínculo de base territorial e sua produção localmente tradicional, representando um produto com *appellation d'origine contrôlée* (AOC).

A partir das discussões sobre as potencialidades de diferenciação pela qualidade do cordeiro mostardense, os produtores passam a considerar o arroz como sendo o produto de maior reputação em seu território:

O cordeiro é diferenciado, mas o arroz é mais diferenciado ainda [...] há mais de 30 anos, então nós já sabíamos disso, era uma realidade pra nós, tanto que o arroz dessa região representa cerca de 10% do arroz do Rio Grande do Sul, essa região planta mais ou menos 10% a 11%, esse arroz aqui, 70% dele é exportado em casca pro Brasil Central, coisa que não acontece com o arroz do restante, por quê? Ele vai em casca porque? Para ser beneficiado lá em cima, pra fazer o *blend* pra misturar e melhorar o arroz lá de cima. Em torno de 68 a 70% desse arroz vai pra cima. Nós já sabíamos disso, há muito tempo  
(E.A Associado APROARROZ)

Após algumas reuniões de um grupo de orizicultores da região, inicia-se a discussão de estratégias para promover e comprovar a notoriedade baseada na qualidade diferenciada do arroz produzido no Litoral Norte Gaúcho. Assim o grupo buscou então o auxílio do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

<sup>21</sup><http://www.presales-montsaintmichel.com> acesso em: novembro de 2013.

A partir das orientações do SEBRAE, foi criada no ano de 2005 a APROARROZ, entidade requerente e controladora da Denominação de Origem do Arroz do Litoral Norte Gaúcho. Esta entidade é composta por produtores, cooperativas e indústrias da região, sendo que a união destes diferentes atores poderia pleitear a chancela de Indicação Geográfica.



**Figura 20** - Logomarca da APROARROZ

Fonte: [www.aproarroz.com.br](http://www.aproarroz.com.br) acesso em: novembro de 2013.

Inicialmente o grupo buscava reivindicar uma Indicação de Procedência, tendo em vista o reconhecimento do mercado comprador. Já era de conhecimento dos produtores que o arroz do Litoral Norte era diferente do arroz produzido nas demais regiões brasileiras, sendo que a qualidade se dava no fato de um maior percentual de grãos inteiros. Este fato era confirmado pelo reconhecimento histórico do mercado comprador que premiava esta diferenciação através do preço mais elevado. Entretanto, os produtores sempre questionaram o porquê deste fenômeno no Litoral Norte, tendo em vista as similitudes do sistema produtivo diante das demais regiões do estado. A suposição principal dos produtores da região atribuía às condições climáticas presentes no ecossistema o fator preponderante de influência sobre o arroz.

O arroz da nossa região ele é o principal negócio, a principal atividade que a gente tem aqui. Essa origem ela vem de longa data, não é nem dos meus pais, é dos meus avós que começaram isso. Negócio de família e a gente por gostar muito de trabalhar na terra acabou continuando. A gente buscou a DO em função de que a gente já sabia que tinha um produto de qualidade e achávamos que embora tivéssemos um produto de qualidade, nós não tínhamos uma remuneração, um valor agregado desse produto que realmente nos desse uma renda diferenciada. Essa região do litoral ela tem o melhor arroz do Brasil e isso envolve uma área de mais 130 mil hectares de arroz, envolve em torno de 1400 produtores da região, toda a região que esta dentro da área da DO [...] A DO, ela surgiu, que se sabia, a gente desconfiava, que o nosso clima tinha alguma influência na qualidade do nosso produto, e o que se conseguiu se provar com a DO foi isso, que existe um micro clima entre a Lagoa dos Patos e o mar, o que faz com que não se tenha grandes oscilações de temperatura e isso influencia na qualidade do arroz. [...] Então esse trabalho de cinco anos foi isso, foi provar que o meio ambiente influenciava e gerava maior qualidade do arroz.

(E.B Associado APROARROZ)

Entretanto, devido à constatação de que os atributos organolépticos do arroz produzido na região possuíam características diferenciadas diante das peculiaridades do meio geográfico que se refletia diretamente no sabor, consistência e rendimento do produto, a associação buscou a comprovação técnica de análise sensorial, visando à obtenção de uma Denominação de Origem.

A questão da delimitação da área geográfica que compreenderia o território que possuía qualidade diferenciada para a produção de arroz, deu-se através de uma consulta de mercado. Com base em uma série de entrevistas com os principais compradores tradicionais de arroz da região, os compradores foram questionados acerca das áreas limites em que compravam o arroz, apontando num mapa. As cooperativas e indústrias da região também foram consultadas e definiram os limites para a produção de qualidade. Outro instrumento utilizado como recurso para comprovação da qualidade diferenciada do arroz foi um “Dossiê Histórico e Cultural sobre o arroz do Litoral Norte”. Este documento reuniu depoimentos, entrevistas, registros históricos, documentos, reportagens, imagens com a finalidade de corroborar os atributos que conferiam à região as características distintivas da produção arrozeira, bem como constituiu um importante documento de resgate histórico. Abaixo extraímos um trecho de uma entrevista concedida por um comprador da região, que foi utilizada para a elaboração de tais mapas:

Entrevistador: Há quanto tempo trabalhas como representante de empresas que beneficiam arroz?

Representante: Seis anos.

Entrevistador: Para quais empresas trabalhas?

Representante: Todas de São Paulo: Broto Legal, Campinas, Brasília Alimentos de Santa Cruz do Rio Pardo, Cerealista Nardo, de Santa Cruz do Rio Pardo e Ali Babá ou Gadiê.

Entrevistador: Porque estas empresas compram da região?

Representante: Primeiro pela qualidade. O escritório veio para Capivari do Sul mais em função do Broto Legal, que precisava de um arroz de bastante qualidade, que seria 417, e que até hoje. Setenta por cento das compras da empresa até hoje é em cima do 417.

Entrevistador: Qual o diferencial do arroz daqui?

Representante: Primeiro é o percentual de grão inteiro, depois pouco gessado, pouca barriga branca, pouca impureza, é o que se destaca das outras.

Entrevistador: Quais os municípios em que vocês compram o arroz?

Representante: Vamos de lá pra cá: Mostardas, Palmares, Capivari, alguma coisa de Cidreira, alguma coisa de Osório, de Santo Antônio.

[..]

Entrevistador: O arroz do Broto Legal é mais caro?

Representante: Por ser mais caro, a preferência deles é comprar um arroz aqui do litoral, o arroz daqui sempre teve muito 417, que para eles é considerada a variedade nobre e alguma coisa do 409, que é a variedade que eles botam na marca.

Entrevistador: Qual a diferença do arroz do litoral para o arroz produzido no Rio Grande do Sul, mas em outras regiões?

Representante: Vamos falar assim: aqui tem bastante grão inteiro, pouco gessado, pouca barriga branca. Noutras regiões, eles às vezes compram o 417, mas não tem a mesma qualidade, mas tem um fator muito importante que é a umidade quando arroz deles, normalmente é comercializado com 11% de umidade, entre 10% e 11% e aqui na nossa região já é comercializada com 12, 13%, então isso é um fator que a região perde. No caso do Broto, que é uma empresa que zela pela qualidade de seu produto, eles secam tudo de novo o arroz que sai daqui. Baixam para 10, 11% para depois industrializar.

Entrevistador: Mas mesmo assim eles preferem o arroz do litoral?

Representante: A preferência é sempre pelo arroz dessa região, sempre no litoral. Quando o arroz esta seco melhor ainda.

(Dossiê histórico-cultural sobre a produção de arroz no Litoral Norte Gaúcho. Capivari do Sul, 2006)

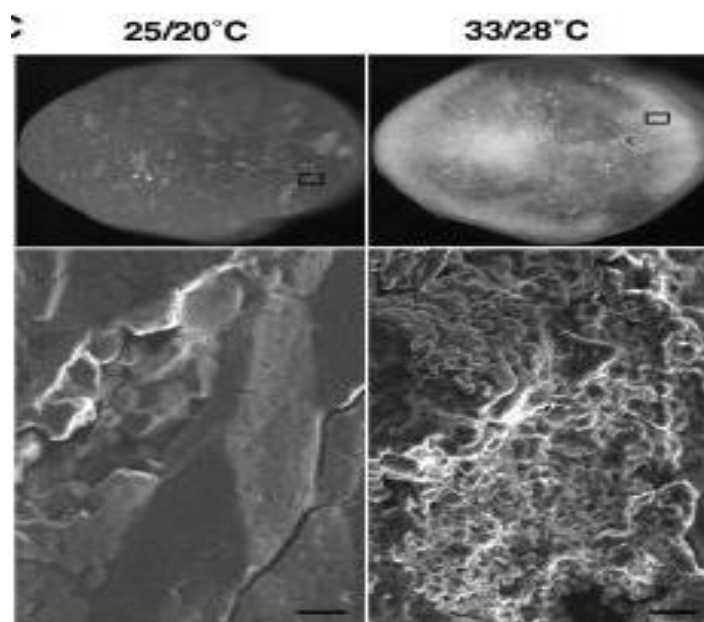
Através do cruzamento dos mapas apontados pelos compradores e indústrias, notou-se que os limites criados para definir as zonas prioritárias de produção de qualidade do arroz eram os mesmos, ou seja, as percepções dos compradores e produtores eram as mesmas. A partir disso, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de um projeto de consultoria liderado pelo SEBRAE, inicia a elaboração dos laudos técnicos comprobatórios da incidência do clima sobre a composição do arroz, através de critérios que levavam em conta tais limites.

Deste modo, para tal comprovação, foi elaborado pelo Instituto Riograndense do Arroz – IRGA, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul – SAA, com base em estudo técnico realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Agronomia – Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia, cuja realização foi executada pelo Professor Dr. Eng<sup>o</sup>Agr<sup>o</sup> Carlos Nabinger. Este laudo tinha como objetivo dar subsídios à solicitação por parte da Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho - APROARROZ para a delimitação da área de produção da DENOMINAÇÃO DE ORIGEM “Arroz do Litoral Norte Gaúcho”.

No final do ano de 2007, após a elaboração de estudos e pesquisas por parte do Dr. Nabinger, confirmou-se que a temperatura amena da região, aliados ao regime de ventos e umidade do ar, influencia diretamente no período de enchimento do grão. Essa foi, então, a comprovação do vínculo territorial e o requisito que faltava para a confirmação da Denominação de Origem.

Fases do desenvolvimento	Temperatura crítica (°C)*		
	Minima	Máxima	Ótima
Germinação	10	45	20-35
Emergência	12-13	35	25-30
Desenvolvimento da raiz	16	35	25-28
Alongamento da folha	7-12	45	31
Perfilhamento	9-13	33	25-31
Iniciação do primórdio floral	15	35	25-30
Emergência da panícula	15-20	38	25-28
Antese	22	35	30-33
Maturação	12-18	30	20-25

**Figura 21** - Amplitude térmica no Litoral Norte Gaúcho  
Fonte: Clóvis Terra – 7º Seminário do Arroz de Mostardas e Tavares (2013).



**Figura 22** - Características de grãos de arroz submetidos a diferentes temperaturas (dia/noite) durante o seu desenvolvimento. Aspecto do grão e microscopia eletrônica do endosperma  
Fonte: Clóvis Terra – 7º Seminário do Arroz de Mostardas e Tavares (2013).

Região	Sub-região	Média	Temperatura °C		Precipitação Pluvial (mm)	Dias de Chuva	Umidade Relativa [%]	Insolação hh:dd	Radiação solar Cal cm <sup>2</sup> dia <sup>-1</sup>
			Média Máxima	Média Mínima					
1	1a	18 a 20	23 a 27	13 a 16	1100 a 1700	110 a 120	75 a 80	2200 a 2400	300 a 375
	1b	16 a 20	22 a 27	12 a 15	1200 a 1600	100 a 120	75 a 80	2200 a 2600	325 a 375
	1c	17 a 20	23 a 26	12 a 14	1400 a 1800	80 a 120	75 a 80	2200 a 2600	325 a 375
2	2a	15 a 19	21 a 25	11 a 16	1100 a 1900	110 a 130	75 a 85	2000 a 2400	275 a 350
	2b	18 a 19	21 a 24	14 a 16	1100 a 1300	100 a 120	80 a 85	2200 a 2400	325 a 375
	2c	16 a 18	21 a 24	12 a 15	1100 a 1300	100 a 110	75 a 85	2200 a 2400	325 a 400
3	3a	14 a 16	20 a 22	9 a 11	1500 a 2100	110 a 140	75 a 85	2000 a 2000	300 a 350
	3b	15 a 18	21 a 24	10 a 13	1400 a 1800	90 a 130	75 a 80	2200 a 2400	350 a 375

**Figura 23** - Variação anual dos valores de temperatura, precipitação pluvial, dias de chuva, umidade relativa, insolação e radiação solar das Regiões Agroecológicas 1 (Depressão Central), 2 (Litoral) e 3 (Planalto Superior), representando regiões contrastantes à região 2b (área da delimitação).

Fonte: Sebrae (2013).

Conforme a figura 24, a região 2b possui menor amplitude térmica diante das demais regiões. Este fato é demonstrado a partir da média das temperaturas diárias que revelam o menor intervalo de variação entre as regiões. Isto aponta a maior estabilidade das temperaturas ao longo do dia e isto implica em uma menor ocorrência de temperaturas mínimas, de modo que este microclima favorece o desenvolvimento do arroz.

Região	Sub-região	Horas de Frio			
		Abaixo de 7°C		Abaixo de 10°C	
		Maió/ Agosto	Maió/ Setembro	Maió/ Agosto	Maió/ Setembro
1	1a	100 a 200	100 a 300	400 a 600	500 a 700
	1b	100 a 400	100 a 500	400 a 800	500 a 900
	1c	100 a 300	100 a 400	400 a 900	500 a 900
2	2a	100 a 400	100 a 500	400 a 900	500 a 1000
	2b	100 a 200	100 a 200	400 a 500	500 a 600
	2c	100 a 200	100 a 300	400 a 600	500 a 700
3	3a	400 a 500	500 a 600	900 a 1000	800 a 1100

**Figura 24** - Número médio de horas de frio abaixo de 7°C e 10 °C dos períodos de maio-agosto e maio-setembro em algumas Regiões Agroecológicas contrastantes do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Sebrae (2013)



Em fevereiro de 2008 foi protocolado o pedido de Registro no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial sob n.º 200801. Exigências burocráticas dificultavam o andamento do processo, até que no dia 24 de agosto de 2010, foi concedido pelo INPI o certificado à primeira Denominação de Origem do Brasil, concedida para o Arroz do Litoral Norte Gaúcho.



**Figura 25** - Selo de Denominação de Origem do Arroz do Litoral Norte Gaúcho  
Fonte: [www.aproarroz.com.br](http://www.aproarroz.com.br), acesso em: janeiro de 2014.

### **3.6. Etiquetas Alimentares e o arroz Palmares**

As etiquetas ou selos alimentares vêm ganhando nos últimos anos mais espaço no âmbito das cadeias agroalimentares. Este fato ocorre, em partes, em função da percepção e publicização dos riscos envolvidos na produção agropecuária, que se tornaram mais evidentes a partir das recentes crises alimentares abalando a confiança pública e politizando o consumo (PORTILHO, 2011).

Deste modo, os consumidores cada vez mais preocupados com a procedência dos alimentos que consomem, têm utilizado as etiquetas e selos como referencial de informação e garantia de qualidade. Por outro lado, as empresas passam a valorizar os selos alimentares, no intuito de restituir a confiança dos consumidores nos seus produtos.

Lozano, Luque e Moreno (2012) analisam a importância dos signos distintivos de qualidade manifestos nos selos e etiquetas alimentares como uma das alternativas que podem desenvolver as pequenas empresas através de atributos como os preços e marcas, representando um mecanismo que pode propiciar vantagens para proteção dos produtos contra concorrentes. Por outro lado, no âmbito do consumo, a capacidade de atribuir valor ao

produto pelo uso das etiquetas e selos, depende fundamentalmente da familiaridade e conhecimentos prévios que o consumidor possui acerca da cadeia agroalimentar.

No caso da cooperativa Palmares, atual empresa responsável por beneficiar e embalar o arroz da Denominação de Origem do Litoral Norte Gaúcho, podemos notar a existência de ampla linha de produtos que compreendem distintos tipos de arroz. A linha é composta por cinco produtos. O arroz Palmares *Plus* e o Palmares Parboilizado representam a categoria do tipo um, ou seja, possuem maior número de grãos inteiros em sua composição. Já o arroz Palmares Original, representa um produto tipo dois. Estes produtos carregam na embalagem selos que fazem alusão à garantia e controle de qualidade e um selo indicativo de produção no estado do RS. Já numa linha mais popular, o arroz Palmares Pop, categoria do tipo quatro, que possui menor número de grãos inteiros. A logomarca da cooperativa é “Arroz Palmares, a origem dos melhores grãos”, fazendo referência direta à questão da qualidade vinculada à origem.

Este arroz é comercializado em supermercados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Pelo que se pode averiguar, com base no trabalho de campo, o Arroz Palmares possui como principal concorrente o arroz Prato Fino, que é beneficiado pela cooperativa Pirahy localizada em São Borja.



**Figura 26**—Embalagens e tipos de arroz produzido pela Cooperativa Palmares  
 Fonte: [www.arrozpalmares.com](http://www.arrozpalmares.com) acesso em: nov. 2013.

A linha Palmares possui um produto com foco na qualidade superior de seus grãos, como o caso do arroz Palmares *GoldStandard* que é produzido através de cultivares nobres, sem manipulação genética e os grãos somente são beneficiados após um período mínimo de seis meses de repouso. Os apelos da embalagem fazem referência à origem das lavouras do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, “região onde condições climáticas muito particulares,

produzem plantas cujos grãos têm características especiais e únicas”. Este produto é comercializado exclusivamente em redes de supermercado específicas no Rio Grande do Sul, destinados ao nicho de mercado *Gourmet*.



**Figura 27** - Arroz tipo especial da Cooperativa Palmares  
Fonte: [www.arrozpalmares.com](http://www.arrozpalmares.com) acesso em: nov. 2013.

O arroz rastreado com a qualidade exigida pela DO está sendo beneficiado experimentalmente pela cooperativa Palmares através da utilização de uma linha *Gran Reserva* da cooperativa. Este arroz é o único da linha Palmares que carrega o selo de Denominação de Origem do Litoral Norte Gaúcho. Entretanto, este arroz foi embalado em lote promocional que está sendo utilizado exclusivamente para apresentação para o mercado através de feiras e eventos do setor arroseiro, não sendo comercializado até o momento.



**Figura 28** - Arroz DO Litoral Norte Gaúcho  
 Fonte: Dados de Pesquisa (2013).

O arroz Palmares *D.O. Gran Reserva* é produzido a partir de cultivares nobres, sem manipulação genética, originados de lavouras instaladas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, região onde as condições climáticas muito particulares, produzem plantas cujos grãos têm características especiais e únicas. O processo industrial é realizado através de um rigoroso controle de qualidade, onde estes grãos só são beneficiados após um período de repouso. Estas particularidades são expressas na cozinha e na mesa através de um arroz mais solto, saboroso e de altíssimo rendimento, garantindo ao consumir um produto de qualidade. Arroz Palmares, produzido no Brasil por agricultores brasileiros. (Embalagem do Arroz Palmares DO Gran Reserva)

A reconhecida referência a um produto “*Gran Reserva*” representa um mimetismo aludindo terminologia utilizada no mundo dos vinhos. Este termo é dado a um determinado

vinho com a finalidade de evidenciar uma qualidade elevada, ou um vinho que passou por processo de envelhecimento antes de ir para o mercado. Deste modo, as empresas escolhem os melhores exemplares de seus vinhos e o deixam em “reserva”, para somente depois disso serem comercializados. A busca pela utilização de conceitos amplamente difundidos no mercado dos vinhos representa a estratégia da APROARROZ em apresentar-se para um tipo de consumidor já familiarizado com produtos de qualidade diferenciada, tendo em vista que o consumidor brasileiro pouco conhece sobre produtos com apelação de origem. A utilização das IGs no mercado da vitivinicultura é de longa data, onde se buscou ancorar suas convenções de qualidade atreladas ao território em que foi produzido, principalmente no caso dos vinhos ditos do “velho mundo”. Deste modo, atrelar signos do mundo dos vinhos já reconhecido pelos consumidores com o arroz da DO parece ser a estratégia para acionar e associar sentidos que evocam qualidades diferenciais superiores.

Outro aspecto levantado pela embalagem remete à nacionalidade do arroz: “Arroz Palmares, produzido no Brasil por agricultores brasileiros”. Esta frase levanta a discussão sobre a desvalorização do mercado interno do arroz produzido no país. Atualmente, grande parte do arroz consumido no Brasil é importado de países do MERCOSUL como Uruguai e Argentina. Isto é reflexo de um contexto de crise política e econômica desencadeada pela abertura do mercado brasileiro ao exterior e os acordos estabelecidos com o MERCOSUL, através da livre concorrência com o mercado internacional. Sendo assim, um dos recursos utilizados pela APROARROZ está em despertar um apelo ao sentimento de nacionalidade imbricada no âmbito espacial e produtivo.

## 4. IMPACTOS DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

Neste capítulo, iremos discutir quais as principais transformações que ocorreram no território do Litoral Norte Gaúcho em virtude do processo de obtenção da Denominação de Origem. Deste modo, serão abordadas questões referentes às principais dificuldades no percurso para sua obtenção, bem como os impactos e mudanças ocorridos após a chancela. Outras seções serão dedicadas para apresentar as principais dificuldades que se pode observar no âmbito desta pesquisa, os conflitos e as potencialidades após a obtenção da Denominação de Origem.

### 4.1. Obstáculos e dificuldades para obtenção da DO

Nesta seção, buscaremos identificar os principais obstáculos enfrentados pela APROARROZ na sua trajetória para a obtenção da Denominação de Origem. Inicialmente, destaca-se o pioneirismo desta iniciativa em nível nacional, tendo em vista que o caso estudado representa a primeira DO concedida no Brasil. Deste modo, a falta de parâmetros e experiências anteriores que pudessem apontar maior clareza no seu percurso de obtenção representou um entrave significativo, tendo em vista que a experiência da APROARROZ percorreu cinco anos de duração. Num primeiro momento, a associação buscava o reconhecimento de Indicação de Procedência, através da comprovação da notória reputação de mercado que qualificava o Litoral Norte como produtor de arroz de alta qualidade que se destacava perante as demais regiões produtoras do Rio Grande do Sul. Entretanto, ao longo de sua trajetória, diante da convicção dos produtores de que o que diferenciava a produção orizícola da região era a combinação de fatores ambientais através dos vínculos com o *território*, os estudos científicos de comprovação de tais vínculos foram ganhando maior espaço na busca pela comprovação.

O processo foi pro Ministério da Agricultura, ai teve bastante dificuldade, como pelo próprio desconhecimento do MAPA também nesse assunto, dos técnicos do MAPA. Nos enrolamos quase um ano, no Ministério da Agricultura pra poder sair daquilo. Fomos pro INPI, também se tratava de uma coisa nova, eles pediram algumas coisas

e tal e trancou o processo porque era a primeira DO e o pessoal tava conhecendo, ai precisava mais isso, mais isso [...]  
(E.A Associado APROARROZ)

Em fevereiro de 2008 foi protocolado o pedido de Registro no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial sob n.º 200801. Exigências burocráticas dificultavam o andamento do processo, até que em contato com a Eng<sup>o</sup> Química Dra. Lucia Regina de Moraes Fagundes, então membro da Direção de Contratos de Tecnologia e outros Registros do INPI, destravou-se o processo. Seu auxilio foi fundamental para solução das pendências existentes<sup>22</sup>.  
(APROARROZ, 2013)

Outro fator que demonstrou limitações refere-se ao fato de que desde a criação da APROARROZ, optou-se pela articulação de um pequeno grupo de discussão para a composição do Conselho Regulador, bem como a construção das normas e do estatuto que orientaria a associação. Esta medida tinha como objetivo restringir o número de participantes com a justificativa de viabilizar o trabalho.

Eu não fiz parte do grupo no início que encabeçou a busca dessa conquista da DO, a gente foi se agregando depois, até porque eles no início tentaram fazer um grupo pequeno pra tu poder avançar no assunto é difícil num grupo muito grande, e ai eu to falando pelo que eu sei, eu não participei do início.  
(E.C Associado APROARROZ)

Desta maneira, a estratégia de restringir o número de produtores para a discussão e elaboração da entidade controladora da Denominação de Origem demonstrou ser uma estratégia excludente. A região que concentra o maior número de produtores que compõe a APROARROZ, e que foram em grande medida os protagonistas da conquista da DO, está situada entre os municípios de Mostardas, Tavares e Palmares, que conta aproximadamente com 400 produtores de arroz. Deste modo, fica em evidência que a construção do processo da DO fora engendrada por uma pequena elite de produtores, cujos interesses foram contemplados de acordo com estratégias de negócios desde uma perspectiva setorial, de tal modo que estas restrições iniciais para articulação da DO se refletem atualmente no baixo envolvimento dos atores e no pouco reconhecimento a seu respeito no território. Conforme apresentamos, muitas vezes os Conselhos Reguladores são criados com a finalidade de atender exigências legais e não para representarem espaços de reflexão para discutir as demandas locais (SAYAGO, 2007). Em outro caso Vitrolles (2013, p.164) mostra que a APROPAMPA, da IP Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, foi criada “porque era uma condição exigida pelo INPI” para dar viabilidade ao projeto.

---

<sup>22</sup>Estas pendências não foram esclarecidas pela APROARROZ.

Assim, Niederle (2009) observa que, em determinadas condições em que se busca a obtenção da certificação do território e do nicho de mercado que visa acessar, as Indicações Geográficas podem constituir-se em mecanismos de exclusão social, tendo em vista estarem eminentemente voltadas para setores do chamado agronegócio ou de agricultura familiar capitalizada.

Ao mesmo tempo, percebe-se que a maior dificuldade encontrada pela APROARROZ para concretização do pedido da Denominação de Origem foi a comprovação científica do diferencial organoléptico vinculado às peculiaridades das condições ambientais de produção do arroz do Litoral Norte. Apesar da convicção dos produtores de que a qualidade do arroz devia-se exclusivamente aos fatores ambientais do território, ainda não se tinham estudos de fôlego que pudessem comprovar tais diferenciais. Sendo assim, o auxílio de diversas instituições como a UFRGS, MAPA, IRGA, foram de fundamental importância para a elaboração dos laudos técnicos, dos laudos de componentes climáticos, agroecológicos, hídricos, do regime de ventos, que pudessem comprovar a incidência dos atributos geográficos nas lavouras de arroz do Litoral Norte.

Não propriamente surpresa, na verdade se sabia que ele era (referindo-se ao diferencial do arroz, grifo meu), a nossa grande dificuldade era comprovar isso, a nossa grande dificuldade era, porque se sabia da existência do diferencial. [...] Bem, isso aí é a comprovação científica de um fenômeno físico, se sabia que existia, mas não se tinha não, ou seja, a surpresa propriamente eu diria que foi não pode ser caracterizado por surpresa algo que tu sabes que existe. Tu não tens como comprovar isso, mas não é propriamente surpresa é a consagração da confirmação científica de um fenômeno que tu conheces, mas não é propriamente uma surpresa, é algo que tu já sabias que existia, tu não tinha como configurar ele, como confirmar. (E.A Associado APROARROZ)

Vitrolles (2013) chama a atenção para o papel institucional do SEBRAE na promoção de potencialidades das IGs no Brasil, este papel é motivado pela própria função da instituição em promover apoio técnico às pequenas e médias empresas, como também de posicionar-se como “promotor de desenvolvimento”. Este papel fica em evidência diante de inúmeras experiências estudadas, destacando-se o caso da Indicação de Procedência da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional e a Indicação de Procedência do vinho do Vale da Uva Goethe, por exemplo. No que diz respeito a esta pesquisa, a importância do SEBRAE enquanto apoio técnico, através do compartilhamento de *expertise* sobre as dinâmicas de IGs junto aos produtores do Litoral Norte, bem como promotor de apoio financeiro para o financiamento e implementação da DO, foram fundamentais na execução deste processo. De



todo modo, a APROARROZ utilizou, em grande medida, recursos próprios para viabilizar o processo de obtenção da DO.

Tanto para Froehlich e Dullius (2012) quanto para Vitrolles (2013), a experiência da IP Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional gerida pela APROPAMPA, representa uma experiência de associação enquanto “clube”. A experiência congrega dentre seus principais atores, um grupo de pecuaristas patronais locais sendo em sua grande maioria profissionais ligados a atividades empresariais, um frigorífico, uma loja e outros agentes ligados indiretamente a cadeia produtiva (membros da FARSUL, SENAR e SEBRAE, UFRGS e EMBRAPA), além de uma ONG internacional que busca a promoção da preservação da biodiversidade do Pampa Gaúcho. Entretanto, os autores demonstram que neste processo, apesar da experiência de IG se propor a ter importante vínculo territorial através da dimensão ambiental, fica em evidência que os sindicatos rurais, pecuaristas familiares, consumidores e os próprios municípios, não participaram do processo, sendo mantidos exteriores à cadeia produtiva.

Vale ressaltar que o cenário apresentado por Froehlich e Dullius (2012) e Vitrolles (2013) tem muitas similitudes com o caso da DO Arroz Litoral Norte Gaúcho. Conforme apresentamos, a experiência da DO é manipulada no território por um “clube de atores” composto por uma burguesia agrária que controla a cadeia produtiva do arroz. Apesar da multiplicidade de atores do território que poderiam estar envolvidos nesta IG, como os agricultores familiares, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, sindicatos rurais e municípios, estes permanecem à margem deste processo, demonstrando pouco conhecimento sobre a figura da DO.

Neste âmbito, a contribuição dos estudos do professor Drº Carlos Nabinger na construção do Documento Técnico de Descrição do Processo de Obtenção do Arroz do Litoral Norte teve fundamental importância para a comprovação da qualidade diferenciada do arroz. Para Nabinger (2007), baseado em estudos japoneses sobre a influência climática no enchimento do grão de arroz manipulado conclui que, considerando os aspectos climáticos do Litoral Norte Gaúcho, estes são determinantes sobre a lavoura de arroz irrigado da região, de modo que o grão produzido possua características de alto rendimento de grãos inteiros, baixo percentual de gessamento e aparência vítrea, sendo que tais características se mantêm constantes ao longo das safras. Este fenômeno interfere na produção de um arroz diferenciado, que é valorizado tanto pela indústria de beneficiamento quanto pelos consumidores finais que buscam uma melhor estética dos grãos, bem como um melhor rendimento de panela e cocção. Assim sendo, a comprovação científica de tais atributos

organolépticos e sua relação com as condições ambientais de produção do arroz do Litoral Norte, representou a maior dificuldade para obtenção da Denominação de Origem.

Cabe aqui observar que o Drº Carlos Nabinger foi o mesmo consultor que auxiliou no estudo do ecossistema do Pampa e da influência do potencial botânico dos campos nativos para criação de bovinos de corte da IP Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional. A partir disso, nota-se que os atores externos ao território envolvidos na constituição dos processos de obtenção de IGs em ambas as experiências foram os mesmos. Isto revela que, de certo modo, a experiência da IP Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional foi reproduzida no território da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz, o que explica em parte suas eminentes similitudes no que diz respeito à criação dos laudos técnicos, as redes institucionais formadas e o restrito envolvimento de atores públicos e privados e reflexos no tecido social.

Ambas as experiências, do Litoral Norte e Pampa Gaúcho, constituíram uma rede institucional semelhante, onde a FARSUL e UFRGS através da consultoria do professor Nabinger, e SEBRAE foram às principais instituições envolvidas para obtenção das IGs. Isto explica, em parte, como ambas as experiências, conduzidas pelos mesmos atores institucionais, reproduziram reflexos semelhantes nos territórios onde foram recorrentes.

#### **4.2. Principais impactos e mudanças após a obtenção da DO**

Após a concessão da primeira DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz, pode-se dizer que tal experiência serviu de referencial para posteriores solicitações de chancelas na modalidade DO, sendo que nos anos seguintes, até o presente momento, além do caso estudado, contam-se oito certificações na modalidade Denominação de Origem concedidas no Brasil. A experiência pioneira do arroz do Litoral Norte, que teve um percurso de cinco anos desde sua solicitação até a concessão, tornou mais claro os passos que deviam ser seguidos para a obtenção desta modalidade de IG.

A busca pela qualidade tem se tornado uma constante, mesmo nos mercados de *commodities* agrícolas, que buscam acessar novos mercados que valorizam sobremaneira as singularidades. Neste ponto, lançaremos mão dos argumentos de Kopitoff (2008), cuja ideia principal está na centralidade de investigar o objeto em si mesmo e na relação deste com os atores sociais, de modo a elucidar a série de biografias produzidas ao longo da sua vida social,

qual seja, a do arroz do Litoral Norte Gaúcho. Sendo assim, os conceitos de commoditização e singularização propostos por este autor nos parecem pertinentes para analisar o caso da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz. As mercadorias ao longo de sua “carreira” não possuem um *status* fixo, ou seja, o sentido dado sobre ela pode ser alterado ou ainda (re) inventado, de modo que este bem pode transitar dentro e fora do mercado no intuito de cambiar o sentido atribuído, alterando seu valor enquanto mercadoria. Isto ocorre com o intuito de “resingularizar” algo que já teve seu valor mercantilizado, de modo que sua circulação é reintroduzida no mercado através de uma mercantilização numa esfera restrita de troca.

Ao longo da biografia do arroz do Litoral Norte, nota-se que sua reputação foi construída através da comercialização direta com grandes empresas beneficiadoras de arroz, sempre vendido em casca e em grandes quantidades.

E aqui na região nem existia a venda do arroz Palmares, aqui foi a partir de 2008 que nós começamos a tentar a colocação do produto, mas aqui na nossa região e isso tem evoluído, tem crescido embora [...] é um percentual mínimo de toda a venda que a cooperativa faz, mas importante é que nós viemos crescendo, e inclusive temos o nosso produto na rede Zaffari em Porto Alegre que se pode considerar uma das melhores, padrão de loja dos melhores que temos na região, nosso produto está lá, então na região nos íamos tentando difundido, tem muita concorrência, muitas marcas mas não se deixou de tentar, de fazer a tentativa de por o produto aqui, a cooperativa é aqui, então me parecia um absurdo o próprio associado procurar o arroz aqui na região e não encontrar, só se viesse aqui na cooperativa comprar.  
(E.H Cooperativa)

A busca pela Denominação de Origem parece acompanhar esta mudança de estratégia de mercado que se buscava alcançar, direcionando parte da produção diretamente para o consumidor final, em mercados mais sofisticados. Destarte, este fato parece representar uma tentativa de (re) construir a biografia deste arroz, remetendo a uma possível desvinculação de sua imagem de *commoditie* homogênea, que não obstante representa um dos alimentos mais populares na mesa dos brasileiros, para um produto singular, que possui atributos únicos, projetando para os consumidores parte do seu território ou o que Giddens (1999) chamou de mecanismos de “desencaixe”. Deste modo, os atributos naturais e culturais construídos socialmente através de signos distintivos que conferem uma identidade ao arroz realçam as qualidades imanentes da mercadoria através das imagens e narrativas, mudando os sentidos dados ao arroz tanto pelos produtores quanto para os consumidores. A partir da manipulação destes signos culturais (LASH e URRY, 1994) inscritos na mercadoria, é que os produtores buscam a singularização de seu produto diante das demais regiões produtoras de arroz. Para isso recorrem aos aspectos naturais de seu território, além de remeter a uma identidade nacional.

Entretanto, a busca por essa reinvenção biográfica compõe uma estratégia construída por um grupo de produtores do território, que buscam nas IGs uma forma de agregar valor ao produto, transformando o *status* do “arroz *commoditie*” para “arroz de qualidade”. Todavia, a percepção sobre o arroz no território é heterogênea, não representando um fato tão nítido para os demais atores do território, produzindo uma pluralidade de visões dos diferentes atores sociais sobre a mesma mercadoria. Com base no trabalho de campo, pode-se perceber que, de maneira geral, os produtores familiares e os quilombolas não compartilham desta mesma visão sobre o arroz, de modo que não participam das esferas que conduzem os negócios na região. A produção orizícola no âmbito destes atores restringe-se a níveis de produção de subsistência e comercialização do excedente produtivo, e, quando questionados sobre a Denominação de Origem, estes parecem pouco saber sobre o tema ou possuem informações superficiais. Ademais, estes atores não parecem partilhar da mesma visão dos produtores da APROARROZ no que diz respeito ao imperativo do vínculo histórico e ambiental que garantem ao arroz qualidades bem definidas e que conferem elementos distintivos tão enfatizados nas narrativas dos produtores da APROARROZ.

Este fato chama a atenção sobre como os sistemas de conhecimento manifesto nos discursos dos produtores da APROARROZ, através da codificação de práticas e de técnicas, colocam em evidência as relações de poder dentro deste espaço (HARVEY, 2004). Sendo assim, o território do Litoral Norte representa um campo estruturado de posições marcado pela desigualdade da distribuição do capital social e econômico em seu interior (FAVARETTO, 2006). No entanto, a possibilidade de transformar o meio natural num ativo que possa ser traduzido em potencialidades e gerador de renda para estes produtores permanece pouco evidente, de modo que os discursos dos grandes produtores estabelecem relações de dominação diante dos pequenos arroteiros.

É um pensamento diferente porque já é uma coisa complicada tu produzir, cada vez mais, é tanta coisa que tu não consegue tempo pra ficar pensando em noutra coisa a não ser produzir bem, senão tu quebra, ainda mais se tu não é o maior se o teu tamanho é pequeno ou médio. E a indústria está acostumada a pensar desse jeito, em termos de concorrência, de volume, de preço. É o jeito que o mercado se comportou a vida inteira né, é bem complicado.

(E.I Associado APROARROZ)

A esse respeito, o caso da produção arrozeira no Litoral Gaúcho é marcado por uma dicotomia, semelhante ao caso dos vinhos tratado por Niederle (2011). O território apresenta uma diversidade de produtores que se encontram diferentemente ajustados aos mercados e que apresentam níveis tecnológicos dissímis. De um lado, alguns produtores ainda mantêm

práticas tradicionais na produção orizícola no que se refere às práticas de irrigação, de colheita e transporte dos grãos. Estes produtores mantêm de certo modo uma artesanidade no seu modo produtivo, ainda que não possuam a intencionalidade de mantê-las, mas o fazem devido a limitações de recursos financeiros, como vimos no caso da agricultura familiar e quilombola por exemplo. Em contraponto, o território é marcado em sua maioria por grandes latifúndios produtores de *commodities*, envolvendo um processo produtivo industrial e homogêneo, mas que apresentam rastreabilidade das lavouras. A coexistência destes modos de produção do arroz põe em xeque a discussão sobre a artesanidade amplamente discutida no âmbito das IGs *versus* a produção em larga escala de uma *commoditie* agrícola.

Tal está em convergência com o que Niederle (2013) discute sobre a apropriação setorial e industrial das IGs, a partir de como estes instrumentos perdem sua proposta inicial de enraizamento sociocultural a partir da valorização de tradições e saberes e servem de estratégias para grandes conglomerados industriais, destinando linhas específicas de sua produção para mercados de qualidade diferenciada de produtos territoriais.

O território de abrangência da Denominação de Origem compreende uma área de 300 km de extensão que abrange integralmente 7 municípios e parcialmente 4 municípios localizados na península entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, sendo que a produção orizícola é composta por aproximadamente 1400 produtores de arroz. Contudo, como tratado anteriormente, num recorte geográfico do município de Mostardas, o perfil dos municípios que compreende a delimitação geográfica da Denominação de Origem demonstra certa homogeneidade do ponto de vista ambiental, mas difere em suas características socioeconômicas. As condições dos produtores nas lavouras de arroz neste contexto são diversas, envolvendo grupos do agronegócio, agricultura familiar, assentamentos rurais, comunidades indígenas e quilombolas, cujas demandas sociais são amplamente diferentes, necessitando de mais pesquisas neste âmbito para compreender a heterogeneidade dos produtores na amplitude deste território. Portanto, nota-se que após a concessão da DO no território do Litoral Norte, poucos foram os impactos generalizados para o território de maneira ampla. O principal retorno desta estratégia ainda permanece concentrado nas mãos de um pequeno grupo de produtores da APROARROZ, que consiste num maior destaque do produto no mercado por conta da certificação. As articulações no âmbito da promoção dessa estratégia está concentrada nos municípios de Mostardas e Palmares, que reúnem os principais atores da IG. Durante a realização do trabalho de campo, não se soube de outras mobilizações fora destes municípios centrais da DO, no intuito de promover tais estratégias. Com relação à industrialização do arroz apto a DO, um dos entrevistados comenta:

É importante também que não fique só com a cooperativa Palmares, que outras empresas queiram fazer, tentem também colocar e vai ser bom pra todos os produtores.  
(E.H Cooperativa)

### 4.3. Dificuldades encontradas após a obtenção da DO

A DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz obteve seu registro no INPI em agosto de 2010, possuindo uma trajetória ainda recente. Todavia, para alguns atores entrevistados, esta estratégia ainda não obteve impactos diretos ou mudanças mais significativas em questão de agregação de valor no território. Sendo assim, nos parece que grande parte dos agricultores do Litoral Norte, seja por desconhecimento da DO ou por falta de interesse em participar da associação, não percebe vantagens econômicas para a sua atividade a partir da implementação da Denominação de Origem. E que, ainda, o atual arranjo institucional mantido no território apresenta pouca capacidade de influência nas decisões sobre o desenvolvimento do território.

Ao longo do trabalho de campo, verificou-se que a informação sobre a Denominação de Origem está concentrada num pequeno grupo de produtores da APROARROZ, especialmente os que ocupam cargos no conselho administrativo da associação. Alguns dos produtores entrevistados, integrantes da associação, demonstraram ter um conhecimento superficial a respeito das estratégias que estão sendo elaboradas com vistas à comercialização do arroz certificado, bem como os sistemas de gestão da cadeia de valor da DO com vistas a catalisar possibilidades de desenvolvimento para o território. Verificou-se que grande parte dos entrevistados que não pertencem a APROARROZ, identificam a DO como um selo que atesta a qualidade do arroz, entretanto desconhecem as possibilidades dos vínculos do produto de origem como um diferencial para o território de maneira mais ampla. Ficou evidente que a DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz possui um interlocutor, que é o presidente da APROARROZ, Clóvis Terra Machado dos Santos, que também é representante na América do Sul do comitê executivo da OriGIN<sup>23</sup> e ex-presidente da FEDERARROZ. O atual presidente é o porta voz oficial da DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz, de modo que inúmeras foram as vezes durante o trabalho de campo, bem como nas entrevistas, que os informantes, demonstrando insegurança em suas falas, reportaram-se ao presidente para que

---

<sup>23</sup> The Organization for an International Geographical Indications Network – OriGIN é uma ONG sem fins lucrativos criada com a finalidade de criar uma rede em resposta ao crescente fenômeno de Indicações Geográficas (IGs). Hoje possui cerca de 350 associados, composta por produtores e outras instituições relacionadas com IGs de cerca de 40 países. <http://www.origin-gi.com/> acesso em fevereiro de 2014.

se obtivesse maior clareza nas informações, devido ao seu conhecimento mais aprofundado sobre tema. Contudo, pôde-se perceber que há um esforço por parte da APROARROZ em estar presente em grande parte dos eventos do território com vistas à proposição de espaços de discussão sobre as IGs e dos benefícios de tal processo de certificação para o território. Entretanto, tais espaços ainda permanecem restritos dentro de eventos maiores, como pudemos perceber no 7º Seminário do Arroz de Mostardas. O pouco envolvimento e interesse dos produtores e instituições nas discussões sobre a DO, parece ser reflexo da forma como a IG foi gestada por este pequeno grupo, que optou por envolver poucos participantes para facilitar o processo decisório com vistas à obtenção da chancela do INPI para a DO.

De todo modo, ao longo do percurso para elaboração desta pesquisa, notou-se que a DO Litoral Norte Gaúcho permanece num estágio de planejamento das estratégias de inserção no mercado, de maneira que o planejamento é controlado por uma pequena elite de produtores da APROARROZ pertencentes aos municípios de Palmares e Mostardas. Porém, a principal dificuldade encontrada por este grupo está justamente em definir sua estratégia de inserção no mercado.

Então a data do nosso certificado é de 24 de agosto de 2010. E depois disso veio uma outra fase que é a na qual nós estamos agora que é colocar o arroz no mercado, agora vem uma fase muito difícil, veja que nós fizemos isso, recebemos em 2010 e até hoje nós não conseguimos ainda colocar o produto no mercado, porque ele é um produto diferenciado com uma qualidade superior. **Ele é rastreado, o grande diferencial dele é que ele é rastreado** pra poder ter o selo né e a venda do arroz de maneira geral ela é muito difícil o arroz é um produto que gira na mão da população menos, com menos poder aquisitivo, é a comida básica digamos assim do brasileiro, então quando se vai colocar um arroz com alguns atributos a mais, seria o caso do selo de Denominação de Origem. O preço é outro, a condição dele é diferente, então já começa a ficar difícil de introduzir no mercado, mas nós estamos trabalhando nisso, já fizemos um produto que chama Palmares DO, e é esse aí, porque a cooperativa é associada da APROARROZ, esse é o selo que nós recebemos, acho que tu vistes naquele processo, pra nos colocarmos esse selo aqui nos temos uma autorização, uma licença da APROARROZ, só ela pode liberar o uso desse selo então todas as empresas organizadas na região e os produtores que produzem dentro dessa área delimitada eles podem pleitear a obtenção do selo, o produtor vai ter que cadastrar a lavoura, a lavoura vai ser acompanhada, ele vai poder usar somente produtos licenciados, parece uma coisa óbvia, mas nem sempre acontece assim, a propriedade vai ter que estar ambientalmente e socialmente em dia com todas as licenças e tudo mais, e o produto tem que se enquadrar dentro de uma classificação tal que é definido pela própria, APROARROZ através do conselho regulador que a mantém e que faz essa vistoria.  
(E.H Cooperativa)

Nota-se no trecho acima que o entrevistado chama a atenção para a questão da rastreabilidade do arroz como o grande diferencial do produto. Entretanto, isto demonstra como os atores não possuem clareza do verdadeiro papel da IG em reconhecer o vínculo do

produto com o território. A rastreabilidade neste caso faz alusão a um parâmetro de qualidade setorial, que não necessariamente implica na composição de vínculos de base territorial. Neste relato, nos pareceu que existe um entendimento conflituoso da questão da origem como sinônimo de rastreabilidade, que atualmente, nos mercados de *commodities*, passa a ser um atributo extremamente valorizado.

Olha, nós estamos pensando em aproveitar alguns canais de venda que já existem, que hoje em dia existe uma barreira muito grande dos supermercados pra ti colocar o produto na prateleira, realmente são poucos os produtores que participam da APROARROZ, então a APROARROZ ela ainda não tem uma verba necessária, um aporte financeiro pra sustentar uma campanha de marketing, que isso é fundamental de mostrar tu ter um produto reconhecido e colocar na mídia né, isso sai caro então a APROARROZ tá se estruturando pra poder alavancar alguns negócios.  
(E.B Associado APROARROZ)

Esta dificuldade de entrada no mercado muitas vezes é atribuída ao fato do Brasil ser um país onde as Indicações Geográficas permanecem ainda pouco difundidas, sendo que os produtos de qualidade com base na origem são um fenômeno pouco reconhecido pelo consumidor brasileiro, contrariamente ao que ocorre na Europa, onde as IGs são estratégias amplamente conhecidas pelos consumidores e fomentadas pelo Estado através do programa *Leader*. Entretanto, o que vem ocorrendo no caso europeu é uma saturação no mercado de bens diferenciados, provocando certa confusão entre os consumidores que, em virtude do excesso na oferta destes produtos, muitas vezes não reconhecem a qualidade distintiva expressada no produto (FROEHLICH, 2012).

É mesmo potencial de que o consumidor brasileiro se eduque para conhecer o que é uma IG, que ninguém conhece, se tu fores na Europa em qualquer país na Europa, IG é uma coisa corriqueira tá na vida de todo mundo e tal, aqui não, nós ainda não temos isso, então o consumidor precisa ser orientado pra saber o que que é isso, que quando ele chegar ao supermercado pra comprar o produto e vai ver que tem que pagar mais por esse, mas ele tem que saber porque ele tá pagando mais, tem uma justificativa, entender o que é isso., então potencialidade pra mim é essa, existe esse potencial, ele é lento, é ter um produto com garantia de origem mesmo saber que ele foi produzido por fulano de tal, na lavoura na região tal, que ele é rastreado. (E.H Cooperativa)

Outro grande obstáculo encontrado pelos produtores na busca de colocação mercadológica do produto está no fato de que atualmente cerca de 70% da produção do território é vendida em casca para mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, dentre outros. Sabe-se que umas das exigências da DO é de que o controle integral do processo produtivo seja feito no território, ou seja, desde sua produção até o beneficiamento e embalagem, deve ocorrer na área delimitada do território. Os demais 30% da produção estão



sendo beneficiados por algumas das cooperativas locais, principalmente pela cooperativa Palmares, que comercializa o arroz da região com a marca Palmares. Sendo assim a questão do beneficiamento do arroz não ser feito integralmente no território torna-se uma limitante para agregar valor ao produto.

Vamos considerar a região, aqui na região do Litoral Norte, não há muitos engenhos, não há um grande número de engenhos, são muito poucos, nós temos aqui em Palmares a cooperativa, tem mais algum outro engenho aqui, tem em Capivari uma outra cooperativa, tem em Santo Antônio da Patrulha alguns engenhos, Capivari tem outra empresa privada, Osório tem alguns, mas são poucos pra fazer frente ao volume de arroz que é produzido aqui, e em contrapartida temos instaladas aqui na região, escritórios, unidades de várias empresas tanto de São Paulo como Goiás como de outras regiões do Brasil estão instaladas aqui na região com compradores, então o produtor daqui tem que se socorrer desse canal de escoamento porque as cooperativas só daqui e as outras empresas não dão conta de beneficiar todo esse produto aqui por conta de tudo isso acaba que o arroz produzido aqui tem esse dado com base em estatísticos 70 por cento do que é produzido aqui sai em casca que é uma lástima né, é uma pena porque, e isso é valor agregado que tá indo embora, é tributo que tá indo pra outro estado é emprego que não estamos dando aqui, enfim é uma série de fatores que se houvesse uma condição de beneficia-lo aqui, seria muito mais vantajoso pra região.  
(E.H Cooperativa)

A partir deste relato, o que se revela é um aparente paradoxo. Por um lado, o território não dá conta de explorar todas as potencialidades de mercado de uma grande produção de *commodities*, ou seja, não é capaz de beneficiar nem a metade de sua produção total no território com a finalidade de agregar valor ao seu produto. Ao mesmo tempo, apesar de não ter explorado esta potencialidade, o território possui uma Denominação de Origem, que está assentada na condição de diferenciação pela qualidade, e que depende condicionalmente de que todos os elos da produção até o beneficiamento sejam feitos no território.

O setor arrozeiro está submetido a flutuações de preço promovidas pelo mercado, de modo que as variações de preço são extremamente instáveis e dependem de inúmeros fatores. Sendo assim, o arroz do Litoral Norte Gaúcho, devido a sua reputação no mercado, que historicamente há mais de 30 anos possui preços superiores à média do estado do Rio Grande do Sul, vale cerca de 10 a 12% do valor corrente de mercado. Pelo que se pode notar, este fato dá certa segurança aos produtores, que já tem conhecimento do valor superior de seu produto, de modo que resistem à adesão a APROARROZ por já estarem satisfeitos com a superioridade de preço do seu produto.

E os entraves, digamos, as maiores dificuldades, é tu lidar com mercado de arroz que é o que eu estava explicando ainda pouco, um mercado que trabalha muito com a questão preço, muitas vezes é o principal, é o que define os negócios, e onde a qualidade fica um pouco pra trás, então é esse o grande desafio.  
(E.H Cooperativa)

Então a DO veio por enquanto ela não agregou valor a mais ao produto porque o produto já valia 2, 3 reais a mais por saco, o arroz aqui já é valorizado e isso aí não chegou ao consumidor essa porque dessa qualidade digamos diferente porque as indústrias estão procurando preservar suas marcas, como se isso fosse um atributo do arroz da marca, arroz fulano, arroz beltrano, o arroz fulano é que é bom, não é porque o arroz é dessa região geográfica, que tá acontecendo hoje é essa, a indústria não tem interesse porque, ou ela quer desenvolver a marca dela que é uma propriedade dela né. Até porque produzir ela tem que estar aqui, nessa região. Uma das normas é que o arroz seja empacotado na região né. Mas realmente não é esse o entrave, elas tão querendo preservar como se isso fosse um atributo do nome deles e não da região, aí que tá o gargalo, da comercialização, e eles alegam que nós já pagamos a mais porque botar o nome da DO, porque botar o nome dessa região Litoral Norte, já está recebendo a mais por isso.

(E.I Associado APROARROZ)

Um dos entraves para a Denominação de Origem está na falta de interesse das indústrias em beneficiar o produto. Isto ocorre tendo em vista a necessidade de um beneficiamento exclusivo, certificado de acordo com as normativas da APROARROZ. Apesar de todo o arroz produzido no Litoral Norte desfrutar de uma reputação superior no mercado e este fator estar refletido no seu preço de mercado, para estar apta a carregar em seus produtos o selo da Denominação de Origem, a indústria necessita seguir uma série de pré-requisitos de rastreabilidade monitorado pela APROARROZ. Isto envolve uma alteração nos custos de produção, tendo em vista que a indústria precisa parar o beneficiamento do arroz convencional para beneficiar o arroz exclusivo de DO ou então adquirir um engenho próprio para beneficiamento exclusivo deste produto. Entretanto, o pensamento da indústria está em preservar suas próprias marcas, o que gera uma certa concorrência interna, entre o arroz convencional de qualidade superior já reconhecida e o arroz certificado com a DO.

Como nós não pudemos deixar uma linha de engenho somente pra produzir esse arroz, que ele é esporádico né, então o que se faz para a produção né, para, faz uma limpeza, aí produz e depois volta com a linha normal novamente, e o que existe hoje é que, mesmo com poucas lavouras credenciadas pra certificação, já é um volume bastante grande pra um início de trabalho. Então tu tem certificado, arroz sobrando pra iniciar o trabalho. Claro a grande esperança é que gente consiga iniciar, colocar o produto e que aí comece a demandar e nós temos que puxar a produção.

(E.H Cooperativa)

Sendo assim, somente a cooperativa Palmares teve o interesse em fazer um remanejamento do seu beneficiamento para direcionar uma linha específica do arroz Palmares D.O. Durante a realização do trabalho de campo, não se teve conhecimento de outras indústrias locais que tivessem o interesse em beneficiar o grão.

Conforme Gollo e Castro (2008), num cenário econômico diante de mercados altamente saturados devido à diversidade, como se pode ressaltar no mercado do arroz, por exemplo, a inovação pela qualidade torna-se uma importante estratégia empresarial. Deste

modo, a distinção de produtos pela IG torna-se mais competitiva tanto em mercados nacionais quanto internacionais, dado que esta chancela potencializa a projeção da imagem territorial adjunta às qualidades e à tipicidade do produto.

Uma das possibilidades especuladas pela APROARROZ é a de explorar mercados internacionais, esta disposição é uma das estratégias que os produtores têm considerado como um possível nicho de mercado para o arroz Palmares D.O.

A cooperativa mesmo, ela está inserida no programa de capacitação pra exportação que é um programa gerido pela ABIARROZ em convenio com a APEX Brasil, APEX é uma entidade que tem verbas públicas, verbas federais e empregaram uma verba nesse programa, e as empresas que participam que até hoje são 20 e poucas empresas e a cooperativa esta, tem uma contrapartida pra dar então existe lá essa verba alocada pra isso e as empresas dão a contrapartida, são feitos treinamentos mensalmente onde vão representantes sempre das empresas em várias áreas no período de 2 anos tudo leva que no final dos 2 anos as empresas estejam preparadas pra atingir o mercado de exportação, nós nunca exportamos, a cooperativa não exportou, mas entrou no programa porque isso é uma potencialidade, é uma alternativa e nos temos que ter né, não ficar só no mercado interno muitas vezes difícil, então ter mais uma alternativa seria importante.  
(E.H Cooperativa)

Na verdade teria que abrir um mercado exterior, teria que exportar esse produto até pra não entrar nessa fatia de mercado, que eu to te falando, do mercado nacional. Antes seria um produto que seria pra exportação, a gente tá aí, devido Mostardas ser cidade irmã de Aprília, [...] então a gente está trabalhando nessa questão de exportar pra Itália por exemplo pra outros países da Europa, então aí sim, seria uma fatia que entraria bem a DO.  
(E.L Entidade de apoio)

Muitas das vezes busca-se como principal objetivo ao pleito de uma IG agregar valor ao produto, devido ao fato de dar maior evidencia ao diferencial de base territorial, mas isto nem sempre ocorre. Entretanto, no caso de mercados altamente competitivos, em que o preço é preponderante nas negociações como é o caso do setor arroseiro, a conquista da DO pode representar um importante acesso a novos mercados, bem como pode ser uma estratégia catalisadora de negócios em outros setores no mesmo território, de modo que estes reflexos provocados pela IG representam um fator de maior relevância diante unicamente da agregação de valor ao produto.

Deste modo, uma das dificuldades que se percebe é o baixo envolvimento dos produtores com a Denominação de Origem. Este fato pode representar o reflexo da articulação inicial da APROARROZ estar centralizada num pequeno grupo. Mesmo os grandes produtores da região, ao reconhecerem o preço diferenciado do arroz do Litoral Norte, não vêem uma potencialidade em aderir à APROARROZ, esperando que primeiramente os resultados da DO sejam aparentes para uma posterior adesão.

Não existe dificuldade de quantidade de produto, existe uma preocupação que pegue produtores que tenham consciência da maneira que tem que ser feito e eles tem que se adequar a estas normas da APROARROZ, a APROARROZ tem normas técnicas e existem algumas pessoas que são responsáveis em cuidar que isso realmente aconteça pra nós termos um produto com rastreabilidade né, então nós não temos problemas de quantidade de arroz, até por que são poucos produtores que plantar uma área considerável de arroz, que tem hoje o gargalo da APROARROZ é a ponta, são a chegar realmente no canal de vendas que gere volume pra daí depois de gerar um volume em função do contrato de venda com alguns compradores, nós podemos buscar mais produtores e ter mais produtores e mais produto pra oferecer.

(E.B Associado APROARROZ)

Enquanto o pessoal ficar pensando em DO apenas como uma maneira de ganhar um pouquinho a mais, ela não vai deslanchar porque ela não vai começar assim, pelo menos na minha opinião, teria que pensar primeiro em sustentabilidade em uma rota turística e depois com o tempo poderia até vir agregar alguma coisa de valor, mas isso não é assim, bom produzir e ensacar e to ganhando dinheiro. O mercado de arroz é muito complicado, muito competitivo, o preço é um componente determinante né na hora da comercialização. [...] Mas isso tudo é muito complicado, o pessoal que produz não tá acostumado a comercializar como indústria a maioria das pessoas que produzem, vendem desde o início, dos primórdios, pras indústrias, entendeu.

(E.I Associado APROARROZ)

Além das limitações impostas pelo mercado, outra questão de destaque como limitante ao desenvolvimento da DO no território se dá devido às “Normas para Produção do Arroz da Denominação de Origem do Litoral Norte Gaúcho” ser marcada por uma dualidade pouco evidente. De um lado, ela demonstra ser um grande benefício para a cadeia produtiva do arroz, sendo que o controle e rastreabilidade das lavouras representam resultados positivos do ponto de vista da gestão ambiental e social. O controle de todas as etapas da produção até seu beneficiamento corresponde a publicização do acesso à informação e uma redução nos danos ambientais e conformidade das leis trabalhistas no setor orizícola, importante frente ao fato da pouca observância da legislação trabalhista ser frequente nas atividades rurais.

Mas por outro lado, estas normativas demonstram ser um conjunto de regras restritivas, tendo em vista que a exigência de variedades de sementes específicas, sistematizações de lavouras, controle dos defensivos agrícolas e fertilizantes, licenciamento ambiental, registro e manejo de água nas lavouras, colheita e armazenagem dos grãos e rastreabilidade das lavouras de sua produção até seu beneficiamento, dentre outras exigências, serem práticas recorrentes somente em grupos de produtores privilegiados, que já estejam devidamente ajustados ao mercado e que possuam recursos para adequarem-se a estas regulamentações. Isto implica num processo de exclusão dos pequenos produtores que se encontram sob as mesmas condições ambientais peculiares do território. Estes fatores

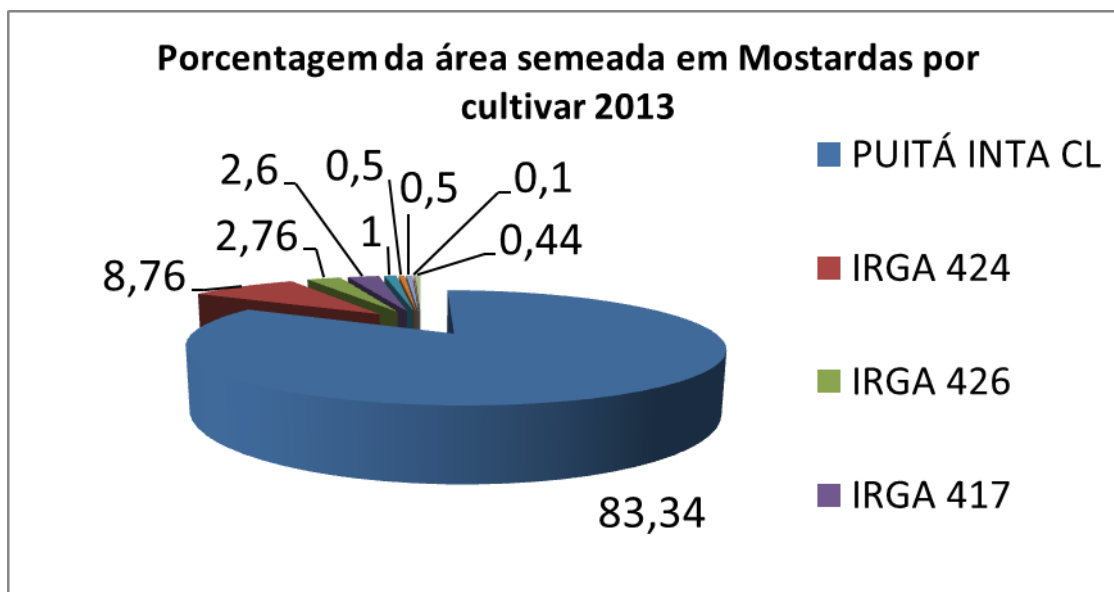
evidenciam as relações de poder presentes no território e que privilegiam os atores sociais que controlam a cadeia produtiva de arroz.

O regulamento proposto pela APROARROZ prevê para o sistema de produção que somente poderão ser utilizadas nas lavouras de arroz insumos que atendam à legislação vigente no país, sendo autorizados por órgãos oficiais competentes. No caso das sementes, as variedades autorizadas devem manter as características definidas no regulamento para o arroz entregue na indústria, bem como para o produto final. Deste modo, fica a critério do Conselho Regulador da APROARROZ a avaliação e autorização do uso das variedades que precedem cada safra, de acordo com emissão de boletins técnicos e informativos que são expedidos anualmente.

De acordo com o último relatório de certificação das áreas de produção rastreada pela DO, as sementes prioritárias cuja qualidade do grão se sobressai diante das demais foram a Puitá CL Inta, IRGA 417 e IRGA 416. Neste âmbito a produção da DO opta pela escolha de variedades baseada na qualidade do grão, este fato vai ao encontro da política estabelecida pelo IRGA para desenvolvimento da atividade de rizicultura nos municípios, que é centralizada na produtividade de grãos. Isto implica que as variedades das sementes podem ser alteradas no intuito de atender às exigências de qualidade para um maior percentual de grãos inteiros para a Denominação de Origem.

No entanto, para atingir a qualidade desejada para a produção do arroz, pode ser necessário mudanças para variedades que reduzam a produtividade, de modo que esta diminuição de rendimento por hectare, embora possa gerar um aumento de valor agregado à produção, pode representar um entrave para muitos produtores, pois esta menor produtividade pode representar uma diminuição da renda. Tal se constitui como um limitante para a adesão às normativas da APROARROZ para produção rastreada prevista pela DO.

Nota-se que na safra de 2013 as variedades propostas para a produção da Denominação de Origem, bem como as variedades de melhor produtividade promovidas pelo IRGA foram as mesmas. Entretanto, este pode ser um fator que no futuro pode vir a trazer conflitos de interesses entre grupos de produtores.



**Figura 29** - Porcentagem de área semeada em Mostardas por cultivar em 2013.  
 Fonte: IRGA, 7º seminário do arroz de Mostardas e Palmares (2013).

O IRGA representa uma instituição com importante papel no desenvolvimento da cultura do arroz na região de Mostardas, e desde o ano de 2008, a instituição lançou um Selo de Responsabilidade Socioambiental para as lavouras de arroz, sendo que os arrozeiros que produzem de maneira sustentável podem garantir este selo por safra. Para requisitar o selo, é necessário que os agricultores estejam cumprindo com a legislação trabalhista e ambiental, além de aderir ao Projeto Tecnologias Mais Limpas e estar devidamente inscrito do IRGA. Este selo é concedido pelo Governo do Estado, através da autarquia do IRGA, e após sua concessão pode ser renovado anualmente. As principais vantagens de estar em conformidade com o selo está no reconhecimento da sustentabilidade das lavouras, proporcionando um aumento da visibilidade do produto no mercado consumidor e a ampliação de 30% nos valores de custeio da produção.

O selo ambiental ele tem mais ou menos as mesmas exigências que a DO, a diferença é que, por exemplo, é que o selo ambiental pode ser em qualquer lugar do RS desde que siga toda aquela sequência, e não tem IG, e a DO é toda aquelas exigências e mais da região o acompanhamento do agrônomo que é o Junior e mais, tem que estar adequado ambientalmente a todas as exigências da FEPAM, tem que ter licença de tudo, outorga de tudo, tu tem que usar só produtos liberados pro arroz, tem que usar da maneira que eles recomendam então é bem cuidado isso, eles vão te visitar, ver se os funcionários têm tudo em ordem se têm com a carteira, condições de trabalho assinado.

(E.I Associado APROARROZ)

Neste sentido, o selo ambiental concedido pelo IRGA tem demonstrado maior adesão no Litoral Norte do que a própria DO diante dos produtores. As exigências implicadas na conformação das lavouras de arroz ao selo ambiental demonstram serem, genericamente, os mesmos necessários para a DO. Entretanto, ao que parece, a intermediação mais direta do IRGA na concessão deste selo desperta maior confiança e credibilidade nos produtores, tendo em vista a tradição desta instituição no território frente à recente obtenção da DO. Outrossim, esta pesquisa não pode dar conta de aprofundar-se no tema respectivo do papel do IRGA e sua influência, tanto no selo ambiental quanto na Denominação de Origem, devido ao pouco interesse da instituição em participar da pesquisa. Estivemos por inúmeras vezes no escritório do IRGA no município de Mostardas e as informações obtidas foram superficiais. Em nenhum momento conseguimos entrevistar a gerente regional do IRGA em Mostardas. Já em visita ao escritório central do IRGA em Porto Alegre, estivemos em contato com o assessor do Presidente da instituição, entretanto, a instituição alegou que esta gestão pouco sabia sobre a DO, devido este assunto ter sido tratado em gestão anterior.

#### **4.4. Aspectos potencialmente conflituosos**

Conforme relatamos anteriormente, inúmeros foram os conflitos entre o IBAMA e a população local, seja com comunidades tradicionais de pescadores, seja com arrozeiros. De acordo com relatos de profissionais do ICMBio que atuam dentro do perímetro do Parque da Lagoa do Peixe, fora dessa área, os fiscais não possuem dados ou informações. Com base no nosso trabalho de campo, notou-se que estes conflitos ambientais permanecem até os dias de hoje, entretanto, não existe no território uma fiscalização efetiva para controle do uso de agrotóxicos nas lavouras de arroz e contaminação das águas por esta cultura. A única iniciativa de estudos com relação aos impactos de resíduos de agrotóxicos das lavouras de arroz e na contaminação dos recursos hídricos (lagoas e banhados) está sendo feito através do projeto "Diagnóstico da orizicultura no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe: avaliação de impactos e proposição de práticas sustentáveis para a conservação da biodiversidade", que se encontra em fase inicial e está sendo executado pela FEPAM.

Existem ainda processos judiciais que estão sendo acompanhados por profissionais do ICMBio, no que diz respeito principalmente a denúncias de envenenamentos de aves por agrotóxicos, destruição dos banhados por uso de diques e contrabando de agrotóxicos:

Ai eu vou ficar te devendo, porque eu entrei tem dois anos aqui. O IBAMA era até 2007 ai entrou ICMBio, ai tem dois anos que eu to aqui. Eu sei que tinha alguns problemas porque tem alguns processos que voltam que a gente tem que olhar, mas os maiores problemas que, pelo menos os dois processos que vieram pra eu olhar era dique, problema de destruição de banhado fazendo dique pra lavoura de arroz, foi o maior problema. E teve outro problema também mas que não foi passado pra frente que eu vi, foi envenenamento de animais trazendo veneno clandestino pra cá de outros países, Paraguai Uruguai e teve envenenamento de aves, mas fora isso tem mais nenhum.

(E.J Entidade de Apoio)

Rheinheimer *et al.* (2003) através de estudo e avaliação em microbacias hidrográficas no RS apontou que o arroz irrigado, juntamente com a lavoura de fumo e criação de aves e suínos, são fatores que contribuem intensamente para a contaminação de água no sul do Brasil. Já Tonmanee (1999) afirma que em pesquisa realizada na Tailândia, o aumento da utilização de fertilizantes químicos nas lavouras de arroz, em apenas uma década, foi responsável pela contaminação dos mananciais de água.

Deste modo, as menções a processos judiciais referente aos conflitos ambientais aludem a importância dos recursos hídricos para a população de Mostardas e o compartilhamento deste recurso entre diversos atores do território, principalmente para a pesca artesanal e as lavouras de arroz. Entretanto, os usos indiscriminados do recurso, aliado à falta de fiscalização da legislação ambiental implicam numa série de riscos do ponto de vista ambiental que compromete a sustentabilidade dos recursos naturais presentes nas atividades econômicas locais.

Este contexto remete a questão da prudência ecológica tratada nos capítulos iniciais como pressuposto para o desenvolvimento territorial. Ao que se pese, tais ações empreendidas no território não estão operando numa lógica pautada em critérios de preservação e conservação do patrimônio ambiental local. Diante da riqueza do ecossistema do ponto de vista ambiental, a monocultura do arroz em Mostardas sem o devido controle do uso de agrotóxicos, tem colocado em risco a biodiversidade local. A gestão sustentável dos ecossistemas deve ser encarada como primordial para modelos de desenvolvimento com enfoque territorial, e até onde podemos notar isto não tem ocorrido no território, a não ser em poucas iniciativas isoladas numa área reduzida.



Outro aspecto que pudemos presenciar durante o trabalho de campo, foi a dificuldade de acesso aos pontos de água da Lagoa dos Patos na comunidade quilombola dos Teixeiras. Através de relato de um produtor da comunidade, um dos acessos públicos à Lagoa fica dentro de uma propriedade privada, e devido a alguns conflitos entre o proprietário e membros da comunidade, o acesso ao ponto foi restrito. Outro relato semelhante foi dado por entidade de classe de Mostardas:

Inclusive eu estava conversando agora há pouco com esse rapaz, que é de uma comunidade quilombola e que os vereadores votaram uma permuta de uma estrada com um fazendeiro lá e acabou com o acesso público a lagoa.  
(E.F Entidade de Apoio)

Já na comunidade dos Colodianos, o acesso à água é dificultado pela localização geográfica. As localidades de Mostardas são divididas com referência na estrada RS 040. As localidades que ficam do lado do oceano são consideradas terras menos férteis e com maiores dificuldades para o cultivo do arroz. As localidades que ficam do lado da Lagoa dos Patos são consideradas as melhores terras para agricultura e com facilidade de acesso aos recursos hídricos.

Por causa da posição geográfica, os próprios Colodianos não tem acesso à questão da água né, só nos Teixeiras que teria acesso a água, porque é do lado de baixo da RS, e o terreno é mais propicio né, o desnível do terreno é menor, então do lado de cima do asfalto geralmente, do lado das dunas, e a terras são mais fracas e impróprias pra questão do arroz.  
(E.F Entidade de Apoio)

Deste modo, a questão do compartilhamento dos recursos hídricos na região demonstra ser um fator de conflito e disputa entre os produtores de arroz de diferentes grupos sociais, de modo que os grandes proprietários de terra criam relações de dominação diante dos pequenos produtores e arrendatários através do controle da utilização dos recursos hídricos. Este fator, conforme aponta um dos entrevistados “é um dos problemas que nós vimos, um problema social, que daí não adianta ter um selo de Denominação de Origem”.

Neste aspecto, não há como desvencilhar as dimensões sociais e ambientais no que convergem a estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, conforme apontou Vieira e Cazzela (2006). Nestes casos, o desenvolvimento é pensado a partir de um conjunto interligado de fatores, levando em conta os aspectos político-institucionais, socioeconômicos, culturais e ecológicos. A partir do contexto estudado, ao que se parece, os aspectos econômicos vêm imperando nos empreendimentos dos atores no território, de modo que as

dimensões sociais e ambientais aparecem como questões coadjuvantes de pouca relevância na construção de estratégias.

#### **4.5. Potencialidades despertadas através da DO**

A região da Planície Costeira Externa a Lagoa dos Patos é marcada por um grande contraste em termos de desenvolvimento entre sua metade norte e a metade sul. A metade norte conforme discutimos, representada principalmente pelos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Viamão e Imbé, é uma região com características econômicas mais dinâmicas, pautadas não somente em atividades agrícolas, mas também em atividades industriais e turísticas. Já a metade sul, representadas pelos municípios de Capivari do Sul, Palmares, Mostardas, Tavares e São José do Norte, possuem caráter eminentemente rural e com profundas deficiências de infraestrutura, estradas etc, permanecendo, de certo modo, ainda pouco atendida diante das políticas de desenvolvimento no RS. Deste modo, uma das possíveis contribuições das IGs para o território em questão, está justamente no potencial de projeção aos municípios da metade sul que compõem a área certificada como DO por sua reputação como produtora de arroz. Tal já se faz notar pela escolha do município de Mostardas como sede da 24ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz no ano de 2014. Este evento consiste no maior evento da América Latina no setor arroseiro e conta com uma programação diversificada, envolvendo palestras técnicas, exposição de máquinas e implementos agrícolas, cursos e gestão ambiental. Além disso, o evento marca uma série de discussões políticas de classe bem como um balcão de negócios, representando uma vitrine das lavouras de arroz do Rio Grande do Sul. Conforme se pode ver na figura abaixo, o selo da Denominação de Origem aparece no material de divulgação do evento, o que contribui para a publicização da narrativa de diferenciação do arroz deste território.



**Figura 30** - Folder da 24ª abertura oficial da colheita do arroz 2014  
 Fonte: <http://colheitadoarroz.zapshop.com.br/> acesso em: fevereiro de 2014.

Outro aspecto que representa potencialidades para o território estudado consiste no que Pecqueur (2006) denomina “cesta de bens e serviços”, que incide na oferta de bens e serviços vinculados ao território e que estão associados entre si e se diferenciam em relação aos bens e serviços semelhantes que se produz fora do território. Este modelo de cesta consiste em que haja um produto líder que “atrai consumidores que também apreciam a qualidade dos outros produtos da cesta, o que reforça a imagem de qualidade global do território” (PECQUEUR, 2006, p. 144). Para Flores (2007), as Indicações Geográficas usualmente possuem somente um produto vinculado ao território, de modo que a cesta de bens e serviços apresenta um conjunto de produtos ou serviços de qualidade relacionada ao território; Entretanto, este fato não impede que uma cesta de bens e serviços seja complementar à IG.

Isto refletiria numa “renda de qualidade territorial” (PECQUEUR, 2006) que se obtém a partir da valorização combinada entre os bens e serviços com base no território, de modo que o produto é valorizado pelo espaço em que é produzido e acaba por valorizar também os demais produtos inseridos no território. Deste modo, outros produtos e serviços do território poderiam aumentar sua participação no mercado ou ter maior visibilidade com base na Denominação de Origem do Arroz do Litoral Norte Gaúcho. Conforme antes relatado, o “cordeiro” produzido em Mostardas é um produto de qualidade diferenciada, que apresenta sabor marcante devido à salinidade das pastagens da região. Foi, inclusive, a partir da alusão a

esta qualidade eminente do cordeiro que se iniciaram as discussões sobre as IGs no território do Litoral Norte.

Fazer com que o arroz tenha um valor agregado, não só essa, como abrir novos nichos de mercado, talvez abrir portas que estão fechadas, novos mercados, entende. Turismo também pra incrementar, isto está inserido nessa região, existe aqui a Lagoa do Peixe e isso que foi pouco explorado na região. Assim como existe aqui nessa região do litoral a carne de ovelha que é muito famosa em função que é uma carne leve em função do sal que tem no solo, nossa ovelha é diferente da ovelha que tem na fronteira. Nós temos aqui também o artesanato, o parque da lagoa do peixe que é a questão do turismo e nos temos um arroz diferenciado, então eu acho que a DO vai contribuir, vai ser mais um fator de diferencial dessa região, pode ajudar essa região a alavancar negócios em todas essas áreas que eu te comentei.  
(E.B Associado APROARROZ)



**Figura 31** - Cordeiro do Litoral Norte Gaúcho  
Fonte: Dados de pesquisa (2013).

Outro produto tradicional da região já citado é o “cobertor mostardeiro”, produzido de forma artesanal, com a lã de ovelha lavada e seca e fiada na roca, como à moda antiga. Feita no tear, os fios se transformam em cobertores, mantas e ponchos pelas mãos das artesãs locais. Tal potencialidade pode ser articulada com o turismo, que representa outro atributo importante que pode ser acionado com base na IG. Os principais atrativos se dão com base nas belezas naturais da região, que contam com uma costa litorânea de 300 km de extensão, com a presença de sítios arqueológicos, navios naufragados e inúmeros faróis. Ainda possuem trilhas ecológicas nas encostas e cachoeiras da Mata Atlântica e Reserva da Serra Geral, observação de aves no Parque Nacional da Lagoa do Peixe e o turismo de aventura que incluem atividades como rapel, vôo livre, ciclismo, escalada, *rafting*, *sandboard* e cavalgadas. A região possui um cordão lagunar que compreende 46 lagoas, além da faixa litorânea que é

propicia para as atividades e esportes. Outra possibilidade é o turismo rural, que inclui a visitas a engenhos, alambiques e casarios açorianos, bem como a pedra do Menotti Garibaldi.

A gastronomia local, baseada nos pratos típicos açorianos, a lasanha de rapadura e inúmeros pratos à base de frutos do mar, como a tainha assada, a anchova, o peixe ao molho de mel, bem como o tradicional churrasco, o arroz do Litoral Norte Gaúcho e carne de cordeiro também constituem uma boa oportunidade para o desenvolvimento territorial com base na gastronomia típica.

Teria uma meia dúzia de restaurantes especiais que trabalham com coisas assim de DO que poderiam querer um arroz assim, beneficiado em 20 kg. [...] Talvez fazer embalagem maior pra vender pra esses nichos assim, antes de por na gôndola do supermercado, que talvez fosse a saída pra essa região nesse sentido.  
(E.I Associado APROARROZ)

A combinação de todos estes produtos e serviços presentes na região pode vir a constituir-se, talvez mediante um consórcio intermunicipal com as associações e cooperativas locais e apoio do poder público, promovendo diversificação econômica, distribuição de renda e mais autonomia ao território.

O projeto que tem sido desenvolvido para o estudo das lavouras de arroz no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, através da Fundação Zoobotânica, RS Biodiversidade tem o subprojeto "Diagnóstico da orizicultura no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe: avaliação de impactos e proposição de práticas sustentáveis para a conservação da biodiversidade". Este subprojeto tem como objetivo principal a promoção da conservação dos recursos naturais por meio de ações e programas de gestão e manejo integrados dos ecossistemas da região e práticas de produção ambientalmente sustentáveis.

Tal subprojeto tem sido realizado através de encontros promovidos nos municípios de Mostardas e Tavares através da participação de representantes do PNLP/ICMBio, Irga, Farsul, Emater, Aproarroz, Associação dos Arrozeiros de Mostardas, Sindicatos Rurais de Mostardas e Tavares, Prefeitura de Mostardas, Sindicato de trabalhadores Rurais de Mostardas, Rota Açoriana, Comitê de Bacia do Litoral Médio, Ageflor e Embrapa, bem como de produtores rurais interessados. A partir deste subprojeto, construído juntamente com os atores envolvidos na DO, foram apontados algumas oportunidades de parceria através de ações conjugadas entre as instituições e atores participantes. Destacam-se como as principais os trabalhos para

a DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz, realizado pela Aproarroz, além da Produção Integrada do Arroz<sup>24</sup> realizada pela Embrapa.

Este subprojeto está em fase de implementação nas lavouras de arroz no município de Mostardas, de modo que serão avaliados os indicadores físico-químicos que identificam a qualidade da água, bem como a presença de aves, mamíferos, peixes e anfíbios, sendo que sua duração está prevista para 18 meses. Deste projeto deve resultar a elaboração de um manual que descreve as boas práticas previstas para lavoura de arroz, tendo em vista as peculiaridades do agroecossistema local, com apoio de pesquisadores, produtores e instituições parceiras do projeto.

A iniciativa do projeto com vistas a fazer um diagnóstico das lavouras de arroz do entorno da Lagoa do Peixe com o objetivo de propor um manejo sustentável para a cultura de arroz, construído coletivamente com diferentes atores sociais do território, parece apontar um caminho para o desenvolvimento territorial. Apesar de atualmente a produção orizícola não possuir um controle efetivo de suas práticas, a vinculação desta iniciativa de sustentabilidade com a DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz tem potencial para repercutir de forma mais ampla e positiva no território, de modo a suscitar os principais pressupostos para o desenvolvimento territorial, como a prudência ecológica, promoção da equidade, acesso a informação, autonomia e viabilidade econômica.

---

<sup>24</sup>Segundo a Embrapa, a Produção Integrada (PI) é caracterizada como um sistema de produção agrícola de alta qualidade, que utiliza formas de regulação natural, em harmonia com o meio ambiente, representando uma fase intermediária entre a agricultura tradicional e a orgânica. A PI mantém a viabilidade econômica das atividades agrícolas e as exigências sociais de acordo com requisitos estabelecidos para cada cultura em correspondente normalização de produção. Disponível em: <http://www.embrapa.br/> acesso em 12 de fevereiro de 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as Indicações Geográficas representam uma das mais importantes estratégias de valorização da qualidade dos produtos nos mercados agroalimentares e estão em recente expansão em países da América Latina, tornando-se objeto de crescente interesse de investigação para compreender os contextos em que estão se desenvolvendo e quais reflexos estão sendo produzidos. Conforme apresentamos ao longo do trabalho, estas estratégias se constroem de forma heterogênea, sendo moldadas pelos atores de acordo com as diferentes finalidades que buscam alcançar. O caso brasileiro é marcado por um cenário onde estas ações são híbridas na consolidação das IGs, por um lado, fomentando a valorização dos territórios e identidades através dos bens que possuem características vinculadas à origem, e por outro, podem representar mera estratégia setorial de diferenciação e inovação no mercado, de tal maneira que estes modelos, aparentemente antagônicos, passam a ser conciliados na construção destas estratégias.

Esta pesquisa buscou apresentar a experiência de obtenção da primeira Denominação de Origem brasileira, a DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz. Para tal, buscamos através da coleta de dados trazer elementos pertinentes a respeito da caracterização geral do território, os atores envolvidos no processo, a trajetória de construção da DO pela APROARROZ, discutindo como eixos principais: seus impactos, obstáculos, dificuldades, conflitos e potencialidades. Para tanto, tratou-se de analisar a experiência de DO situando tais ações baseado na promoção das IGs como estratégias capazes de catalisar dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Através de um recorte geográfico no município de Mostardas, identificamos os principais atores da DO, tendo como protagonistas um grupo composto por uma elite rural que compõe a APROARROZ. Entretanto, este não é o único grupo produtor de arroz da região estudada, também compõe esta categoria os agricultores familiares, as comunidades quilombolas e os pescadores artesanais que compartilham os mesmos recursos hídricos utilizados na irrigação do arroz, a Lagoa dos Patos e a Lagoa do Peixe principalmente.

O pioneirismo da experiência foi justamente um dos obstáculos para a obtenção da DO. A falta de parâmetros das instituições envolvidas no processo acarretou dificuldades no avanço da concessão, sendo que o período desde seu pedido até sua consolidação durou cinco anos. A articulação da DO foi restrita a um pequeno grupo, demonstrando ser uma estratégia

excludente e setorial, de caráter eminentemente voltado para os interesses do agronegócio e de agregação de valor ao produto. Entretanto, a maior dificuldade relatada pela APROARROZ para obtenção da DO foi a comprovação científica do diferencial organoléptico vinculado às condições ambientais da produção do arroz do Litoral Norte.

A atividade econômica mais expressiva na região é a monocultura do arroz irrigado, distribuídos em sua maioria, em grandes propriedades rurais concentradas em um grupo composto por uma elite rural. Isto repercute em alguns impactos sociais na região estudada na medida em que a subordinação dos sistemas produtivos ao monocultivo do arroz representa uma das barreiras para o fortalecimento da agricultura familiar na região. Outros fatores de entrave para o cultivo do arroz para os demais grupos sociais produtores do grão são os elevados custos de produção das lavouras, a dificuldade de acesso aos recursos hídricos e a má infra-estrutura rodoviária para o escoamento da produção. Estes fatores representam limites para a diversificação da produção, que desencadeia problemas sociais, tais como a saída dos jovens do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, implicando na não sucessão familiar nas terras para atividades agrícolas, bem como a concentração de renda e o monopólio latifundiário dos recursos hídricos.

A estratégia central da APROARROZ na obtenção da DO foi de tentar aumentar o valor agregado do produto em virtude da sua notória reputação de mercado. O arroz produzido no Litoral Norte é vendido em sua maioria em casca para os estados do Sudeste e Centro-Oeste, com um valor superior a 10% no mercado. Deste modo, a DO veio a contribuir para uma (re) significação do produto, alterando seu status de “arroz *commoditie*” para “arroz singularizado” diferenciado por suas características qualitativas destinadas a um mercado centrado no consumidor final. Entretanto, esta visão sobre o produto não é um consenso entre os grupos sociais presentes no território, esta alteração de status é sustentada somente pela APROARROZ, formando uma estratégia de um “clube de atores”. Isto reflete as relações de poder entre os grupos sociais do território, demonstrando como os grupos fora deste clube permaneceram à margem do processo de construção da DO, bem como do controle da cadeia produtiva do arroz.

A vinculação da rizicultura com a questão ambiental na região parece ser um ponto crítico. A falta de fiscalização das lavouras de arroz e utilização em larga escala de agrotóxicos vem comprometendo a sustentabilidade dos recursos hídricos e a preservação da biodiversidade. A iniciativa do projeto "Diagnóstico da orizicultura no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe: avaliação de impactos e proposição de práticas sustentáveis para a conservação da biodiversidade", tendo como principal apoiador a APROARROZ, parece ser



a contribuição mais importante da DO no que toca à preservação e conservação do patrimônio natural.

A DO Litoral Norte Gaúcho para o Arroz tem contribuído para a visibilidade do território na medida em que a repercussão nacional da IG tem sido utilizada como estratégia de articulação de novos negócios para a região e o setor orizícola. Como exemplo disso, no ano de 2014 será realizado no município de Mostardas o principal evento do segmento no RS, a “24 º Abertura da Colheita do Arroz” cuja projeção é internacional. A realização deste evento no município e a divulgação mais ampla da DO, pode contribuir para possíveis estratégias e políticas de investimentos nos municípios que compõem o território.

Cabe ressaltar que uma grande dificuldade encontrada para a realização deste trabalho foi a escassez de estudos que abrangessem a região do Litoral Norte Gaúcho, discutindo aspectos que pudessem contribuir para o estudo mais amplo da região. Deste modo, diante da literatura sobre as IGs no Brasil, as pesquisas realizadas sobre a experiência da APROPAMPA colaboraram imensamente para compreender o contexto estudado, onde foi possível visualizar as similitudes entre as experiências, principalmente pela rede de instituições que se formaram em prol da construção de ambas, que de certo modo, (re) produziram nos territórios características muito semelhantes.

Sendo assim, com base nas noções que discutimos no Capítulo 1, a DO Arroz Litoral Norte Gaúcho, apesar de ter obtido a certificação do produto no ano de 2010, ainda não se posicionou no mercado e não está comercializando seu produto com o selo de DO. E, conforme os elementos apontados no que se refere à forma como a DO foi articulada no território pelo “clube de atores” envolvidos, acreditamos que no estágio atual da experiência, a DO não tem contribuindo para promover de forma mais ampla o desenvolvimento do território.

O recorte geográfico dado para esta análise, centrado no município de Mostardas e seu entorno, deu-se exclusivamente por entender que esta região compreende o núcleo onde as ações em torno da DO estão sendo realizadas. Entretanto, o território certificado abrange uma área de 300 km de extensão envolvendo 11 municípios e cerca de 1400 produtores de arroz. Diante desta complexidade de atores envolvidos na rizicultura, que compreende comunidades tradicionais, assentamentos rurais, agricultura familiar e agronegócio, se faz necessário um maior número de estudos que levem em conta a realidade local de tais grupos nos contextos em que estão inseridos, refletindo sobre diferentes possibilidades para se pensar a vinculação destes grupos sociais e a questão de IGs no Brasil.

Todavia, o tema das IGs no Brasil ainda representa um fenômeno incipiente, pois possui número reduzido de experiências de produtos protegidos, e o mercado consumidor ainda não reconhece amplamente estes signos distintivos. Além disso, a legislação brasileira que trata da questão das Indicações Geográficas abre margem para diferentes interpretações sobre seus usos, o que tem contribuindo para a proliferação de discussões no que diz respeito a sua regulamentação. Deste modo destaca-se a importância da proposição de estratégias no sentido de aumentar o debate sobre as IGs no país através da divulgação e esclarecimento do tema, tornando pertinente um maior número de estudos que discutam a percepção dos consumidores em relação às IGs.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA F. N (orgs). **Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.
- ADOMILLI, G.K. **Trabalho, meio ambiente e conflito**: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- AGUILLAR, E.; FELIZON, P.; NAVARRO, J. Parques naturales y sistemas de produccion de cualidad: el caso del arroz em la comarca de Doñana. **Anais eletrônicos**, (Sevilla), 2012. Disponível em: <[www.congreso.us.es/colorural/](http://www.congreso.us.es/colorural/)>. Acesso em: 25 de nov. 2013.
- ALLAIRE, G. Applying economic sociology to understand the meaning of “quality” in food markets. **Agricultural Economics**. Amsterdam, v. 41, p. 167-180, 2010.
- APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor In: APPADURAI, A. (org). **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.
- BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: O Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.
- BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. . Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 41 Juiz de Fora, 2003. **Anais...** Juiz de Fora, SOBER 2003.
- BESKOW, P.R. **O arrendamento capitalista na agricultura**; evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo, HUCITEC/CNPq, 1986. 220P
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-pl.html>. Acesso em: 20 dez. 2013.
- CABEDO, C.L.; CRIADO, E.A. El fomento de la calidad agroalimentaria en los espacios rurales de Andalucía, Espanha. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial – Produção, Identidade e Consumo**. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2012.
- CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES DO ARROZ CAROLINO DAS LEZÍRIAS RIBATEJANAS – Indicações Geográficas Protegidas. Portugal, 2006 . Disponível em: <[http://www22.sede.embrapa.br/snt/piue/Produ%E7%E3o%20Integrada%20na%20Uni%E3o%20Europ%E9ia/J\)%20IGP%20e%20DOP/J4\)%20Portugal/J4.1\)%20Produtos%20DOP%20](http://www22.sede.embrapa.br/snt/piue/Produ%E7%E3o%20Integrada%20na%20Uni%E3o%20Europ%E9ia/J)%20IGP%20e%20DOP/J4)%20Portugal/J4.1)%20Produtos%20DOP%20)>

IGP/J4.1.1)%20Caderno%20de%20Especificação%20E7%F5es%20IGP%20DOP/ArrozCarolinoLeziriasRibatejanas.pdf>. Acesso em: 20 jan 2014.

CARVALHO, A.P. **Análise de eficiência técnica e fronteiras de produção na orizicultura do Rio Grande do Sul e de Mostardas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Economia do Desenvolvimento. PUC-RS. Porto Alegre, 2012.

CARNEY, J.; MARIN, R. E. A. Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 12, p.113-133, 1999.

CAZELLA, A.A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: FROEHLICH, J.M (Org). **Desenvolvimento Territorial**. Produção, Identidade e Consumo. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, p. 277–299, 2009.

CERDAN, C. Indicações Geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. In: NIEDERLE, P.A (org). **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

CHELOTTI, M. C., BEZZI, M. L. A cadeia produtiva da lavoura orizícola gaúcha frente ao Mercosul. **Caderno Prudentino de Geografia**, p.265 - 286, 2001.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CRUZ, F. T.; MENASCHE, R. Das redes de sociabilidade às relações de mercado: agricultores, intensificação da comercialização da produção e modos de vida em mudança. In: IV Congresso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural. **Anais...** Mar del Plata, 2009.

DALLABRIDA, V.R. Governança Territorial e Desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. **Anais eletrônico...**Brasília: I circuito de debates acadêmicos IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2014.

DULLIUS, P.R. **Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial: As experiências do Rio Grande do Sul**. 2009. 149 f. Dissertação (Pós Graduação em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, 2007.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural. Mudança institucional ou inovação por adição?.In:Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44 2006, Fortaleza. **Anais eletrônico...**Fortaleza: SOBER, 2006. Disponível em: [http://www.sober.org.br/palestra/anais\\_sober\\_final\\_4\\_16.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/anais_sober_final_4_16.pdf). Acessado em: 10 nov 2013.

FOUCAULT, M. El sujeto y el poder **Revista Mexicana de Sociología**, México, Vol. 50, n. 3. (Jul. - Sep., 1988), pp. 3-20.

FLORES, M. X. **Da solidariedade social ao individualismo**: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. 2007. 311 f. Tese (Pós Graduação em Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial** – Produção, Identidade e Consumo. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2012.

FROEHLICH, J.M.; DULIUS, P.R. As experiências de Indicações Geográficas no Brasil meridional e a agricultura familiar. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial** – Produção, Identidade e Consumo. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2012.

FROEHLICH, J.M. A crítica da Sociologia Rural "tradicional" e a busca de abordagens contemporâneas para o espaço agrário. **Revista Extensão Rural**, n 2, p. 33- 48, 1994.

FROEHLICH, J.M.; CORCHUELO, S.A. IGs e conservação ambiental – Observações sobre experiências em diferentes contextos Iberoamericanos. In: Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados, 6., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC 2013.

GARCEZ, D.S.; BOTERO, J.I.S. Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, v. 27, n.1, p. 17-29, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp. 1999.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M. Knowing Food and Growing Food: Beyond the Production-Consumption Debate in the Sociology of Agriculture. **Sociologia Ruralis**, Wageningen, v. 42, p. 6-23, 2002.

GOOGLE MAPS. Detalhe da região da Lagoa dos Patos. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Lagoa+dos+Patos/@-31.3004955,-51.173019,10z/data=!4m2!3m1!1s0x9519d96fd2629d19:0x37b6be2284ae1b09>: Acessado em: 15 de maio de 2013.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: **Obras escolhidas**. Trad. Manuel Cruz. 1ª edição, São Paulo: Martins Fontes.1978.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HARVEY, D. **Limits to Capital**. New York: Verso. 1999.

HAAS, J.M.; FROEHLICH, J.M.; AGUILAR CRIADO, E. Estratégia de qualidade de base territorial: o caso do arroz irrigado na Andaluzia e no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 69-83, jul./dez. 2012.

HAAS, J.; DIESEL, V. Uso e Desusos da DOs. Artigo em preparação para Encontro Rede Rural, 2012.

ILBERY, B., MORRIS, C., BULLER, H., MAYE, D., KNEAFSEY, M. Product, process and place - An examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, London, v.12, 116-132, 2005.

IRGA. Apresentação 7º seminário do arroz de Mostardas e Palmares: Mostardas, 2013.

JOSLING, T. The war on terroir: geographical indications as a transatlantic trade conflict. **Journal of agricultural economics**, Banbury, v.57, n.3, p. 337-363, 2006.

KARPIC, L. **Éléments de l'économie des singularités**. Paris: Ed Gallimard. 2007.

KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo, Abril Cultural, [1936] 1983.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: **A vida social das coisas, as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EDUFF, 2008.

KRAEMER, M.F.E. **Agricultura e estratégias de reprodução socioeconômica no quilombo do Morro Alto – Maquiné/RS**: Cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrários. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LASH, S.; URRY, J. **Economía del signos y espacios**. Sobre el capitalismo de la pos organización. Buenos Aires: Amortorrou, 1998.

LASH, S; URRY,J. **Recognition and Difference**: Politics, Identity, Multiculture. London: Sage, 2002.

LEITÃO, D.K.; LIMA D.N.O.; PINHEIRO-MACHADO, R.. **Antropologia e Consumo**. Diálogos entre Brasil e Argentina. Porto Alegre. Editora: AGE Ltda, 2006.

LEITE, I.B. As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil. In: O'DWYER, E. C. (Org). **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA, 1995.

LEVENSTEIN, H. **Paradox of plenty**: a social history of eating in modern America. New York: Oxford University Press, 1993.

LIMA, C.. **Tachos e panelas**: historiografia da alimentação brasileira. Recife: Mart Shopping, 1999.

LUZ, L.F. **Agrobiodiversidade e Agroindústria Familiar Rural**: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Dissertação de

Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural UFRGS. Porto Alegre, 2012.

MACHADO, C. F.; MACIEL, M. E. **Entre a lagoa e o mar**: estudo sobre patrimônio cultural no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. In: <[http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/57119/Resumo\\_20070851.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/57119/Resumo_20070851.pdf?sequence=1)>. Acessado em: 12 dez 2013.

MARTINS, J. S. **Introdução a Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 2 ed.,1986.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. vol. I , T 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEDEIROS, L. S.; DIAS, M. M. **Marco jurídico normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial**: levantamento, revisão e sistematização bibliográfica da literatura internacional sobre marcos jurídicos do enfoque territorial. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: OPPA/IICA, 2008.

MILLER, D. **Teoria das compras**: o que orienta a escolha dos consumidores. São Paulo: Nobel, 2002.

NABINGER, C. **Laudo técnico de Delimitação da área autorizada de produção de Denominação de Origem “Litoral Norte Gaúcho”** – Arroz. INPI, 2007.

NEVES, D.P. **Agricultura familiar**: quantos ancoradouros! Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura\\_Familiar.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf)>. Acessado em 27 jan. 2014.

NETO, J.S.L. O Cobertorzinho de Mostardas. In: **Casos do Romualdo**. Rio de Janeiro: Globo, 1952.

NIERDELE, P.A. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinho no Brasil e na França. 2011. 263f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

NIEDERLE, P.A. Controvérsias sobre a noção de Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009.

NIEDERLE, P.A; VITROLLES, D. Indicações Geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, p 5-55. 2010.

NIEDERLE, P.A (org). **Indicações Geográficas**: Qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

PECQUEUR, B. (Org.). **Dynamiques territoriales et mutations économiques**. Paris: L'Harmattan, 1996.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Eisforia**, Florianópolis, p.81-103, 2006.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Made in China**. Produção e circulação de mercadorias no circuito China- Paraguai-Brasil, 2009. 332 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PINTO, N.L.; DIESEL, V.; FROEHLICH, J.M.; SILVA, E.I.; POLLET, C.S. De Quilombolas a produtores de signos: o cultivo do arroz africano no Rio Grande do Sul, Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., Belém, 2013. **Anais eletrônico...** Belém, SOBER, 2013. Disponível em: <http://www.sober.org.br/congresso2013/>. Acesso em 15 dez 2013.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, p. 199-106, 2011.

PORTILHO, F. & CASTAÑEDA, M. Limites e possibilidades da ação política na esfera do consumo: o esboço de uma etnografia de consumidores de alimentos orgânicos. In: I Seminário Nacional de Sociologia Econômica. **Anais...** Florianópolis, 2009.

RAMOS, M.P. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul**: Um estudo sobre os integrantes da UDR. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 1995.

RENARD, M. Fair trade: quality, market and conventions. **Journal of Rural Studies**, [S.l.], v. 19, p. 87–96, 2003.

RHEINHEIMER, D.S. **Caracterização física, química e biológica dos solos na microbacia hidrográfica do Arroio Lino, Nova Boemia, Agudo - RS**. Santa Maria. Relatório Técnico Ano II. 2003.

RS BIODIVERSIDADE. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

ROCA, Z. ‘Affirmation of regional identity between rhetoric and reality: evidence from Portugal’. In: BONESCHANSKER, E. **Cultural uniqueness and regional economy**. Leeuwarden: FryskeAkademy, 2004, p. 29-52.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SACCO DOS ANJOS, F.; CRIADO, E.A.; BEZERRA, A.J.A. Indicações Geográficas na Europa e Brasil e sua contribuição ao desenvolvimento rural In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2010.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Riode Janeiro: Zahar, 1987.

SAHLINS, M. O. Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em via de extinção? **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, nº1/2, p.41-73, 1997.



SARACENO, E. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local approach. **European Review of Agricultural Economics**, Haia, v.21, p. 451-474, 1994.

SAYAGO, D. Os conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 4 (número especial), 2007.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SCHÄFER, A.E.; LANZER, R. M.; PEREIRA, R. **Atlas socioambiental: municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar**. Caxias do Sul: Educus, 2009.

SEBRAE. Guia de Implementação de Indicações Geográficas para produtos: Orientação para projetos para reconhecimento de uma Indicação Geográfica no INPI. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/inovacao/acoes-sebrae/consultoria/indicacao-geografica/guia%20sebrae.pdf>. Acesso em nov. 2013.

SEGATO, R. L. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **História Revista**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 195-226, 2005.

STROHAECKER, T.M. **A urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Contribuição para a gestão urbana ambiental no município de Capão da Canoa**. 2007. 399 f. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007

TORRES, L. H. A Colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 177-189, 2004.

SILVA, P. S. **Políticas públicas e mediação social na comunidade remanescente de quilombo de Casca** - Mostardas, RS. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

SILVA, F.N. **Identidade, Território e Desenvolvimento: o caso da vitivinicultura na Campanha Gaúcha**, RS. 182 f. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2013.

TERRA, C. Apresentação 7º seminário do arroz de Mostardas e Palmares: Mostardas, 2013.

TONMANEE, N. & KANCHANAKOOL, N. Agricultural diffuse pollution in Thailand. **Water Science Technology**, London, v. 39, n.3, p. 61-66, 1999.

VANDER, A.E. A competitividade do agronegócio brasileiro de arroz. **Custos e @gronegócio**, -v.2, n.1, 2006. Disponível em <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v2/Competitividade%20do%20arroz.pdf>>. Acesso em: nov de 2013.

VELLOSO, C.Q. **Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial Sustentável: A Atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território**. (Um estudo de caso em Urussanga, SC).2008. 168 f. Dissertação (Pós

Graduação em Agroecossistemas)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA, P.F; CAZZELA, A.A. **Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise.** In: Seminário Internacional "Territorios rurales en movimiento" – Movimientos sociales, actores y instituciones del desarrollo territorial rural 2006. Santiago do Chile 2006. Disponível em: <[http://lemate.ufsc.br/wa\\_files/art3.pdf](http://lemate.ufsc.br/wa_files/art3.pdf)>. Acessado em: 10 jan 2014.

VITROLLES, D. A valorização de produtos de origem no Brasil: um comparativo entre mecanismos de qualificação. In: NIEDERLE, P.A (org). **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

WANDERLEY, M. N. B.. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p. 87-145, out.2000.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

YIN, R.K **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZARRO, N. **Dossiê Histórico e Cultural sobre o arroz do Litoral Norte.** INPI, 2010.

#### **Páginas da internet:**

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO. APROARROZ. Disponível em: <[www.aproarroz.com.br](http://www.aproarroz.com.br)>. Acesso em jul. 2013.

COLHEITA DO ARROZ. Disponível em <[www.colheitadoarroz.zapshop.com.br](http://www.colheitadoarroz.zapshop.com.br)> Acesso em fev.2014.

COMPANIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. CONAB. Disponível em: <[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)> Acesso ago. 2013.

COOPERATIVA ARROZEIRA PALMARES. Disponível em: <[www.arrozpalmares.com.br](http://www.arrozpalmares.com.br)> Acesso em nov. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA. Disponível em <[ww.embrapa.br](http://ww.embrapa.br)> Acesso em 12 de fev. de 2014.

INSTITUTO ANITA. Disponível em <[www.institutoanita.blogspot.com.br](http://www.institutoanita.blogspot.com.br)> Acesso em jan. 2014.

THE ORGANIZATION FOR NA INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. ORIGIN. Disponível em <[www.origin-gi.com/](http://www.origin-gi.com/)> Acesso em fev. 2014.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <[www.wikipedia.com.br](http://www.wikipedia.com.br)> Acesso em dez. 2013.